

RELATÓRIO |
E CONTAS | 2025



ÍNDICE

1 – Mensagem da Administração

04

2 – Quem somos	08
2.1 – Propósito, Visão, Missão e Valores	09
2.2 – Quem somos no Grupo Crédit Agricole	10
2.3 – A nossa estratégia	14
2.4 – A nossa visão de parceria	15
2.5 – Os nossos produtos e serviços	16
2.6 – As nossas pessoas	17

3 – Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025	19
3.1 – Números chave do ano	20
3.2 – Enquadramento macroeconómico	22
3.2.1 – Situação económica mundial	22
3.2.2 – Situação económica nacional	22
3.2.3 – O mercado segurador	23
3.3 – A atividade da Mudum Seguros	25
3.3.1 – Produção	25
3.3.2 – Gastos com contratos de seguro	26
3.3.3 – Resseguro	27
3.3.4 – Gastos não atribuíveis e gastos gerais por natureza	28
3.3.5 – Rácios combinados	29
3.3.6 – Ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro	29
3.3.7 – Atividade financeira	30
3.3.8 – Resultado do exercício e capital próprio	33
3.3.9 – Solvência II	34
3.4 – Estrutura e práticas do governo societário	35
3.4.1 – Modelo de Governo	35
3.4.2 – Divulgação das políticas de remuneração	40
3.5 – Desafios e oportunidades	47
3.6 – Proposta de aplicação de resultados	49
3.7 – Nota Final	49

4 – Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras	51
4.1 – Demonstração dos resultados	52
4.2 – Demonstração da posição financeira	54
4.3 – Demonstração de variações do capital próprio	56
4.4 – Demonstração do rendimento integral	58
4.5 – Demonstração dos fluxos de caixa	59
4.6 – Anexo às demonstrações financeiras	60

5 – Certificação legal de contas / Relatório e parecer do conselho fiscal	122
5.1 – Certificação legal de contas	123
5.2 – Relatório e parecer do conselho fiscal	129



TRANSFORMAR
A MUDANÇA

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

TRANSFORMAR A MUDANÇA

Num contexto onde tudo evolui com rapidez, transformar a mudança é assumir que cada desafio pode ser uma oportunidade de progresso.

Quando encaramos a mudança como motor de crescimento, abrimos caminho para novas ideias, novas formas de trabalhar e novas conquistas.

Transformar a mudança é escolher ir mais longe, com coragem, curiosidade e vontade de fazer diferente.



**François
Josse**

Presidente do Conselho de Administração



**Afonso
Themudo Barata**

CEO

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

2025 foi um ano exigente, marcado por avanços significativos num contexto global ainda instável e desafiante.

A conjuntura internacional continua influenciada por tensões geopolíticas persistentes, sobretudo na Europa, onde a guerra na Ucrânia entra no seu quarto ano, agravando fragilidades económicas e sociais. As desigualdades mantêm-se visíveis em sociedades com crescente polarização política. Paralelamente, a Inteligência Artificial continua a transformar profundamente setores económicos e modelos de trabalho, impondo uma adaptação rápida e intergeracional. As alterações climáticas e a urgência da transição energética de baixo carbono reforçam a complexidade dos equilíbrios sociais e económicos.

Portugal acompanha estes movimentos globais, demonstrando uma capacidade de resiliência relevante. Em 2025, a economia portuguesa cresceu **1,9%**, acima da média da Zona Euro (**1,5%**) e da União Europeia (**1,6%**). Este desempenho foi sustentado, sobretudo, pela procura interna, com aceleração do consumo privado e do investimento.

O mercado de trabalho manteve-se sólido, com melhorias no emprego e nos salários reais, e o indicador de confiança dos consumidores registou

evolução positiva. Contudo, o nível de poupança das famílias continua a ser um ponto crítico, sobretudo face às pressões futuras sobre o sistema de pensões e movimentos demográficos.

Persistem desafios estruturais, sobretudo ao nível demográfico: o envelhecimento da população mantém-se uma tendência marcante, compensada no curto e médio prazo por fluxos migratórios essenciais para equilibrar o mercado de trabalho e sustentar o crescimento.

No setor segurador, 2025 voltou a confirmar um ciclo de crescimento estável e robusto, refletindo o papel estratégico das seguradoras numa sociedade que exige proteção, capacidade de resposta e sustentabilidade.

Os desafios continuam significativos — desde o *protection gap*, ao impacto crescente dos fenómenos climáticos extremos, às novas dinâmicas de mobilidade, ao envelhecimento da população e à necessidade de reforçar soluções de saúde, proteção e reforma adequadas às novas realidades demográficas.

Mensagem da Administração

A Mudum, enquanto seguradora portuguesa integrada num grupo bancário internacional sólido – o **Grupo Crédit Agricole** – manteve em 2025 um percurso consistente. O Grupo, que em 2025 registou um resultado líquido de **8,8 mil milhões de euros**, continua a reforçar o seu modelo de banco universal de proximidade. Já o **Crédit Agricole Assurances**, que comemorou este ano os seus 40 anos de atividade viveu mais um ano de forte dinamismo, alcançando receitas históricas de **52,4 mil milhões de euros**, com crescimento elevado tanto em poupança como em proteção, e com níveis muito sólidos de solvência, com um rácio de solvência II de 195% e com resultado líquido de **2,0 mil milhões de euros**.

Em 2025, a Mudum continuou um ciclo de crescimento sustentado. Registámos bons resultados comerciais, com especial destaque para o ramo automóvel, e consolidámos a nova oferta de seguro casa. Acompanhámos a evolução estratégica do nosso parceiro novobanco, cujo modelo omnicanal e digital

ganhou escala, melhorando a experiência dos clientes e reforçando a eficácia da distribuição.

Apostámos também no reforço da estratégia de multiparcerias: a transição tecnológica, os novos processos e a agilidade organizacional permitiram-nos conquistar, no final do ano, **mais dois parceiros relevantes**.

Apesar da queda nos resultados face a 2024, mantivemos um equilíbrio sólido entre crescimento e rentabilidade, continuando a investir na transformação da Companhia. Continuamos a orientar a nossa atuação por princípios de responsabilidade e sustentabilidade, garantindo a capacidade de cumprir, a longo prazo, os compromissos assumidos com parceiros e clientes.

Como organização feita de pessoas, reforçámos também o nosso quadro de colaboradores em 2025, com foco na diversidade, no reconhecimento, no desenvolvimento de talento e na evolução das carreiras. Este compromisso foi novamente

reconhecido com a certificação **Great Place to Work**, pelo terceiro ano consecutivo – uma prova clara da cultura humana, colaborativa e participativa que faz parte da identidade da Mudum.

Afonso Themudo Barata – CEO

François Josse – Presidente do Conselho de Administração



COESÃO
NA MUDANÇA

2 QUEM SOMOS

COESÃO NA MUDANÇA

Em momentos de transformação, a coesão que reforça a nossa identidade e multiplica a nossa força.

Quando caminhamos juntos, partilhando conhecimento, propósito e confiança, a mudança deixa de ser um obstáculo e torna-se um movimento coletivo.

Coesão na mudança é lembrar que somos mais fortes quando avançamos lado a lado.

2.1 – Propósito, Visão, Missão e Valores

Propósito

Acreditamos que só uma visão abrangente de proteção nos pode aproximar das pessoas, colocando-nos no lugar certo para as ajudar a tirar o melhor partido das mudanças que acontecem. Queremos estar próximos dos nossos clientes nas mudanças que ocorrem nas suas vidas, quer sejam mudanças positivas ou negativas, grandes ou pequenas, definitivas ou temporárias. Para os nossos parceiros, atuais e potenciais, estamos sempre disponíveis para encontrar as soluções de proteção mais adequadas às suas necessidades e ao seu modelo de negócio, privilegiando os princípios da cocriação, agilização e simplificação de processos e para manter o seu foco no essencial: servir o cliente.

Visão

Agir todos os dias no interesse das pessoas e da sociedade.



Missão

Prestar um contributo decisivo para a confiança e segurança das pessoas e para uma sociedade sustentável, procurando distinguir-se pela simplicidade e facilidade das escolhas apresentadas, pela confiança construída com base na clareza da linguagem utilizada, pela qualidade de serviço e pela rapidez no tratamento das necessidades dos clientes e parceiros.

Valores

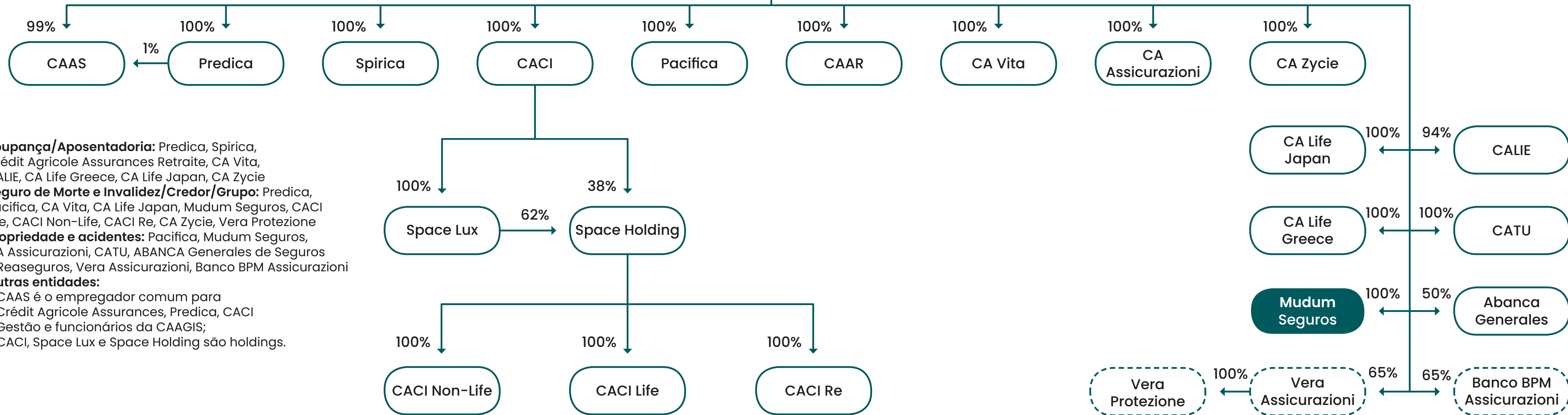
Os valores da Mudum Seguros mantêm-se inalterados desde a criação da Companhia (então com outra designação) em 1996, sendo esses valores a orientação para o cliente, a procura da excelência, iniciativa individual, honestidade/integridade e espírito de equipa. Quando criámos a marca “Mudum” incluímos ainda os valores da confiança, proximidade, comunidade/globalidade e inovação que acrescem uma perspetiva mais integrada numa sociedade em movimento com exigências em constante mudança.



2.2 - Quem somos no Grupo Crédit Agricole



Ativos: Crédit Agricole Assurances, Amundi, Indosuez Wealth Management
Banca de retalho: LCL, banca de retalho internacional (Crédit Agricole Italy, Crédit Agricole Bank Poland, Crédit Agricole Egypt, Crédit Agricole Ukraine)
Serviços financeiros especializados: Crédit Agricole Consumer Finance, Crédit Agricole Leasing & Factoring
Grandes clientes: Crédit Agricole Corporate & Investment Bank, Caceis Investor Services
Empresas especializadas e subsidiárias: Crédit Agricole Immobilier, Uni-Médias, Crédit Agricole Payment Services, Crédit Agricole Capital Investissement & Finance, Plataforma de Infraestrutura do Grupo Crédit Agricole, BforBank, IDIA Capital investissement, Crédit Agricole Transitions & Energie



Poupança/Aposentadoria: Predica, Spirica, Crédit Agricole Assurances Retraite, CA Vita, CALIE, CA Life Greece, CA Life Japan, CA Zycie
Seguro de Morte e Invalidez/Credor/Grupo: Predica, Pacifica, CA Vita, CA Life Japan, Mudum Seguros, CACI Life, CACI Non-Life, CACI Re, CA Zycie, Vera Protezione
Propriedade e acidentes: Pacifica, Mudum Seguros, CA Assicurazioni, CATU, ABANCA Generales de Seguros y Reaseguros, Vera Assicurazioni, Banco BPM Assicurazioni
Outras entidades:
 - CAAS é o empregador comum para Crédit Agricole Assurances, Predica, CACI Gestão e funcionários da CAAGIS;
 - CACI, Space Lux e Space Holding são holdings.

2.2 - Quem somos no Grupo Crédit Agricole

Crédit Agricole  CRÉDIT AGRICOLE

A Missão do Grupo CA é “Trabalhar todos os dias no interesse dos nossos clientes e da sociedade”.

Em 2025 definiu um plano de desenvolvimento estratégico de médio/longo prazo ambicioso, mas realista e com objetivos muito concretos e definidos, a que designou **ACT 2028**:

1. Aceleração

Crescer em França e a nível internacional.

2. Coesão

Atuar de forma coesa, em equipa, em torno de uma estratégia comum que imprima uma força sinérgica.

3. Transformação

Simplificar processos, decisões e formas de pensar.



2 QUEM SOMOS

2.2 – Quem somos no Grupo Crédit Agricole

Crédit Agricole Assurances



O Crédit Agricole Assurances (CAA), **a maior seguradora de França**, é a empresa do grupo Crédit Agricole que reúne todos os negócios de seguros do Crédit Agricole S.A. e o acionista da MUDUM.

O CAA oferece uma gama de produtos e serviços em poupança, reforma, saúde, proteção pessoal e seguros patrimoniais. São distribuídos pelos bancos do Crédit Agricole em França e em 9 países em todo o mundo, em alguns casos com parceiros locais. Os seus produtos destinam-se a clientes individuais, profissionais, agrícolas e empresariais.

O CAA tem cerca de 6.000 colaboradores e, em 2025, atingiu um volume recorde de prémios emitidos de **52,4 mil milhões de euros**, um resultado líquido de **2,03 mil milhões de euros** e, demonstrando a sua força, um rácio prudencial Solvência II de aproximadamente **195%**.

A qualidade do serviço (relacionamento com o cliente, gestão de sinistros) é uma das principais prioridades do Crédit Agricole Assurances, com uma taxa global de satisfação de cliente de 87%.

A missão do Grupo é “Trabalhar todos os dias no interesse dos nossos clientes e da sociedade” e, como tal, tem metas ambiciosas que nos permitem olhar para o futuro com confiança e com comprometimento. Para atingirmos estas metas precisamos de mudanças, não só em termos de conhecimento técnico e investimento, como nos domínios digital e de dados, e também através da adoção de uma abordagem mais coletiva ao trabalho e à resolução de problemas, tornando-nos mais recetivos às necessidades dos nossos clientes e às principais questões que a nossa sociedade enfrenta.

O CAA pretende manter o papel de apoiar a comunidade que incorpora e a singularidade de cada um dos seus clientes e cada um dos seus projetos, com base no modelo universal e útil para os clientes e para a sociedade.

2.2 - Quem somos no Grupo Crédit Agricole



Na Mudum, alinhamos verdadeiramente toda a nossa estratégia, valores, ética e conduta, com o nosso acionista, o Grupo Crédit Agricole e o Grupo Crédit Agricole Assurances. A Mudum tem uma gestão autónoma, mas alinhada com o Grupo, beneficiando da capacidade de obter sinergias e de alavancar a sua atuação com a capacidade que o Grupo Crédit Agricole tem de fornecer informação, referenciais de melhores práticas, capacidade de execução, otimização de processos e custos.



2.3 – A nossa estratégia

A nossa estratégia

Em 2025, a Mudum reforça a sua ambição de crescer de forma sustentável, responsável e humana, alinhada com as grandes orientações estratégicas do Grupo Crédit Agricole Assurances e com as prioridades globais do Grupo Crédit Agricole (**ACT 2028**).

Há 29 anos no mercado segurador, a Mudum construiu uma posição sólida no segmento Não Vida, sustentada pela confiança dos clientes, pela proximidade dos parceiros e pela segurança de pertencer a um dos maiores grupos financeiros do mundo. Esta estabilidade dá-nos a capacidade e a responsabilidade de contribuir ativamente para a sociedade, criando valor real para os clientes e para o futuro.

Em linha com o propósito de “agir todos os dias no interesse dos nossos clientes e da sociedade”, queremos aprofundar o crescimento com os nossos parceiros estratégicos, e expandir a nossa rede de parceiros de distribuição, reforçando a capacidade de chegar a mais clientes e oferecer soluções relevantes em todos os momentos da sua vida.

A nossa estratégia para 2025 assentou numa abordagem verdadeiramente universal, garantindo acesso fácil, digital e omnicanal, e disponibilizando

uma oferta completa que responde de forma clara às necessidades reais dos clientes.

Com o impulso do programa estratégico do Grupo, queremos melhorar continuamente a experiência do cliente, usando o digital, os dados e uma cultura de utilidade que dá sentido ao que fazemos.

A Mudum quer ser uma empresa onde as pessoas se sentem valorizadas, envolvidas e parte ativa da estratégia.

Trabalhamos para fortalecer:

- o compromisso coletivo,
- a responsabilidade individual,
- e uma cultura de confiança e proximidade.

A distinção **Great Place to Work**, alcançada pelo terceiro ano consecutivo, confirma aquilo que vivemos todos os dias: as pessoas são a nossa prioridade, e o seu desenvolvimento — profissional e pessoal — é uma parte essencial do nosso caminho para o futuro.

O setor segurador é, por natureza, um agente de estabilidade social. A Mudum reforça esta vocação através de ações concretas que refletem a ambição do **ACT 2028**, centrada na transição energética, inclusão e impacto positivo.

A sustentabilidade está presente em tudo o que fazemos, nas soluções que disponibilizamos, nas práticas de investimento e na forma como operamos enquanto organização.

Queremos contribuir de forma ativa para uma sociedade mais resiliente e sustentável — um compromisso que faz parte da nossa identidade e que orienta as nossas escolhas no presente e no futuro.

Num mundo em constante mudança, a capacidade de adaptação é fundamental.

A nossa estratégia para 2025 passou por antecipar as mudanças, apoiar os nossos parceiros e clientes nos seus próprios desafios e garantir um *time-to-market* competitivo, que acrescenta valor real.

Em 2025, continuamos a crescer de forma sólida e sustentada. A Mudum afirma-se como uma seguradora que combina proximidade, simplicidade, utilidade e responsabilidade — pilares fundamentais para construir o futuro, hoje.

Alinhada com a estratégia de crescimento do Grupo, a Mudum está a crescer de forma sustentada.

2.4 – A nossa visão de parceria

A nossa identidade assenta num modelo B2B2C, no qual o nosso primeiro cliente é o nosso parceiro. É a partir desse relacionamento que cocriamos soluções ajustadas ao seu modelo de negócio e capazes de gerar verdadeiro valor para o cliente final. Construimos em conjunto, porque acreditamos que só assim garantimos relevância, proximidade e utilidade — hoje e amanhã.



Qualidade no serviço que prestamos, com foco no cliente.

A Mudum está a crescer, a diversificar e, sobretudo, a abraçar a mudança. O ritmo acelerado de transformação dos diferentes ecossistemas em que operamos — social, tecnológico, económico — abre novas oportunidades que queremos aproveitar com agilidade e visão.

Interagimos com os clientes através de perspetivas inovadoras, tirando partido das vantagens que esta evolução nos traz. As mudanças estão a acontecer em múltiplas dimensões: na forma como os clientes se relacionam com as empresas, nas novas formas de trabalhar, de nos movermos, de consumir, de

comunicar e de viver. Estes novos padrões estão a moldar a sociedade e a gerar necessidades completamente novas — e cabe-nos estar preparados para responder a elas.

Estamos a preparar-nos para o futuro, fortalecendo o que já nos diferencia e posicionando-nos para crescer de forma sustentável e alinhada com o contexto em permanente evolução.

2.5 - Os nossos produtos e serviços

Temos uma gama alargada de produtos que respondem a necessidades de clientes particulares e micro e pequenas empresas.

Particulares

Proteção Património



Casa
Individual



Auto
Individual

Proteção de Pessoas



Saúde
Individual, Sénior,
Dental, Plus



**Acidentes
Pessoais**
Dia a dia
Proteção Salário



Outros
Animais domésticos
Riscos cibernéticos
Empregadas domésticos
Equipamentos eletrónicos



**Proteção
ao Crédito**
Crédito Individual
Crédito Habitação

Qualidade

Procurando desenvolver produtos adaptados às necessidades do distribuidor e do cliente com foco na qualidade dos serviços de assistência e gestão de sinistros.

Simplicidade

Produtos claros e simples com venda simplificada.

Transparência

Contratos e modelos de comunicações legíveis, claros e simples de forma a combater a iliteracia financeira.

Rapidez

Simplificamos o processo de subscrição das apólices de forma que seja mais ágil o processo de aquisição do seguro.

Criamos produtos adaptados para responder ao perfil de cliente do nosso parceiro, com a preocupação de incorporarmos sempre inovação e sustentabilidade na sua conceção. Para o segmento das famílias temos uma oferta alargada que responde às principais necessidades de proteção. Para o segmento das micro e pequenas empresas temos uma oferta base que responde às necessidades deste segmento, embora estejamos hoje a alargar esta oferta para nos adaptarmos às novas necessidades deste segmento. Estamos atentos às mudanças de mobilidade e novos hábitos de consumo, de forma a conseguirmos sempre adaptar a nossa oferta às novas realidades e necessidades dos clientes.

Micro e pequenas empresas



**Acidentes
Trabalho**



**Multirisco
Negócios**



**Saúde
Negócios**

2.6 – As nossas pessoas

Em 2025, a Mudum consolidou a convicção de que o talento das suas pessoas constitui o principal motor da sustentabilidade e competitividade da Companhia. A estratégia de gestão de pessoas manteve o foco na construção de um ambiente de trabalho inclusivo, ético e colaborativo, que promove a motivação e oferece a cada colaborador condições para contribuir para os objetivos organizacionais e desenvolver o seu percurso profissional.

Com uma equipa estável e qualificada, a Mudum reforçou as bases culturais que sustentam a sua ambição de excelência operacional, inovação e responsabilidade social. Os princípios de diversidade, inclusão e bem-estar continuaram intrínsecos ao modelo de gestão de pessoas, favorecendo a participação ativa, a autonomia e a colaboração, em linha com os compromissos assumidos nos últimos anos.

Em 2025, a Mudum contou com 97 colaboradores, dos quais 99% com vínculo efetivo, refletindo estabilidade, compromisso e sustentabilidade das práticas de empregabilidade. A promoção do equilíbrio de género e da liderança feminina permaneceu como objetivo estratégico, verificando-se que 57% da equipa é composta por mulheres, das quais 47% ocupam funções de gestão ou coordenação. Mantivemo-nos

ainda subscritores da Carta para a Diversidade, promovida pela Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI).

Num contexto de rápida transformação tecnológica e social, reforçámos a importância da aprendizagem contínua e a promoção de competências como autonomia, curiosidade e capacidade de adaptação. Ao longo do ano, foram realizadas cerca de 4.500 horas de formação, com enfoque em ética e compliance, tecnologia e digital, sustentabilidade, desenvolvimento pessoal, segurança e saúde no trabalho.

Este modelo de capacitação está alinhado com a Política de Remuneração, que reconhece a relevância das competências funcionais, técnicas e comportamentais no processo de avaliação de desempenho e na determinação da componente variável.

A Mudum manteve também iniciativas de bem-estar, apoio à parentalidade, saúde mental e flexibilidade organizacional, reforçando uma cultura humana e de proximidade. Este compromisso tem sido reconhecido externamente, nomeadamente através das certificações Great Place to Work.

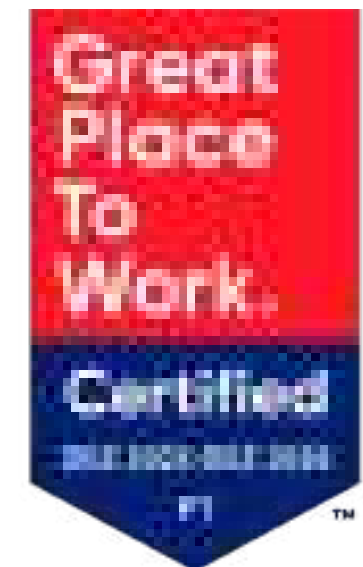
A Mudum continuará a orientar a sua atuação por uma estratégia centrada nas pessoas,

Temos orgulho em ser distinguidos pelo 3º ano consecutivo com a certificação “Great Place to Work”

reconhecendo-as como o principal fator diferenciador e elemento essencial para a execução sustentável do propósito e missão da Companhia. Neste contexto, compromete-se a:

- Promover uma política de compensação e benefícios competitiva, alinhada com as melhores práticas do setor e orientada pela valorização, equidade interna e capacidade de atração e retenção de talento;
- Assegurar a evolução contínua dos programas de formação e desenvolvimento, fomentando o autodidatismo e preparando as equipas para desafios futuros;
- Reforçar a maturidade digital e a eficiência operacional, garantindo que todos dispõem das ferramentas e condições necessárias para atuar num ambiente exigente e orientado por dados;
- Promover um ambiente de trabalho inclusivo, diverso e motivador, com enfoque no bem-estar físico, emocional e psicológico;
- Integrar práticas de responsabilidade social e sustentabilidade, contribuindo para iniciativas de impacto positivo na comunidade e no meio ambiente.

“Great Place to WORK”





SER EFICIENTE
NA MUDANÇA

3 RELATÓRIO DE GESTÃO
REFERENTE AO
EXERCÍCIO DE 2025

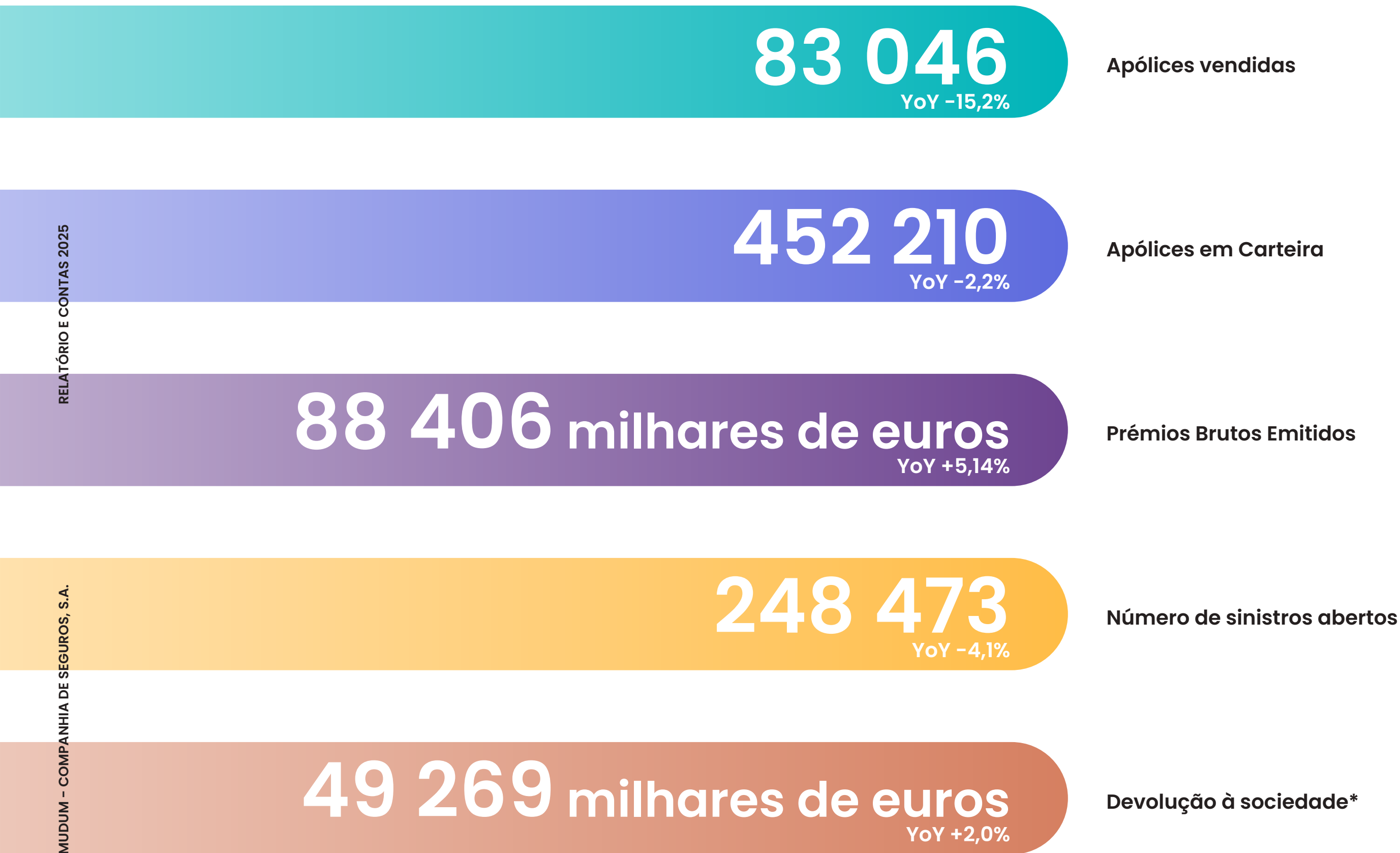
EFICIÊNCIA NA MUDANÇA

Num cenário em constante evolução, a eficiência torna-se essencial para manter a agilidade e garantir resultados sustentáveis.

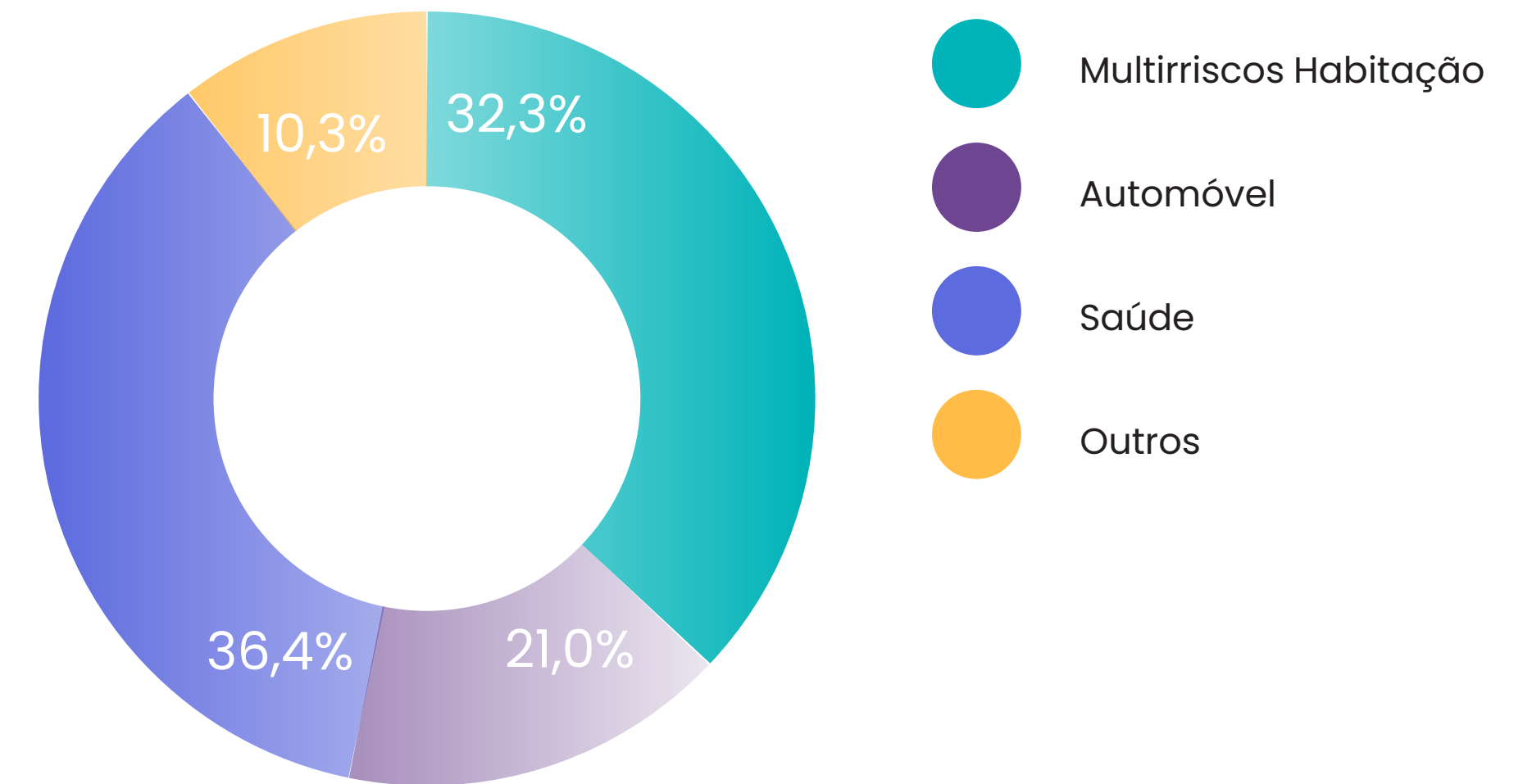
Ser eficiente na mudança significa simplificar, priorizar e focar no que realmente importa, utilizando os recursos de forma inteligente.

É a capacidade de fazer melhor, com clareza e propósito, que nos permite crescer com consistência.

3.1 – Números chave



Business Mix (Prémios Brutos Emitidos)



*montantes pagos

3.1 – Números chave

Colaboradores

97

Diversidade - “managers”

47%  53% 

Rácio Combinado

97%

Resultado Líquido

2 495 milhares de euros

Rácio de solvência

175%

Score ESG investimentos*

Risco baixo: 15

(na escala sustainabilitycs:)



* carteira de obrigações; score Sustainalytics uma companhia Morningstar e um fornecedor de investigação, classificações e dados “ESG” reconhecido a nível mundial

3.2 – Enquadramento macroeconómico

3.2.1 – Situação económica mundial

O ano de 2025 caracterizou-se por uma economia global resiliente, registando um crescimento de 3,3% de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional de Janeiro de 2026. Este desempenho, equivalente ao observado em 2024, resulta do equilíbrio entre forças divergentes: os ventos contrários associados às tensões comerciais foram compensados pelo impulso do investimento relacionado com a tecnologia, designadamente a inteligência artificial, pelo suporte das políticas fiscal e monetária, e pela adaptabilidade do setor privado.

Os Estados Unidos evidenciaram um abrandamento controlado, com um crescimento de 2,1%, inferior aos 2,8% registados em 2024. A economia americana beneficiou do apoio da política fiscal e da redução das taxas de juro diretoras, enquanto o impacto das barreiras comerciais se foi gradualmente dissipando. O investimento em setores tecnológicos manteve-se dinâmico, embora com sinais de moderação ao longo do ano.

A Zona Euro registou uma recuperação modesta, com um crescimento de 1,4%, acima dos 0,9% de 2024, mas ainda condicionada por fragilidades estruturais persistentes. A Alemanha, após dois anos consecutivos de contração, retomou um crescimento marginal de 0,2%, enquanto Espanha manteve um desempenho robusto com 2,9%.

A região beneficia menos do impulso tecnológico recente comparativamente a outras regiões, e os efeitos persistentes da subida dos preços energéticos na sequência da invasão russa da Ucrânia continuam a pesar sobre o setor industrial.

A China registou um crescimento de 5,0%, sustentado por medidas de estímulo e empréstimos adicionais para investimento por parte de bancos de política. As autoridades conseguiram conter parcialmente os efeitos adversos das tensões comerciais através de uma trégua que reduziu as tarifas bilaterais com os Estados Unidos até novembro de 2026. Não obstante, persistem desafios estruturais significativos, designadamente no setor imobiliário, que poderão condicionar a trajetória de crescimento nos próximos anos.

A inflação global prosseguiu a sua trajetória descendente, situando-se em 4,1% em 2025, com projeções de 3,8% para 2026. Nas economias avançadas, a inflação convergiu para 2,5%, com a persistência de pressões inflacionistas mais acentuada nos Estados Unidos, onde se projeta um retorno mais gradual ao objetivo de 2%. As políticas monetárias mantiveram-se acomodáticas, com o BCE a manter as taxas inalteradas e a Reserva Federal a prosseguir reduções cautelosas, enquanto o Banco do Japão iniciou um ciclo de normalização gradual.

O comércio mundial registou uma expansão de 4,1%, refletindo dinâmicas de antecipação de transações face às subidas anunciadas de direitos aduaneiros e o forte crescimento dos fluxos relacionados com investimentos em inteligência artificial. Os preços das matérias-primas energéticas recuaram cerca de 14%, num contexto de procura global moderada e oferta abundante, enquanto as condições financeiras globais se mantiveram genericamente acomodáticas, não obstante alguma volatilidade e a subida das yields soberanas.

3.2.2 – Situação económica nacional

Em 2025, a economia portuguesa manteve uma trajetória de crescimento sólido, com uma expansão do PIB de 2,0%, de acordo com as estimativas do Banco de Portugal de dezembro de 2025. Este desempenho, ligeiramente inferior aos 2,1% registados em 2024, reflete a resiliência da economia nacional num contexto internacional marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro.

O consumo privado constituiu o principal motor do crescimento, expandindo 3,6%, impulsionado pelo aumento do rendimento disponível real das famílias. Este incremento beneficiou das medidas governamentais implementadas, designadamente a redução do IRS com efeitos retroativos ao início do ano e o pagamento do suplemento extraordinário para as pensões mais baixas. Não obstante, a confiança dos consumidores não recuperou os níveis pré-pandemia, refletindo perceções ainda elevadas relativamente à inflação.

O mercado de trabalho permaneceu resiliente, com o emprego a crescer 2,2% e a taxa de desemprego a situar-se em 6,2%, próximo de mínimos históricos. A evolução favorável do emprego foi sustentada pelo aumento da população em idade ativa e pela maior taxa de atividade, embora se tenha

3.2 – Enquadramento macroeconómico

3.2.2 – Situação económica nacional

observado uma moderação dos fluxos migratórios face aos máximos atingidos em 2023.

A formação bruta de capital fixo registou um crescimento robusto de 4,0%, beneficiando do contributo significativo do investimento público associado à execução do PRR. A componente empresarial manteve-se mais contida num contexto de elevada incerteza, que terá condicionado algumas decisões de investimento.

As exportações abrandaram para 1,1%, num enquadramento internacional volátil, não acompanhando o dinamismo da procura externa. Os exportadores portugueses enfrentaram um contexto mais desafiante, refletindo o aumento das barreiras aduaneiras e pressões sobre a competitividade-preço associadas à apreciação do euro e aos aumentos dos custos unitários de trabalho nos últimos anos.

A inflação prosseguiu uma trajetória descendente, situando-se em 2,2% em média anual, com convergência para 2,0% no final do ano. A componente subjacente, excluindo bens alimentares e energéticos, manteve um perfil descendente, refletindo o abrandamento do preço dos serviços.

Em matéria de finanças públicas, o saldo orçamental situou-se em equilíbrio (0,0% do PIB), refletindo a deterioração face ao excedente de 0,5% registado em 2024. Esta evolução resultou das medidas de redução de impostos e do aumento permanente da despesa, parcialmente compensados pelo desempenho favorável da receita fiscal. O rácio da dívida pública prosseguiu a trajetória descendente, reduzindo-se para 88,2% do PIB.

3.2.3 – O mercado segurador

Enquadramento geral

A atividade seguradora em Portugal evidenciou em 2025 um desempenho muito positivo, consolidando a recuperação iniciada no exercício anterior. De acordo com os dados divulgados pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS), a produção total de seguro direto e entregas para fundos de investimento atingiu 16.227,9 milhões, o que representa um acréscimo de 13,4% face a 2024.

Este resultado aproxima-se do anterior máximo registado em 2010 (16,3 mil milhões, em termos nominais) e traduz-se numa penetração estimada de 5,5% do produto interno bruto nacional e num valor médio aproximado de 1.500€ por habitante (APS). A análise da evolução histórica das últimas duas décadas permite identificar que o segmento Vida tem sido o principal responsável pelas oscilações do volume agregado, enquanto o ramo Não Vida tem mantido uma progressão mais estável e previsível.

Evolução do segmento Vida: recomposição da carteira de produtos

O segmento Vida contribuiu de forma decisiva para o crescimento do setor em 2025, ao registar uma expansão de 17,8% e alcançar um volume de

produção de 8.197,6 milhões de euros, regressando assim a uma quota superior a 50% do mercado total. Este comportamento reflete não apenas a adaptação comercial das seguradoras, mas sobretudo uma reorientação material do perfil de investimento dos tomadores de seguro.

A tendência mais marcante do exercício foi a procura acentuada por produtos ligados a fundos de investimento (*unit-linked*), que registaram uma progressão de 78,7%. Esta evolução sinaliza uma maior predisposição dos aforradores para assumir exposição aos mercados de capitais, num contexto de normalização das taxas de juro e de recuperação das expectativas de rentabilidade dos ativos financeiros. Em contrapartida, os produtos de capitalização não indexados a fundos registaram uma contração de 7,0%, evidenciando uma clara transferência entre tipologias de produto.

Os Planos Poupança Reforma (PPR) mantiveram uma trajetória ascendente, embora mais contida, com um crescimento de 11,7%, confirmando o interesse estrutural dos consumidores por instrumentos de complemento de reforma.

3.2 – Enquadramento macroeconómico

3.2.3 – O mercado segurador

Dinâmica do segmento Não Vida: maturidade e diversificação

O ramo Não Vida manteve o seu padrão de crescimento consistente, ao evoluir 9,2% e atingir 8.030,3 milhões de euros de produção. Embora o seu peso relativo na estrutura global tenha registado uma ligeira redução para 49,5%, este segmento continua a evidenciar maturidade técnica e capacidade de adaptação às condições de mercado.

No ramo Automóvel, a produção ascendeu a 2.594,6 milhões de euros (+9,9%), com particular destaque para a aceleração da componente de responsabilidade civil, que cresceu 9,4%, e para a manutenção do dinamismo da cobertura de danos próprios, que avançou 11,0%. Esta evolução resulta da conjugação de múltiplos fatores: os ajustamentos tarifários implementados para responder à inflação dos custos de reparação, a maior sofisticação tecnológica dos veículos (com impacto nos valores de reparação) e a normalização da oferta de viaturas após os constrangimentos verificados em anos anteriores.

O segmento Acidentes e Doença, na sua globalidade, expandiu 10,0% para 3.361,0 milhões de euros. Dentro deste agregado, o ramo Saúde assume

especial relevância, ao crescer 12,3% e alcançar 1.782 milhões de euros. Este comportamento traduz simultaneamente o alargamento da base de pessoas protegidas e o ajustamento dos prémios médios em resposta à escalada dos custos médicos, confirmando a valorização crescente deste tipo de cobertura por parte das famílias portuguesas. Por seu turno, o ramo Acidentes de Trabalho evoluiu 8,4%, fixando-se em 1.355,3 milhões de euros (APS), refletindo a dinâmica do mercado laboral, embora com uma moderação face aos ritmos observados nos dois anos precedentes.

O ramo Incêndio e Outros Danos registou uma progressão de 8,1%, totalizando 1.377,7 milhões de euros. Este crescimento continua a ser sustentado maioritariamente pelos seguros multiriscos de habitação, enquanto as coberturas associadas aos setores comercial e industrial já evidenciam algum abrandamento. A adequação dos valores seguros aos custos de reposição atuais e o reforço das coberturas de catástrofes naturais constituíram preocupações centrais das seguradoras ao longo do exercício.

Sinistralidade catastrófica: impacto da Tempestade Martinho

O exercício de 2025 ficou marcado pela ocorrência

da Tempestade Martinho, entre 19 e 23 de março, que se configurou como o evento catastrófico mais significativo do ano. Este fenómeno meteorológico gerou 26.600 participações de sinistros e determinou o pagamento e provisionamento de indemnizações no montante de 64,7 milhões de euros. A materialização deste risco reforçou a relevância da gestão proativa da exposição a eventos climáticos extremos, bem como a necessidade de adequação das estruturas de transferência de risco para resseguro e de afinação dos critérios de subscrição com base em segmentação geográfica mais granular.

Ambiente concorrencial e estrutura de mercado

A condução técnica do negócio manteve-se como princípio orientador da estratégia das seguradoras no ramo Não Vida, materializando-se na revisão das políticas de aceitação de risco, na atualização das tarifas em função da sinistralidade observada e na seletividade crescente na subscrição.

A concorrência permaneceu intensa nos ramos de maior volume, tendo sido parcialmente compensada pela implementação generalizada de ajustamentos de preço e pela diferenciação através de investimento em capacidades digitais e na qualidade da experiência oferecida aos clientes.

Em termos estruturais, o mercado segurador português continua a apresentar níveis de concentração relevantes, com os três principais grupos económicos a deter aproximadamente 63% do segmento Não Vida (estimativa com base em dados APS). Os movimentos de consolidação setorial prosseguiram em 2025, num contexto em que a dimensão, a eficiência de processos e a capacidade de gestão técnica de risco se afirmam como determinantes competitivos essenciais.

Vetores de transformação e enquadramento regulamentar

O setor segurador português continuou em 2025 a ser influenciado por múltiplas tendências estruturais. A transformação digital acelerou, com crescente recurso a ferramentas de inteligência artificial e automatização em áreas como a subscrição de risco, a gestão de sinistros e o relacionamento com clientes. A integração de critérios ambientais, sociais e de governação (ESG) nas estratégias empresariais prosseguiu, com particular incidência na avaliação e gestão dos riscos climáticos.

No plano regulamentar, o ano ficou assinalado pela entrada em vigor, em janeiro, do Regulamento DORA (*Digital Operational Resilience Act*), que introduziu novos requisitos de resiliência operacional digital,

3.3 – A atividade da Mudum Seguros

3.3.1 – Produção

reforçando a já elevada carga de cumprimento regulamentar e de reporte que caracteriza o setor.

Em conclusão

O comportamento do setor segurador em 2025 evidencia a sua capacidade de conjugar crescimento comercial com sustentabilidade técnica, num contexto caracterizado por exposição a riscos de elevada severidade potencial, complexidade operacional crescente e enquadramento regulamentar cada vez mais exigente. O desempenho registado confirma a maturidade e a resiliência do setor segurador português, que mantém indicadores sólidos de rendibilidade e solvência.

O volume total de produção comercial alcançado em 2025, através das redes do novobanco, do novobanco dos Açores, do Banco BEST, JAP Seguros, do Banco Credibom, corretora Costa Duarte e MDS cifrou-se em 83.046 apólices.

Em 2025 renovamos a nossa oferta do seguro Multirriscos Habitação em comercialização nas redes do novobanco e novobanco dos Açores, incorporando novas funcionalidades que reforçam a sustentabilidade; uma fórmula de entrada mais completa, incluindo roubo e responsabilidade civil, mantendo um preço acessível; e maior personalização com *packs* dedicados a inquilinos e proprietários e assistência ajustada ao perfil do cliente.

Consolidamos igualmente a distribuição dos produtos Automóvel, Saúde e Multirriscos habitação através dos canais digitais (web e app) reforçando as soluções omnicanal à disposição dos clientes.

A parceria com a JAP Seguros consolidou-se de forma expressiva, representando já 10% da produção comercial no ramo Automóvel. Paralelamente, estabelecemos uma nova colaboração estratégica com a MDS — o maior corretor nacional — e a Munich Re, através do lançamento de uma oferta de seguro automóvel dedicada. Lançada na reta final do ano, esta

iniciativa posiciona a Mudum para um crescimento sustentado em 2026.

O ramo Automóvel evidenciou um crescimento assinalável, com mais 4.811 apólices comercializadas. O número total de apólices vendidas registou uma redução de 14.838 unidades face a 2024 (-15%), influenciada sobretudo pelo ajustamento no ramo Saúde, após o extraordinário crescimento de 2024.

Nº Apólices	2025	2024	Var. 2025/2024
Multirriscos Habitação	20 189	20 653	-2%
Automóvel	23 986	19 175	25%
Saúde	9 640	20 711	-53%
Outros	29 231	37 345	-22%
Total	83 046	97 884	-15%

A carteira mantém-se robusta, com 452.210 apólices ativas e uma base alargada de 337.680 clientes evidenciando resiliência do negócio num ano de consolidação.

Os prémios brutos emitidos atingiram 88.406 milhares de euros, registando um crescimento de 5% face ao período homólogo (+4.325 milhares de euros). Este crescimento foi impulsionado pelas

soluções Automóvel (+2.315 milhares de euros) mas também Multirriscos Habitação (+1.662 milhares de euros) e Saúde (+1.523 milhares de euros). O seguro de Proteção ao Crédito registou uma contração, refletindo a moderação da atividade de crédito ao consumo dos parceiros distribuidores.

milhares de euros

Prémios Brutos Emitidos	2025	2024	Var. 2025/2024
Multirriscos Habitação	28 538	26 876	6%
Automóvel	18 614	16 299	14%
Saúde	32 145	30 622	5%
Outros	9 109	10 284	-11%
Total	88 406	84 081	5%

Com este desempenho, a Mudum manteve a sua quota de mercado de 1,1% em 2025, assegurando simultaneamente elevados níveis de satisfação dos clientes: : um NPS de 57 e um índice de satisfação após sinistros de 87%, refletindo a qualidade do serviço prestado.

Os réditos de contratos de seguro atingiram 89.189 milhares de euros, um crescimento de 6% face a 2024 (+5.110 milhares de euros) com particular destaque para o portfolio Automóvel (+2.016

3.3 – A atividade da Mudum Seguros

3.3.2 – Gastos com contratos de Seguro

milhares de euros). Saúde mantém-se como principal negócio em termos de receita com 36% do total seguido pelo Multirriscos Habitação (31%) e soluções Automóvel (20%).

milhares de euros

Réditos de contratos de seguro	2025	2024	Var. 2025/2024
Multirriscos Habitação	27 872	26 529	5%
Automóvel	18 061	16 045	13%
Saúde	31 992	30 269	6%
Outros	11 264	11 236	0%
Total	89 189	84 079	6%

Custos com sinistros

Os custos com sinistros de seguro direto, incluindo o ajustamento de risco para o efeito não financeiro, totalizaram 50.544 milhares de euros, apresentando um acréscimo de 5% face a 2024.

milhares de euros

Gastos Contratos de Seguro (sinistros)	2025	2024	Var. 2025/2024
Multirriscos Habitação	15 423	12 758	21%
Automóvel	11 776	13 097	-10%
Saúde	21 532	21 062	2%
Outros	1 813	1 288	41%
Total	50 544	48 205	5%

Este incremento, inferior ao crescimento da receita, deve-se principalmente ao portfólio Multirriscos Habitação (+ 2.665 milhares de euros) que suportou ao longo do ano um conjunto de intempéries, entre elas pela sua particular intensidade a tempestade “Martinho”. O ramo Automóvel, por sua vez, registou uma redução expressiva dos gastos com sinistros (-1.321 milhares de euros), contribuindo de forma decisiva para a recuperação técnica deste portfólio, que havia sido deficitário em 2024.

É igualmente relevante assinalar a continuação da estabilização dos gastos com sinistros do ramo Saúde, consolidando o seu equilíbrio técnico após ajuste inflacionário pós-pandémico de 2023.

Outros gastos atribuíveis

Os outros gastos atribuíveis, correspondentes às despesas de estrutura diretamente relacionadas com o serviço prestado ao cliente, ascenderam a 11.770 milhares de euros, representando um acréscimo de 2.584 milhares de euros face a 2024, refletindo a contínua aposta da Mudum no reforço e melhoria do seu serviço ao cliente.

milhares de euros

Outros Gastos Atribuíveis	2025	2024	Var. 2025/2024
Multirriscos Habitação	4 758	3 183	49%
Automóvel	2 586	2 026	28%
Saúde	3 638	3 271	11%
Outros	788	706	12%
Total	11 770	9 186	28%

3.3 – A atividade da Mudum Seguros

Gastos de aquisição

Os gastos de aquisição totalizaram 11.691 milhares de euros, decompostos em:

- 9.615 milhares de euros relativos a comissionamento aos distribuidores e outros custos diretos de aquisição (uma redução de 1.094 milhares de euros);
- 1.991 milhares de euros referentes a custos de funcionamento imputados à função aquisição (uma redução de 472 milhares de euros);
- Um efeito negativo de 86 milhares de euros associado ao diferimento dos gastos de aquisição (um aumento de 655 milhares de euros).

A redução global de 912 milhares de euros deve-se sobretudo ao menor ritmo de produção comercial anteriormente referido, não tendo o principal distribuidor atingido os patamares necessários para acionar as comissões variáveis de incentivo.

milhares de euros

Gastos de Aquisição	2025	2024	Var. 2025/2024
Multirriscos Habitação	3 093	4 235	-27%
Automóvel	2 078	1 723	21%
Saúde	3 810	3 883	-2%
Outros	2 710	2 762	-2%
Total	11 691	12 603	-7%

Alterações de serviço futuro (onerosidade)

No âmbito da norma contabilística IFRS 17, é requerido o reconhecimento antecipado de perdas esperadas para grupos de contratos que se preveja venham a registar um resultado negativo. Estas perdas são subsequentemente recuperadas com a materialização efetiva da sinistralidade. Em 2025, a Companhia recuperou uma parcela significativa da onerosidade registada em 2024 no portfólio Automóvel (aproximadamente 1.442 milhares de euros). No portfólio de Saúde, foi recuperada a componente de perda registada em 2024; contudo, por prudência, manteve-se o registo de componente de perda relativa ao exercício de 2025, resultando num efeito líquido negativo de 313 milhares de euros.

Em termos globais, esta rubrica registou um proveito líquido de 1.111 milhares de euros, representando um aumento de 775 milhares de euros face a 2024.

milhares de euros

Alterações de Serviço futuro (onerosidade)	2025	2024	Var. 2025/2024
Multirriscos Habitação	-	-	0%
Automóvel	1 424	(1 442)	-199%
Saúde	(313)	1 778	-118%
Outros	-	-	0%
Total	1 111	336	231%

3.3.3 – Resseguro

Em 2025, o resultado de resseguro registou um agravamento de 210 milhares de euros (4%), refletindo comportamentos distintos entre os ramos. Os ramos Multirriscos Habitação e Automóvel evidenciaram variações mais expressivas em termos relativos, em resultado não só do aumento generalizado dos prémios de resseguro no mercado, mas também de níveis de recuperação de sinistros em 2024 superiores ao esperado e respetiva normalização em 2025. Por outro lado, continuou a verificar-se uma melhoria no portfólio de Proteção ao Crédito, uma linha de negócio incluída na rubrica “Outros” do quadro abaixo e sobre a qual a Companhia passou a reter 100% do risco para novos contratos em 2024, gerando naturalmente um menor custo.

milhares de euros

Resultado de Resseguro cedido	2025	2024	Var. 2025/2024
Multirriscos Habitação	(1 849)	(1 626)	14%
Automóvel	(1 846)	(1 599)	15%
Saúde	(306)	(309)	-1%
Outros	(1 038)	(1 295)	-20%
Total	(5 039)	(4 829)	4%

A Mudum não detém qualquer negócio relativo a resseguro aceite.

3.3 – A atividade da Mudum Seguros

3.3.4 – Gastos não atribuíveis e gastos gerais por natureza

Os outros gastos não atribuíveis apresentaram em 2025 um acréscimo de 30% (1.984 milhares de euros) comparativamente a 2024.

milhares de euros

Gastos Não Atribuíveis	2025	2024	Var. 2025/2024
Multiriscos Habitação	2 666	2 066	29%
Automóvel	1 728	1 249	38%
Saúde	3 060	2 357	30%
Outros	1 077	875	23%
Total	8 531	6 547	30%

A imputação dos custos por natureza é efetuada em dois níveis: i) segregação entre gastos atribuíveis e não atribuíveis ii) repartição dos gastos atribuíveis entre gastos de aquisição e outros gastos atribuíveis, todas estas rubricas previamente detalhadas.

Em 2025, os gastos globais por natureza registaram um aumento de 8% (2.315 milhares de euros). Estes valores refletem um reforço de um conjunto de iniciativas que têm vindo a ser implementadas:

- Um investimento sustentado no capital humano, traduzindo-se num aumento de 8% nos custos com pessoal (+541 milhares de euros);
- Um reforço da capacidade da organização para responder de forma ágil aos desafios do mercado, da segurança e da resiliência operacional com um aumento dos fornecimentos e serviços externos em 1.901 milhares de euros, mas também do investimento particularmente incorpóreo em digitalização que se reflete no aumento de 24% nas amortizações do exercício;

milhares de euros

Gastos por natureza a imputar	2025	2024	Var. 2025/2024
Custos com o Pessoal	7 580	7 039	8%
Fornecimentos e Serviços Externos	12 128	10 227	19%
Impostos e Taxas	336	311	8%
Depreciações e Amortizações do Exercício	976	786	24%
Outras Provisões	778	103	655%
Juros Suportados	125	107	17%
Comissões	304	244	25%
Remunerações de mediação e outros custos aquisição	9 615	10 710	-10%
Total	31 842	29 527	8%

- Um adequado provisionamento para fazer face a potenciais riscos e encargos com o reforço das Outras Provisões em 777 milhares de euros.

3.3 – A atividade da Mudum Seguros

3.3.5 – Rácios Combinados

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro, incluindo todos os efeitos técnicos (ajustamento de risco e onerosidade), bem como o rácio de despesas que contempla os custos de intermediação e os gastos gerais de funcionamento, resultou num rácio combinado global de 97%, que se mantém abaixo de 100%, ainda que representando um aumento de 1 ponto percentual face a 2024, principalmente devido ao incremento do rácio de despesas globais.

Rácio Combinado	2025			2024			Var. 2025 / 2024
	Rácio Sinistros	Rácio Despesas	Rácio Combinado	Rácio Sinistros	Rácio Despesas	Rácio Combinado	
Multirriscos Habitação	62%	38%	100%	54%	36%	90%	+ 10 p.p.
Automóvel	68%	35%	103%	101%	31%	132%	- 28 p.p.
Saúde	69%	33%	102%	65%	31%	96%	+ 6 p.p.
Outros	25%	41%	66%	23%	39%	62%	+ 4 p.p.
Total	61%	36%	97%	63%	34%	96%	+ 1 p.p.

3.3.6 – Ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro

Seguro Direto

milhares de euros

Passivos de contratos de seguro	2025		2024		Serv. Fut Var. 2025 / 2024	Serv. Pass. Var. 2025 / 2024
	Serviços Futuros	Serviços Passados	Serviços Futuros	Serviços Passados		
Multirriscos Habitação	8 677	9 262	8 159	8 224	6%	13%
Automóvel	5 502	18 513	6 476	18 461	-15%	0%
Saúde	4 380	5 388	3 993	4 525	10%	19%
Outros	16 478	2 356	17 900	1 986	-8%	19%
Total*	35 037	35 519	36 528	33 196	-4%	7%

*Excluindo contas técnicas a receber e a pagar

Os passivos de contratos de seguro direto de serviço futuro registaram uma redução de 4% face a 2024 (-1.491 milhares de euros). Esta evolução resulta principalmente de dois fatores:

- Uma redução significativa de 15% (974 milhares de euros) no portfólio Automóvel em grande medida derivada da redução da componente de perda;
- Uma redução no portfólio Proteção ao Crédito (incluído no grupo "Outros"), resultante da diminuição de prémios brutos emitidos no grupo de contratos de 2025 num produto de prémio único com duração plurianual.

Os passivos de contratos de seguro direto de serviço passado evidenciaram um aumento de 7% (2.323 milhares de euros), denotando um reforço do provisionamento particularmente no portfólio Multirriscos Habitação e Saúde. O ramo Automóvel, não obstante a importante subida da produção, registou uma variação residual, em resultado da significativa redução da sinistralidade face a 2024.

3.3 – A atividade da Mudum Seguros

Resseguro

milhares de euros

Ativos de contratos de Resseguro	2025		2024		Serv. Fut Var. 2025 / 2024	Serv. Pass. Var. 2025 / 2024
	Serviços Futuros	Serviços Passados	Serviços Futuros	Serviços Passados		
Multiriscos Habitação	-	154	-	59	-	161%
Automóvel	-	2 238	-	2 600	-	-14%
Saúde	-	-	-	-	-	-
Outros	3 428	1 021	5 570	1 072	-38%	-5%
Total*	3 428	3 413	5 570	3 731	-38%	-9%

*Excluindo contas técnicas a receber e a pagar

Os ativos de contratos de resseguro cedido relativos a Serviços Futuros apresentaram uma redução de 38% face a 2024 (2.142 milhares de euros), com origem no portfólio Proteção ao Crédito. Esta evolução reflete não apenas a diminuição dos passivos de serviço futuro de seguro direto desta linha de negócio, mas também a descontinuação a partir de 2024 do tratado de resseguro para novas apólices deste produto.

Os ativos de contratos de resseguro cedido relativos a serviços passados registaram uma redução de 9%, embora com reduzida expressão em termos absolutos (-318 milhares de euros).

A Companhia não detém ativos de contratos de seguro direto ou passivos de contratos de resseguro.

3.3.7 – Atividade financeira

Investimentos

milhares de euros

Ativos Financeiros	2025	2024	Var. 2025 / 2024
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	97 316	93 166	4%
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	6 383	5 343	19%
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	499	1 996	-75%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 036	1 265	-18%
Total	105 234	101 770	3%

O valor global dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) cifrou-se em 105.770 milhares de euros no final de 2025, um aumento de 3.464 milhares de euros face a 2024, impulsionado sobretudo pela evolução positiva do justo valor dos ativos.

A carteira de investimentos é maioritariamente constituída por obrigações de emitentes públicos e privados, selecionadas segundo critérios rigorosos de diversificação e sustentabilidade, analisados previamente ao investimento:

- Exclusão de emitentes e setores específicos;
- Impacto direto positivo em termos ambientais e sociais (e.g., "green bonds");
- Gestão da carteira segundo critérios "ESG" ("Environment", "Social" e "Governance"),

visando a otimização da qualidade da carteira como um todo, estabelecendo limites ou mesmo restrições à detenção de exposições consideradas menos sustentáveis;

- Gestão da carteira considerando riscos ambientais específicos de transição.

A Mudum alinha-se com as melhores práticas do Grupo CAA nesta matéria, recorrendo a dados da Sustainalytics, uma empresa Morningstar e fornecedor de referência mundial em investigação, classificações e dados "ESG". A classificação média da carteira de obrigações (93% do total de investimentos) evoluiu favoravelmente em 2025 para 15 (16 em 2024), representando um risco "ESG" considerado baixo na escala utilizada pela Morningstar Sustainalytics.

3.3 – A atividade da Mudum Seguros

Em 2025, os resultados da Companhia em matéria de investimentos aumentaram 18% para 2.353 milhares de euros, beneficiando do bom comportamento dos mercados financeiros em que está investida, bem como de um excelente comportamento relativo face aos *benchmarks* de avaliação.

Os rendimentos aumentaram 15%, atingindo 1.707 milhares de euros, continuando a beneficiar do reinvestimento a taxas de rendimento superiores às históricas. Os ganhos líquidos de investimentos mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, provenientes maioritariamente de exposições ao mercado acionista, aumentaram 22%, fixando-se em 639 milhares de euros, e superando os resultados já de si bastante positivos de 2024.

milhares de euros

Resultado de Investimentos	2025	2024	Var. 2025 / 2024
Rendimentos e gastos de investimentos	1 707	1 483	15%
Ganhos líquidos de Investimentos não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	3	(2)	-250%
Ganhos líquidos de investimentos mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	639	525	22%
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	4	(17)	-124%
Total	2 353	1 989	18%
<i>Variação na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de instrumentos dívida mensurados ao justo valor através de reservas</i>	767	1 759	-56%

Não obstante a evolução adversa da curva de rendimentos, com subidas das taxas de juro nas maturidades mais longas, a carteira obrigacionista da Mudum – mensurada ao justo valor através de reservas – beneficiou de um ganho de 767 milhares de euros, refletido em outro rendimento integral, ainda que inferior ao registado em 2024 (+992 milhares de euros).



3.3 – A atividade da Mudum Seguros

Perdas e Rendimentos da Componente Financeira dos Contratos de Seguro e Resseguro

As perdas e rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro são desagregadas entre resultados e outro rendimento integral, correspondendo a i) efeito temporal do dinheiro e ii) impacto da variação do risco financeiro sobre os ativos e passivos de seguro direto e resseguro cedido.

O efeito temporal do dinheiro em 2025 representou um encargo de 1.230 milhares de euros, uma diminuição de 55 milhares de euros face a 2024 uma variação de reduzida expressão.

milhares de euros

Gastos Financeiros	2025		2024	
	Seg. Direto	Ress. Ced.	Seg. Direto	Ress. Ced.
Multiriscos Habitação	302	(3)	335	(2)
Automóvel	527	(76)	1143	(83)
Saúde	173	-	205	-
Outros	394	(87)	(190)	(123)
Total	1396	(166)	1493	(208)

milhares de euros

Variação da reserva da componente financeira dos contratos de seguro	2025		2024	
	Seg. Direto	Ress. Ced.	Seg. Direto	Ress. Ced.
	96	(15)	(420)	24

A variação do risco financeiro (variação da taxa de desconto) é reconhecida em outro rendimento integral. A variação desta reserva em 2025 foi positiva em 81 milhares de euros, refletindo a relativa estabilidade das taxas de juro utilizadas no desconto dos fluxos de caixa das responsabilidades.

3.3 – A atividade da Mudum Seguros

3.3.8 – Resultado do exercício e capital próprio

A Mudum Seguros alcançou em 2025 um resultado líquido de 2.495 milhares de euros, uma redução de 422 milhares de euros face ao exercício anterior. Apesar de crescimentos significativos no resultado técnico e financeiro, estes não compensaram integralmente o importante reforço estrutural da organização, traduzido no

incremento dos gastos operacionais, conforme detalhado no ponto 3.3.4 supra.

O capital próprio registou um acréscimo de 422 milhares de euros. Para além do resultado líquido, as restantes componentes contribuíram com um aumento de 831 milhares de euros, com particular ênfase para os ganhos nas reservas de justo valor de ativos e passivos, conforme detalhado no ponto 3.3.7 supra.

É relevante salientar que durante o exercício de 2025, a Companhia procedeu à distribuição de dividendos no montante de 2.614 milhares de euros, relativos ao exercício de 2024.

milhares de euros

Capital Próprio	2025	2024	Var. 2025 / 2024
Capital Social	15 000	15 000	0%
Reservas de reavaliação	(2 583)	(3 350)	-23%
Reservas da componente financeira de contratos de seguro e resseguro	280	199	41%
Reserva por impostos	481	788	-39%
Outras reservas	12 223	11 933	2%
Resultados transitados	7 594	7 594	0%
Resultados do exercício	2 495	2 905	-14%
Total	35 490	35 068	1%



3.3 – A atividade da Mudum Seguros

3.3.9 – Solvência II

O regime de Solvência II destaca-se não só por uma avaliação dos ativos e passivos baseada em princípios económicos, mas também num alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) fundamentada nos riscos.

Ao longo do exercício, a Mudum Seguros procedeu à avaliação sistemática dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares

estabelecidos. Na determinação das suas responsabilidades, a Companhia não recorre às medidas transitórias previstas no normativo em vigor, com exceção do ajustamento de volatilidade.

À data do presente relatório, e de acordo com a informação reportada à ASF referente ao último trimestre de 2025, a situação de Solvência II da Companhia apresenta valores significativamente robustos quando comparados aos requisitos regulamentares e o definido na Política de Apetite ao Risco da Companhia.

milhares de euros

Margem de Solvência II	2025*	2024	Var. 2025 / 2024
Fundos Próprios	36 201	39 319	-8%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	20 717	17 601	18%
Excesso / insuficiência	15 484	21 719	-29%
Rácio SCR	175%	223%	-49 p.p.

* Elementos previsionais, considerando a estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração e incluída no presente relatório ainda sujeitos a auditoria no âmbito do reporte prudencial da informação anual a enviar à ASF em abril de 2026





3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

3.4.1 – Modelo de governo

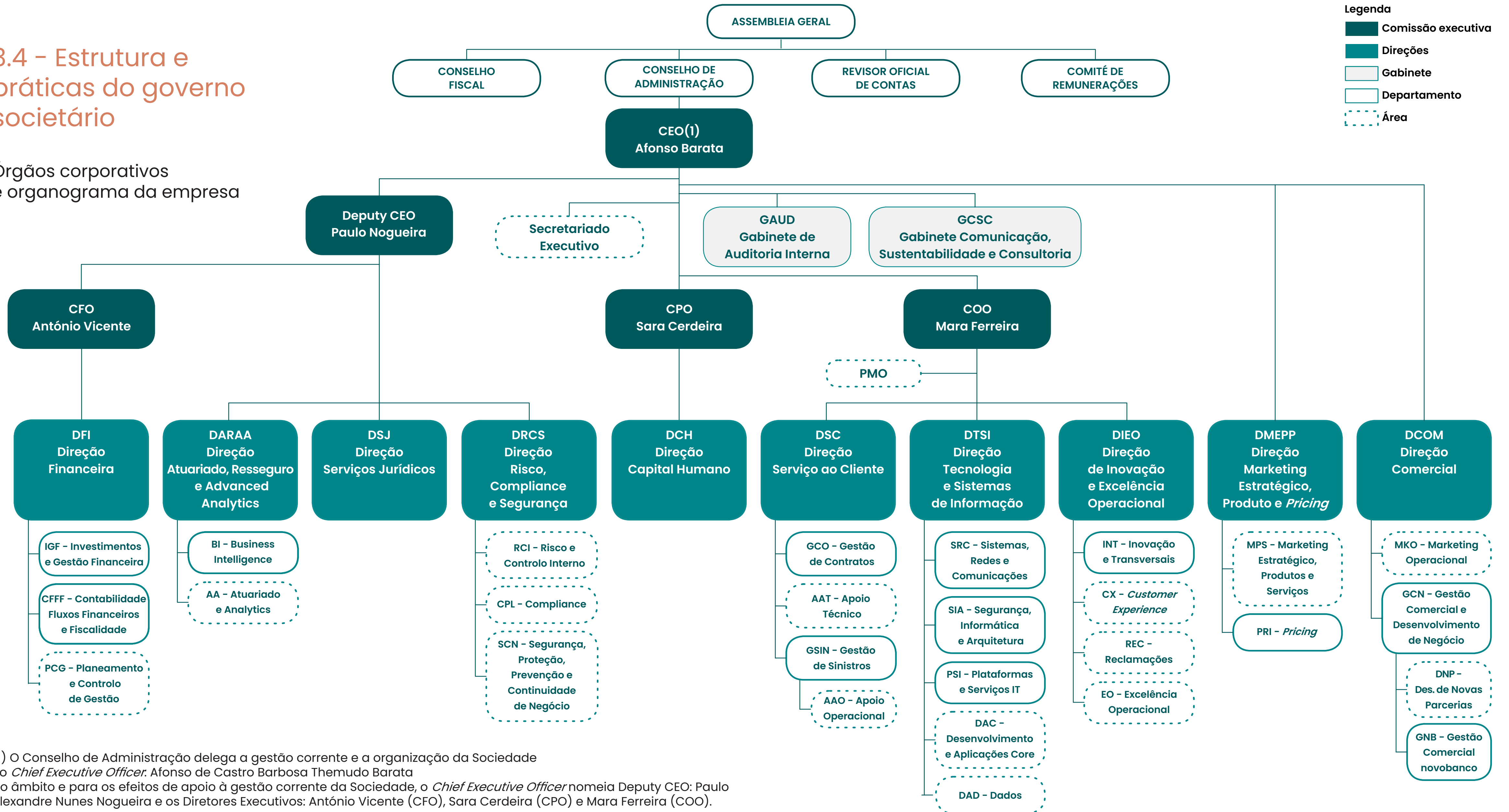
O modelo de governo da sociedade consubstancia-se numa governação responsável, norteadora por objetivos concretos, disponibilizando produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e por estes percebido, valorizando os colaboradores, com a ambição de criar valor não só para os seus acionistas, mas também pela sociedade.

A transparência e lealdade nas relações com todos aqueles com quem se relaciona revestem-se de fulcral importância para a consolidação do seu negócio, assim como a adoção e respeito integral das boas regras vigentes no mercado em que se insere, em cumprimento da carta ética do Grupo Crédit Agricole e do código de conduta da Mudum Seguros, e nomeadamente através da adoção de medidas internas anticorrupção e orientações de conduta exigentes.

Baseado no modelo de 3 linhas de defesa, o modelo de governo instituído compreende, ainda, uma estrutura organizacional com funções bem definidas, complementada por políticas, funções-chaves e Comitês.

3.4 - Estrutura e práticas do governo societário

Órgãos corporativos e organograma da empresa



(1) O Conselho de Administração delega a gestão corrente e a organização da Sociedade no *Chief Executive Officer*: Afonso de Castro Barbosa Themudo Barata. No âmbito e para os efeitos de apoio à gestão corrente da Sociedade, o *Chief Executive Officer* nomeia Deputy CEO: Paulo Alexandre Nunes Nogueira e os Diretores Executivos: António Vicente (CFO), Sara Cerdeira (CPO) e Mara Ferreira (COO).

3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

Na Assembleia Geral de acionistas realizada em 5 de abril de 2024, foram eleitos os órgãos sociais e estatutários para o quadriênio 2024-2027. A composição destes órgãos, à data de 31 de dezembro de 2025, é a que se indica seguidamente:

Mesa da Assembleia Geral

Olivier Ronan Melennec	Presidente
Francisco José das Neves dos Santos Nunes Dias	Secretário

A Assembleia Geral de Acionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e aplicação de resultados. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição. Os membros foram eleitos para um mandato com duração até ao final de dezembro de 2027.

Conselho de Administração¹

François Xavier Michel Josse	Presidente (N.E.)
Afonso de Castro Barbosa Temudo Barata	Vogal e CEO
Hugues Marie Pierre Henin	Vogal (N.E.)
Isaac Dias da Cunha	Vogal (N.E.)
Maryse Delphine Le Pévédic ²	Vogal (N.E.)
Xavier Pierre Agenos ³	Vogal (N.E.)
Amélie Marie Hibos ⁴	Vogal (N.E.)

Nota – N.E. – Não Executivo

(1) No decurso do exercício de 2025, apresentaram renúncia ao cargo de membros do Conselho de Administração:
- Virginie Michèle Hélène Salaun, por carta datada de 21 de julho de 2025;
- Corinne Nathalie Faure Cluzel, por carta datada de 22 de setembro de 2025;
- Vicente Andrade e Sousa Moreira Rato, por carta datada de 10 de novembro de 2025.

(2) Eleita, por cooptação, na reunião de Conselho de Administração de 28 de outubro de 2025, para completar o mandato 2024-2027, tendo o registo da sua nomeação sido confirmado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em 28 de outubro de 2025. Nos termos do nos termos do n.º 4, do artigo 393.º, Código das Sociedades Comerciais, a referida cooptação deverá ser submetida a ratificação na Assembleia Geral de acionistas que se realizar subseqüentemente à sua designação.

(3) Eleito, por cooptação, na reunião de Conselho de Administração de 28 de outubro de 2025, para completar o mandato 2024-2027, tendo o registo da sua nomeação sido confirmado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em 18 de novembro de 2025. Nos termos do nos termos do n.º 4, do artigo 393.º, Código das Sociedades Comerciais, a referida cooptação deverá ser submetida a ratificação na Assembleia Geral de acionistas que se realizar subseqüentemente à sua designação.

(4) Eleita, por cooptação, na reunião de Conselho de Administração de 15 de dezembro de 2025, para completar o mandato 2024-2027, tendo o registo da sua nomeação sido confirmado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em 17 de março de 2026. Nos termos do nos termos do n.º 4, do artigo 393.º, Código das Sociedades Comerciais, a referida cooptação deverá ser submetida a ratificação na Assembleia Geral de acionistas que se realizar subseqüentemente à sua designação.

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração cujos membros são designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respetivos membros. Os membros foram eleitos para um mandato com duração até ao final de dezembro de 2027.

A Assembleia Geral designa o Presidente do Conselho de Administração, dentre os membros eleitos para este órgão.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade num Chief Executive Officer (CEO), o qual é responsável pela gestão global de todas as atividades da Companhia e sua organização de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, supervisão geral da Companhia, coordenação das relações com os distribuidores e operações de seguros da Companhia, bem como relações com acionistas, autoridades públicas e órgãos de fiscalização em coordenação com o Presidente do Conselho de Administração.

Considerando as boas práticas de governo corporativo e as disposições de diversas leis e regulamentos, foram criadas as funções de

Deputy CEO (Diretor-Geral Adjunto) e de Diretores Executivos, formando estes, conjuntamente com CEO, o “Comité Executivo” (COMEX) para garantir que qualquer decisão significativa para as atividades da Companhia seja implementada com o envolvimento de pelo menos duas pessoas com responsabilidade de gestão (“princípio dos quatro olhos”).

Paulo Nogueira desempenha o cargo de Deputy CEO, sendo Diretores Executivos: António Vicente, Mara Ferreira e Sara Cerdeira.



3.4 - Estrutura e práticas do governo societário

A função de fiscalização da Mudum Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, constituído por um Presidente, dois membros efetivos e um membro suplente.

O presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral dos acionistas.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição. Os membros foram eleitos para um mandato com duração até ao final de dezembro de 2027.

Conselho Fiscal

António Joaquim Andrade Gonçalves	Presidente
Isabel Maria Beja Gonçalves Novo	Vogal Efetivo
Paulo Ribeiro da Silva	Vogal Efetivo
Hermínia Paula Alves Carriço	Vogal Suplente

A fiscalização externa da Companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Mudum Seguros, a Deloitte & Associados, SROC, S.A., bem como pela autoridade de supervisão a que a Mudum Seguros está sujeita, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, nos termos da legislação aplicável. O Revisor Oficial de Contas foi eleito para um mandato com duração até ao final de dezembro de 2027.

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC, S.A. (*)	Efetivo
Luís Eduardo Marques dos Santos	Suplente

(*) Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes (revisor oficial de contas).

O Secretário é designado pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

Secretário da Sociedade

Francisco José das Neves dos Santos Nunes Dias	Secretário da Sociedade
--	-------------------------

3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

Comité de Remuneração⁵

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF, na Assembleia-Geral realizada em 5 de abril de 2024 foram designados os seguintes membros do Comité de Remuneração, para um mandato com duração similar ao dos membros dos órgãos sociais, i.e., os membros foram eleitos para um mandato com duração até ao final de dezembro de 2027:

António Joaquim Andrade Gonçalves	Presidente
Paulo Ribeiro da Silva	Vogal

Estrutura de Capital

O Capital Social da Mudum Seguros é de 15.000.000 euros, totalmente realizado, representado por 3.000.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada.

Estrutura Acionista a 31 de dezembro de 2025

A estrutura acionista é à data de referência a seguinte:

Acionista	N.º Ações	% Capital Social
Crédit Agricole Assurances, S.A.	3.000.000	100,00 %

Gestão Executiva e estrutura de comités

Tal como referido anteriormente, a gestão corrente e organização da Mudum Seguros foram delegadas num Chief Executive Officer o qual é coadjuvado por um Diretor-Geral Adjunto (Deputy CEO) e por três Diretores Executivos, como acima referido.

Os Diretores Executivos reportam ao CEO ou ao Deputy CEO e a sua missão, juntamente

com o Deputy CEO, é a de coadjuvar o CEO na gestão diária da empresa e da sua organização, coordenando as áreas de intervenção que lhes são atribuídas pelo CEO e participando da tomada de decisões ao mais alto nível.

Para o efeito, o “Comité Executivo” reúne com uma periodicidade semanal e, onde são avaliadas e monitorizadas as atividades da empresa, e onde são tomadas as decisões relativas à gestão das atividades da empresa, tendo em conta as propostas, pareceres e recomendações dos membros do Comité. Para os temas do domínio de cada Direção de Topo deverá sempre existir também a intervenção do membro do COMEX a que esta reporta.

A nomeação e/ ou a substituição do Diretor-Geral Adjunto e dos Diretores Executivos deverá ser submetida a decisão pelo Conselho de Administração, sendo a decisão suportada em parecer do CEO, acompanhado da documentação requerida para a avaliação de *fit & proper*, nos termos da regulação aplicável e da política interna aprovada em Assembleia Geral.

A nomeação e/ ou a substituição dos Diretores de Topo e de Pessoas Responsáveis por funções-chave é da competência do COMEX, sob proposta do membro do COMEX ao qual a pessoa a nomear

reportará e acompanhada da documentação de suporte nos termos referidos no parágrafo anterior.

Os membros do COMEX (Deputy CEO e os Diretores Executivos) poderão acumular funções de direção em simultâneo com o cargo de membros do COMEX.

O modelo de governo, baseado no sistema das três linhas de defesa, em que:

A 1ª linha de defesa é representada pelos Departamentos/Unidades Operacionais da Companhia, que são as áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de risco e respetivos controlos, no terreno, dia-a-dia;

A 2ª linha de defesa detém uma função de supervisão, sendo representada pelo Departamento de Risco, Compliance e Segurança e pela Função Atuarial, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas e políticas, e monitorização do sistema de gestão de risco e controlo interno;

A 3ª linha de defesa tem uma função de auditoria independente, executada pela Função de Auditoria Interna, apoiada pelo Comité de Controlo Interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

(5) Por carta datada de 24 de setembro de 2025, Corinne Nathalie Faure Cluzel apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do Comité de Remuneração.

3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

O modelo de governo instituído compreende, ainda, uma estrutura de Comitês, com competências e atribuições alinhadas com as respetivas áreas de intervenção, os quais desempenham um papel essencial no processo de análise e tomada de decisão reforçando a robustez do modelo de governação, avaliando e monitorizando os riscos e assegurando o alinhamento com os vetores estratégicos da empresa, tal como aprovados pelo seu Conselho de Administração.

Comitês

Com o objetivo de existir um nível intermédio de análise, avaliação e monitorização que faculte uma abordagem adequada e técnica relativamente a alguns temas relevantes para a atividade da Companhia, reforçando em particular a 2ª linha de defesa no seu papel de monitorização das várias vertentes do sistema de gestão riscos e controlo interno, a Mudum Seguros mantém no seu Sistema de Governo a existência de Comitês, ou seja, órgãos, com incumbência de efetuar validações e emitir pareceres técnicos à Direção Geral.

Da estrutura de Comitês, destacam-se:

- Comité Executivo (COMEX)

Compete ao COMEX efetuar a avaliação e

acompanhamento da atividade da empresa e tomar as decisões com vista à gestão corrente das atividades, de acordo com a estratégia e atribuições definidas pelo Conselho de Administração.

Este Comité é integrado pelo CEO, pelo Deputy-CEO e pelos Diretores Executivos.

- Comité de Direção (CODIR)

Compete ao Comité de Direção analisar, discutir, validar e deliberar sobre as apresentações, por iniciativa dos diretores, de qualquer elemento significativo relacionado com o funcionamento da empresa.

Este Comité é constituído pelos membros do COMEX e Diretores de Topo da Mudum Seguros, i.e., os Diretores que reportam diretamente aos membros do COMEX.

- Comité de Controlo Interno

Integrado pelos membros do CODIR, pelos responsáveis pelas funções-chave (tanto ao nível da Mudum Seguros, como do Crédit Agricole Assurances), conta ainda com a presença nas reuniões, como convidados permanentes, de um membro não-executivo do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal.

Este Comité efetua, de igual modo ao que sucede com o Comité de Risco e Compliance, mas assegurando o alinhamento direto com a componente internacional do grupo, o acompanhamento dos principais vetores do sistema de gestão de risco e do sistema de controlo interno.

Funções-chave

Tendo em conta a regulamentação sobre Solvência II (Diretiva 2009/138), Regulamento Delegado (UE) 2015/35 e RJASR, a Mudum Seguros implementou as funções-chave (Gestão de Riscos, Atuarial, Compliance e Auditoria Interna) consideradas essenciais para a identificação, mensuração, gestão, monitorização e reporte dos riscos.

Modelo de políticas

Outro dos pilares relevantes ao modelo de governo da Mudum Seguros é a existência de políticas que suportem o funcionamento adequado da organização.

A Companhia tem implementado, e periodicamente revisto, um conjunto de políticas que visam orientar e garantir princípios de atuação e monitorização.

3.4.2 – Divulgação das Políticas de remuneração

A Política de Remuneração desempenha um papel central no modelo de governo societário da Mudum, assegurando a articulação entre a estratégia, os princípios de sustentabilidade e a promoção de uma cultura assente na responsabilidade, transparência e equilíbrio. No âmbito do Relatório e Contas, esta política constitui um elemento fundamental para a compreensão do modelo de funcionamento da Companhia, evidenciando os mecanismos que garantem uma remuneração justa, alinhada com o desempenho individual, os objetivos estratégicos e a gestão prudente do risco.

A Política de Remuneração atualmente em vigor foi aprovada na Assembleia Geral de 3 de abril de 2025. Esta revisão consolidou num único documento os regimes anteriormente existentes, criando um enquadramento transversal aplicável aos membros dos órgãos sociais, às pessoas que dirigem efetivamente a empresa, aos responsáveis por funções-chave e aos diretores, com extensão aos demais colaboradores sempre que adequado.

INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

A Política de Remuneração integra-se na gestão de Capital Humano e cumpre os requisitos regulamentares aplicáveis ao setor segurador, incluindo a Norma ASF n.º 4/2022-R, o Regulamento Delegado (UE) 2015/35, o Regime

3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

3.4.2 – Divulgação das Políticas de remuneração

Jurídico da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), o Código do Trabalho, o Acordo de Empresa e os princípios éticos do Grupo Crédit Agricole.

A revisão de 2025 reforçou a conformidade regulatória e agregou num único suporte matérias anteriormente dispersas. A política visa:

Estabelecer um quadro claro, transparente e robusto para a definição das remunerações.

Assegurar o alinhamento com a estratégia empresarial, o modelo de negócio e o perfil de risco.

Promover práticas remuneratórias equilibradas e coerentes com os valores corporativos.

A política incentiva comportamentos responsáveis, prevenindo a assunção indevida de riscos e garantindo que o sistema remuneratório contribui para a sustentabilidade da empresa a longo prazo, integrando objetivos financeiros e não financeiros, incluindo fatores ESG, na avaliação e atribuição da remuneração variável.

Os objetivos de desempenho – quer financeiros, quer não financeiros, incluindo fatores ESG – são incorporados na avaliação e atribuição de remuneração variável, assegurando um

alinhamento efetivo entre a criação de valor, a boa conduta organizacional e o cumprimento dos limites definidos pela política de apetite ao risco.

RESPONSABILIDADES

A governação da política assenta num modelo integrado, envolvendo vários órgãos e funções com responsabilidades complementares.

O Conselho de Administração assume a responsabilidade última pela definição e implementação da política, garantindo o seu alinhamento com os requisitos legais e regulatórios.

O Comité de Remuneração desempenha um papel determinante na análise, revisão e formulação de recomendações sobre práticas remuneratórias, realizando uma avaliação periódica da sua adequação e assegurando que estas se mantêm consistentes com a evolução do enquadramento regulatório e da estratégia da Mudum.

A Direção de Capital Humano assegura a preparação técnica da política e participa ativamente nos processos de avaliação de riscos, *reporting* e monitorização.

A segunda linha de defesa (DRCS) e a Auditoria Interna completam o modelo de governação

através da verificação contínua e independente dos mecanismos de controlo, dando suporte ao reforço global da integridade do sistema.

A política está sujeita a revisão anual ou sempre que ocorram alterações relevantes que o justifiquem.

ÂMBITO

A política aplica-se aos membros dos Órgãos Sociais, às pessoas que dirigem efetivamente a empresa, às pessoas responsáveis por funções-chave, às pessoas que exercem funções-chave, às pessoas cujas atividades profissionais têm um impacto relevante no perfil de risco da empresa e os demais colaboradores sempre que tal seja adequado.

Esta abordagem permite garantir proporcionalidade e coerência, assegurando simultaneamente flexibilidade na aplicação prática da política.

QUADRO NORMATIVO, LEGAL E REGULAMENTAR

CONTEXTO GERAL

Como já referido, com relevância para a presente política devem ser considerados os seguintes instrumentos normativos:

“RJASR” – Regime Jurídico de Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro;

“Regulamento Delegado 2015/35” – Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/35, de 10 de outubro de 2014 (“Regulamento Delegado”);

Norma ASF 4/2022-R, de 26 de abril;

Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho);

Acordo de Empresa, (enquanto Instrumento de Regulamentação Coletiva do Trabalho);

Carta de Ética do Grupo Crédit Agricole;

Código de Conduta da MUDUM.

CONSIDERAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ESTABELECIDOS NO REGULAMENTO DELEGADO 2015/35

A presente Política observa integralmente os princípios previstos no artigo 275.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2015/35, que estabelece as bases da governação remuneratória no setor segurador.

3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

Nesse enquadramento, a política de remuneração é concebida e aplicada de forma coerente com a atividade desenvolvida pela Mudum, com a sua estratégia e com o respetivo perfil de risco, assegurando que os objetivos e práticas de gestão, bem como o desempenho sustentável da empresa no longo prazo, se encontram devidamente refletidos no modelo remuneratório.

A política incorpora igualmente mecanismos destinados a prevenir situações de conflito de interesses, reforçando uma cultura de integridade e de responsabilidade.

Neste âmbito, garante-se que a estrutura remuneratória promove uma gestão sólida e eficaz dos riscos, não incentivando a assunção de níveis de risco que ultrapassem os limites definidos na política de apetite ao risco da empresa. A política aplica-se ao conjunto da organização, estabelecendo critérios transversais que asseguram consistência interna.

Em matéria de governação, a política pauta-se por princípios de clareza, transparência e rigor, integrando mecanismos de supervisão que asseguram o seu acompanhamento e revisão periódica, em conformidade com as exigências regulamentares.

Por fim, a Mudum assegura a divulgação da política tanto internamente como externamente, de acordo com o quadro legal e regulamentar em vigor, reforçando o compromisso com uma atuação transparente, responsável e alinhada com as melhores práticas do setor.

DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Neste documento:

“MUDUM” ou “Empresa” refere-se à MUDUM – Companhia de Seguros, S.A.

“Grupo CAA” refere-se ao Grupo Crédit Agricole Assurances;

“CASA” refere-se ao Grupo Crédit Agricole S.A.;

“ASF” – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

“EIOPA” – Autoridade Europeia de Seguros e Fundos de Pensões (European Insurance and Occupational Pensions Authority);

“CA” – Conselho de Administração;

“CF” – Conselho Fiscal;

“ROC” – Revisor Oficial de Contas;

“Comex” – Comité Executivo;
CEO – Chief Executive Officer / Diretor-Geral;

DEPUTY CEO – Diretor Geral Adjunto;

COO – Chief Operating Officer;

CFO – Chief Financial Officer;

CPO – Chief People Officer.

TIPOLOGIA E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

No que se refere aos órgãos sociais, a política clarifica que a Mesa da Assembleia Geral não é remunerada.

Os membros do Conselho de Administração podem ser remunerados pela Mudum ou por entidades do Grupo, consoante a natureza e relevância das funções desempenhadas. Os administradores não executivos não recebem qualquer remuneração fixa ou variável por parte da Mudum.

Já a remuneração do administrador executivo (CEO) é definida pela Assembleia Geral, sob proposta de administradores não executivos e parecer do Comité de Remuneração.



3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

Esta remuneração integra uma componente fixa e pode incluir uma componente variável, limitada a 45% da remuneração fixa anual. A atribuição da componente variável depende do grau de cumprimento dos objetivos definidos, podendo atingir um máximo de 150% do desempenho esperado, desde que o cumprimento mínimo seja igual ou superior a 60%.

O pagamento ocorre após a aprovação das contas e pode ser condicionado pelo desempenho global da companhia e pela observância dos limites de risco. O diferimento de parte da remuneração variável não é regra geral, mas torna-se obrigatório quando o rácio SCR se situe 10 pontos percentuais abaixo do limite de monitorização reforçado.

O CEO beneficia ainda de vantagens previstas em políticas internas, incluindo viatura, seguros e produtos de poupança e reforma.

Os membros do Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções de supervisão, auferem exclusivamente uma componente remuneratória fixa, paga mensalmente ao longo dos doze meses do ano, conforme determinado anualmente pela Assembleia Geral sob proposta do acionista único. Trata-se de um regime remuneratório simples e estável, coerente com a natureza independente

das suas funções e com as exigências de rigor e objetividade associadas ao órgão.

De forma alinhada, os membros do Comité de Remuneração – sempre que exista remuneração atribuída – recebem igualmente apenas uma componente fixa mensal, paga doze vezes ao ano e determinada pela Assembleia Geral, sob proposta do acionista único. Este enquadramento garante que o Comité exerce as suas responsabilidades de forma isenta, assegurando a integridade do processo de definição, monitorização e avaliação das práticas remuneratórias da Mudum.

TIPOLOGIA E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES ABRANGIDOS POR ESTA POLÍTICA

Princípios e Critérios Gerais

A política remuneratória aplicável aos colaboradores da Mudum assenta no princípio de que a compensação deve refletir a relevância das funções desempenhadas e o contributo efetivo de cada profissional para os objetivos estratégicos da empresa.

Nesta lógica, a estrutura remuneratória é composta por uma componente fixa, que constitui a base do

modelo, e por uma eventual componente variável, atribuída de forma criteriosa e alinhada com o desempenho individual e organizacional.

A componente fixa representa, em média, pelo menos 80% da remuneração total anual da empresa, sendo definida no âmbito do processo de orçamento ou mediante deliberação específica do Conselho de Administração. Esta predominância da componente fixa visa assegurar estabilidade, previsibilidade e uma coerência interna compatível com as melhores práticas do setor.

A componente variável, quando aplicável, resulta de um processo de avaliação de desempenho rigoroso e transparente, que integra não apenas os resultados individuais, mas também a evolução dos indicadores da Mudum e do Grupo. O processo de avaliação é coordenado pela Direção de Capital Humano, cabendo ao superior hierárquico de cada colaborador a análise e a comunicação dos resultados. Esta componente variável não deverá ultrapassar, em média, 20% da remuneração total anual da empresa, nem exceder 35% da remuneração anual individual, assegurando que se mantém um equilíbrio saudável entre estabilidade remuneratória e incentivos ao desempenho.

A atribuição da remuneração variável está sempre sujeita à sustentabilidade financeira da empresa

e ao respeito pelos limites definidos na política de apetite ao risco.

Regra geral, esta remuneração é paga numa única prestação, podendo, no entanto, ser diferida quando os indicadores de risco da Companhia se encontrarem abaixo do limite de monitorização reforçado. Não é atribuída em situações em que a cessação contratual ocorra antes da data prevista para o pagamento.

Especificidades da Componente Variável

A eventual atribuição da remuneração variável anual (RVA) encontra-se limitada pelos montantes previstos no orçamento anual ou definidos especificamente pelo órgão competente.

A RVA corresponde a um mecanismo de reconhecimento de desempenho de curto prazo, variando anualmente em função do grau de cumprimento dos objetivos corporativos e individuais – de natureza quantitativa e qualitativa – avaliados nos termos do Modelo de Avaliação de Desempenho da Mudum.

A avaliação dos Colaboradores tem por base um conjunto de variáveis enquadradas nos seguintes domínios, analisados à luz das responsabilidades inerentes às respetivas funções:

3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

Objetivos individuais e corporativos, de curto e médio prazo, incluindo os associados aos pilares estratégicos da Companhia e do Grupo, com integração de princípios de sustentabilidade e fatores ambientais, sociais e de governança (ESG).

Competências comportamentais, individuais e transversais, nomeadamente no que respeita à ética e conduta profissional.

Competências técnicas e funcionais relevantes para o bom desempenho das funções.

A classificação individual obtida, expressa em percentagem, constitui a referência para determinação do valor da RVA. O montante final depende do respetivo enquadramento orçamental, podendo ser aplicado um coeficiente de ajustamento global, sempre salvaguardando o posicionamento relativo dos colaboradores resultante do processo de avaliação.

Tendo em consideração a estrutura remuneratória vigente, os limites máximos definidos e o nível de tolerância ao risco estabelecido, não se considera necessária a aplicação de mecanismos de diferimento da RVA. Assim, quando atribuída, a RVA é paga numa única prestação após aprovação e na sequência da determinação dos resultados do período de referência.

Sem prejuízo do anterior, caso, no período em avaliação ou nas projeções constantes do relatório de avaliação de riscos e solvência para os três anos subsequentes, os indicadores previstos na Política de Appetite ao Risco se situem abaixo do respetivo “limite de monitorização reforçado”, poderá ser determinado o diferimento da RVA, mediante deliberação do Conselho de Administração, suportada por recomendação do Comité de Remuneração.

Quando aplicável, o pagamento da remuneração variável é efetuado, regra geral, numa única prestação em numerário, podendo igualmente ocorrer através de seguro financeiro de poupança e/ou de “voucher” destinado ao apoio a despesas de educação e formação dos colaboradores e respetivos dependentes. Em alinhamento com as orientações do acionista, o Conselho de Administração poderá ainda determinar que parte da componente variável seja atribuída através de planos de ações ou opções de aquisição de ações da Companhia ou de outras entidades do Grupo CAA ou CASA, nos termos que vierem a ser definidos.

A remuneração variável apenas será paga, ou constituirá um direito adquirido, quando a sua atribuição se revele sustentável face à situação financeira da Mudum e se justifique em função do desempenho do colaborador e da unidade orgânica

em que este se integra. O montante pode ser reduzido ou não atribuído em caso de ultrapassagem dos limites de tolerância ao risco, nomeadamente quando tal possa comprometer o cumprimento — ou implicar risco de incumprimento — do requisito de capital de solvência da Companhia. Em qualquer decisão, serão sempre observados os limites de tolerância ao risco aplicáveis.

Não haverá lugar ao pagamento da RVA em situações de denúncia ou rescisão do contrato de trabalho quando, à data em que a Companhia tenha conhecimento da cessação, o pagamento ainda não tenha ocorrido.

Princípios e critérios específicos aplicáveis às categorias definidas no ponto 4

Colaboradores que integram o Comité Executivo, para além dos membros dos Órgãos Sociais, como pessoas que dirigem efetivamente a empresa.

Na sequência da revisão e aprovação anual da Política de Remuneração, a remuneração fixa e o limite máximo da componente variável atribuível aos colaboradores abrangidos são definidos pelo CEO, após consulta ao Comité de Remuneração.

Esta definição considera as orientações estratégicas estabelecidas pelo Grupo CAA, bem como diversos

fatores, incluindo os resultados da Companhia, a taxa de inflação, a atualização anual da contratação coletiva aplicável ao setor segurador e demais indicadores de mercado relevantes, em articulação com o plano e orçamento aprovados pelo Conselho de Administração.

Em caso de atribuição, o montante da remuneração variável anual (RVA) encontra-se sujeito aos limites previstos no orçamento ou especificamente definidos pelo CEO. A RVA constitui um mecanismo associado ao desempenho de curto prazo, variando anualmente em função do grau de cumprimento dos principais objetivos corporativos e individuais — de natureza quantitativa e qualitativa — avaliados nos termos do Modelo de Avaliação de Desempenho da Mudum.

A classificação individual obtida no processo de avaliação, expressa em percentagem, constitui a base de cálculo da RVA. O valor final fica condicionado ao cumprimento orçamental da Companhia, podendo ser aplicado um coeficiente de ajustamento global que assegure o alinhamento da soma das remunerações variáveis com o orçamento aprovado ou com deliberações do Conselho de Administração, preservando sempre o posicionamento relativo individual resultante do processo de avaliação.

3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

Compete ao CEO a definição dos objetivos atribuídos ao Deputy CEO, bem como a realização da respetiva avaliação de desempenho e a determinação dos montantes remuneratórios a atribuir no âmbito da componente variável.

Compete, ainda, ao CEO e ao Deputy CEO, consoante a estrutura hierárquica aplicável, estabelecer os objetivos dos restantes membros do COMEX, proceder à avaliação do respetivo desempenho e determinar os montantes individuais da componente variável a atribuir.

Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores)

Relativamente aos colaboradores abrangidos pelo presente subcapítulo, aplicam-se os procedimentos definidos no ponto 8.2.1. Contudo, as competências aí previstas para o CEO e para o Deputy CEO são igualmente atribuídas aos membros do COMEX a quem o colaborador reporte hierarquicamente.

Independentemente da estrutura hierárquica, a articulação necessária com o Comité de Remuneração é assegurada pelo CEO.

Colaboradores que são responsáveis pelas funções-chave de gestão de riscos, verificação do cumprimento (também designada por “compliance”), atuarial e auditoria interna.

Relativamente aos colaboradores abrangidos pelo presente subcapítulo, aplicam-se os procedimentos estabelecidos no ponto 8.2.1. Contudo, as competências aí atribuídas ao Conselho de Administração, ao CEO e ao COMEX são, neste âmbito, exercidas da seguinte forma:

Pelo COMEX, no que respeita à definição da componente fixa e do limite máximo da componente variável da remuneração;

Pelo CEO ou pelo membro do COMEX ao qual o responsável por uma função-chave reporte, relativamente à fixação dos objetivos e à avaliação do respetivo desempenho;

Pelo responsável hierárquico a quem o colaborador que desempenhe funções no âmbito de uma função-chave reporte, no que se refere à definição dos objetivos e à avaliação de desempenho.

Em qualquer dos casos, a articulação necessária com o Comité de Remuneração é assegurada pelo CEO.

Integração dos riscos em matéria de sustentabilidade

A Mudum mantém como objetivo a melhoria contínua da integração entre sustentabilidade e remuneração.

A Companhia assume um compromisso firme com o desenvolvimento sustentável do seu negócio, procurando adotar as melhores práticas do setor e incorporando esse compromisso nas três dimensões da sua atuação – enquanto seguradora, empresa e investidor.

A sustentabilidade é transversal a todo o ecossistema organizacional e está presente ao longo de toda a cadeia de valor, incluindo na gestão de pessoas, que é orientada por princípios sustentáveis.

Neste enquadramento, e alinhada com os princípios do Grupo Crédit Agricole, a Mudum define planos e objetivos de longo prazo, integrando a sustentabilidade no seu modo de operar e desenvolver o negócio.

A sustentabilidade constitui igualmente um elemento integrante do processo de avaliação de desempenho e do sistema de remuneração variável, em particular para colaboradores com responsabilidades de decisão, nomeadamente

membros do COMEX e Diretores. Para estes, estão estabelecidos critérios de avaliação associados aos pilares estratégicos “Cliente”, “Humano” e “Social”, que abrangem, entre outros, práticas de conduta de mercado e relacionamento com clientes, a incorporação de critérios de sustentabilidade na gestão de investimentos, a promoção da inclusão e diversidade na gestão de pessoas, bem como iniciativas de apoio social e o reforço das boas práticas de governação.

Proibição de celebração de contratos

É vedada aos colaboradores abrangidos por esta política a celebração de quaisquer contratos, seja com a Companhia ou com terceiros, que tenham por efeito mitigar, eliminar ou transferir o risco associado à variabilidade da remuneração que lhes seja atribuída pela Companhia.

Limites à indemnização a pagar por destituição sem justa causa dos colaboradores abrangidos por esta política

Em situação de destituição sem justa causa ou de cessação por acordo decorrente de um desempenho inadequado, o colaborador não terá direito ao pagamento da Remuneração Variável Anual (RVA).

3.4 – Estrutura e práticas do governo societário

Sempre que aplicável, a determinação do montante final de eventual indemnização considerará os resultados das avaliações de desempenho obtidas ao longo de todo o período de atividade do colaborador, devendo estes constituir fatores de redução do valor de referência em casos de desempenho negativo, garantindo assim que não são atribuídas recompensas associadas a situações de insucesso.

Eventuais situações excecionais serão avaliadas caso a caso, desde que a sua consideração não comprometa os indicadores definidos na Política de Apetite ao Risco da Companhia.

Acordos de remunerações celebrados com os prestadores de serviços

Os acordos remuneratórios celebrados com prestadores de serviços não podem, em circunstância alguma, incentivar a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da Companhia e aos limites de tolerância ao risco estabelecidos.

Sem prejuízo dos princípios aplicáveis à contratação de prestadores de serviços, as remunerações atribuídas devem estar alinhadas com as práticas de mercado, não podendo apresentar um desfasamento desproporcional

face aos custos associados às remunerações pagas aos Colaboradores.

- Adequação de Reporte à Área de Risco
Os colaboradores abrangidos pela presente Política devem informar a função de gestão de risco de quaisquer factos relevantes para o adequado exercício das suas responsabilidades.
- Prevenção de Conflitos de Interesses
Os dirigentes encontram-se impedidos de participar em deliberações sociais que tenham por objeto a determinação da sua própria remuneração.
- Avaliação da Política de Remuneração
A Política é sujeita a uma avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, conduzida pelo Comité de Remunerações, nos termos previstos nos artigos 90.º e 118.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022, de 26 de abril.
- Divulgação
A Política é divulgada internamente na intranet da Mudum e publicamente no sítio de internet da Companhia.

Quadro de remunerações pagas pela Mudum durante o ano 2025 aos membros dos órgãos sociais e outros colaboradores que dirigem efetivamente a empresa:

		Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis	Outras	Remunerações Totais pagas
Conselho de Administração					
AFONSO DE CASTRO BARBOSA TEMUDO BARATA	C.E.O.	171 000,00	50 435,75	18 999,96	240 435,71
Conselho Fiscal					
ANTÓNIO JOAQUIM ANDRADE GONÇALVES	Presidente do Conselho Fiscal	14 010,00	-	-	14 010,00
PAULO RIBEIRO DA SILVA	Vogal do Conselho Fiscal	7 380,00	-	-	7 380,00
ISABEL MARIA BEJA GONÇALVES NOVO	Vogal do Conselho Fiscal	7 380,00	-	-	7 380,00
Comité de Remuneração					
ANTÓNIO JOAQUIM ANDRADE GONÇALVES	-	600,00	-	-	600,00
PAULO RIBEIRO DA SILVA	-	600,00	-	-	600,00
COMEX					
ANTÓNIO MANUEL FERREIRA VICENTE	COMEX	106 400,13	24 500,00	13 200,00	144 100,13
MARA LÚCIA CARVALHO FERREIRA	COMEX	128 100,00	26 275,00	17 925,00	172 300,00
PAULO ALEXANDRE NUNES NOGUEIRA	COMEX	156 800,00	40 900,00	12 360,00	210 060,00
SARA CRISTINA GODINHO SARAIVA CERDEIRA	COMEX	92 400,00	24 400,00	9 600,00	126 400,00

3.5 – Desafios e oportunidades

Como referimos anteriormente, o ano de 2025 foi de continuidade do ciclo de crescimento do volume de negócios, acompanhando a evolução estratégica dos parceiros existentes na experiência dos clientes e na eficácia do modelo de distribuição e reforçando a estratégia de multiparcerias a que a MUDUM se propôs, estabelecendo relações comerciais com mais dois parceiros relevantes.

Continuando a investir na transformação da Companhia, com um modelo de avaliação dos riscos e de governo sólido e proporcional à dimensão da empresa e dos riscos assumidos, a MUDUM manteve um equilíbrio sólido entre crescimento e rentabilidade, dando continuidade à orientação de atuação por princípios de responsabilidade e sustentabilidade, garantindo a capacidade de cumprir, a longo prazo, os compromissos assumidos com parceiros e clientes.

O exercício de 2026 configura-se como um período determinante para a consolidação da estratégia e do posicionamento da MUDUM, num enquadramento marcado por um aumento estrutural dos riscos geopolíticos e climáticos, por uma dinâmica competitiva intensa no setor segurador e por exigências regulatórias acrescidas. Neste contexto, a MUDUM continuará a orientar a sua atuação por uma lógica de crescimento sustentável, através de uma estratégia de consolidação e diversificação de

parcerias, tecnicamente equilibrado e plenamente alinhado com a estratégia do Grupo Crédit Agricole.

A intensificação e maior imprevisibilidade dos fenómenos climáticos extremos constitui um dos principais desafios estratégicos para o setor segurador e para a MUDUM. A crescente exposição a riscos catastróficos e a existência de um défice de proteção nos seguros para estes (e outros) riscos conduz à exigência de uma abordagem cada vez mais integrada à gestão do risco, envolvendo políticas de subscrição prudentes e inovadoras, mecanismos de resseguro adequados e uma monitorização contínua da acumulação de riscos. Mas este quadro traz também oportunidades de inovar e trazer diferenciação no valor das soluções apresentadas, na oferta, na distribuição e na qualidade de serviço.

No âmbito do regime de Solvência II e do quadro regulamentar em geral, as seguradoras enfrentam um enquadramento prudencial e comportamental exigente, que reforça a importância da qualidade dos processos de governação, da robustez dos fundos próprios e da capacidade de antecipação de cenários. O processo de ORSA (autoavaliação dos riscos e solvência) assume, neste contexto, um papel relevante, permitindo avaliar de forma prospetiva a adequação do perfil de risco da Companhia à sua estratégia de negócio e ao respetivo apetite ao risco,

incluindo cenários de stress associados a riscos climáticos, macroeconómicos e operacionais.

Em paralelo, o desafio central ligado à evolução das expectativas dos clientes e parceiros, aliada à pressão concorrencial e à necessidade de eficiência operacional, coloca desafios relevantes ao nível da diferenciação da proposta de valor, da qualidade do serviço, da agilidade e capacidade de adaptação e de inovação, num ambiente de crescente digitalização.

Face a este enquadramento, a MUDUM encara 2026 com uma perspetiva de reforço da sua solidez financeira, operacional e estratégica, prosseguindo uma trajetória de desenvolvimento do negócio, prudente e sustentado, da sua rede de parceria, assentando, em particular, nos seguintes vetores fundamentais:

Consolidação da parceria estratégica com o novobanco, enquanto um dos eixos centrais da estratégia de distribuição, reforçando a proximidade aos clientes e promovendo uma oferta de soluções seguradoras integrada e diferenciadora;

Desenvolvimento das novas parcerias recentemente iniciadas, assegurando a sua plena operacionalização e maturação, bem como a implementação de novas parcerias relevantes,

em linha com a ambição de crescimento e diversificação da MUDUM;

Alinhamento com a estratégia de desenvolvimento do Grupo Crédit Agricole, beneficiando da escala, da experiência internacional e das melhores práticas do Grupo, nomeadamente nos domínios da governação, da gestão de riscos, da inovação e da sustentabilidade;

Dar continuidade à gestão integrada de riscos e da solvabilidade, assegurando o permanente alinhamento entre os interesses dos clientes, o perfil de risco, o capital económico e os fundos próprios disponíveis, em conformidade com uma gestão sã e prudente;

Eficiência operacional e transformação digital, promovendo processos mais ágeis, seguros e escaláveis, com impacto positivo na experiência do cliente e no controlo de custos;

Valorização do capital humano, enquanto fator crítico para a execução da estratégia e para a consolidação de uma cultura de responsabilidade, rigor técnico e orientação para o longo prazo.

Já no início de 2026, após a data de encerramento do exercício, ocorreu um conjunto de eventos climáticos extraordinários, do qual o mais

3.5 – Desafios e oportunidades

impactante foi o designado por “Kristin”, caracterizado por condições meteorológicas adversas de intensidade excepcional, com impactos significativos em diversas regiões.

De uma forma geral, as empresas de seguros puseram em prática mecanismos de resposta rápida para assegurar o tratamento adequado dos seus clientes. Também a MUDUM reagiu com rapidez e reforçou os recursos disponíveis para responder às necessidades dos clientes, no atendimento, mas também no terreno, com um conjunto de peritos a avaliar e a permitir uma compensação ágil aos clientes que viram as suas vidas afetadas pelos efeitos destes eventos.

À data de elaboração e aprovação do presente Relatório e Contas, encontra-se em curso a avaliação dos impactos potenciais deste evento na carteira da MUDUM, estimando-se valores muito significativos, tendo em conta a natureza extraordinária já reconhecida dos impactos no país destes eventos, embora grande parte deles mitigada pelo efeito de resseguro, no âmbito das políticas de apetite ao risco e resseguro em vigor.

A MUDUM acompanha de forma contínua a evolução da sinistralidade associada a este evento, no quadro dos seus processos de gestão de risco e dos mecanismos de mitigação

previstos, designadamente ao nível do resseguro, mantendo-se confiante na adequação da sua posição de solvência e na robustez do seu modelo de governação.

O referido evento foi considerado como evento subsequente não ajustável, não tendo sido reconhecidos ajustamentos aos valores registados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo.



3.6 – Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 2.494.516,14 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- 1) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 249.452 euros, para Reserva Legal;
- 2) O valor de 2.245.065 euros para distribuição de dividendos ao acionista, sendo 2.245.064,14 euros por aplicação do resultado do exercício e 0,86 euros por distribuição de resultados transitados.
- 3) Tendo em conta:
 - os eventos climatéricos extremos que atingiram o país durante o primeiro trimestre, cujos impactos finais ainda se encontram em avaliação, mas que já são reconhecidos como históricos;
 - Os conflitos na região do Médio Oriente e a incerteza quanto aos seus impactos económicos e financeiros transversais;
 - Os princípios de gestão são prudentes, nomeadamente no que respeita à gestão do capital e da liquidez num contexto de incerteza, propõe-se que o montante destinado à distribuição de dividendos referido no ponto 2 seja pago em outubro de 2026, desde que, após avaliação e apreciação pelo Conselho de Administração, com base nas demonstrações financeiras do 3.º trimestre, as condições prudenciais permaneçam reunidas, isto é, um rácio de Solvência II não inferior a 130%, permitindo assim essa distribuição sem pôr em causa os princípios de gestão são prudentes acima mencionados.

3.7 – Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da Mudum-Companhia de Seguros, S.A.

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pela confiança dos clientes e apoio dos acionistas, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a Mudum Seguros continue a atingir os objetivos a que se propõe.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole e pelo Grupo novobanco.

Registamos também com elevado apreço a ação do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e pela Associação Portuguesa de Seguradores, nos vários domínios das suas áreas de competência.



PREVENIR NA
MUDANÇA



4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PREVENIR NA MUDANÇA

Antecipar riscos e preparar o futuro é fundamental quando o contexto muda rapidamente. Prevenir na mudança é agir com visão, identificando fragilidades antes que se tornem problemas e fortalecendo a nossa resiliência. É garantir que estamos prontos — hoje e amanhã — para proteger, responder e evoluir de forma segura.

4.1 – Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados em em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores em euros

Demonstração dos Resultados	Notas do Anexo	Dezembro 2025			Dezembro 2024
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Réditos de contratos de seguro	4	89 188 710	-	89 188 710	84 078 873
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio		89 188 710	-	89 188 710	84 078 873
Gastos de contratos de seguros	5	(72 894 304)	-	(72 894 304)	(69 657 284)
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de seguros		(70 685 100)	-	(70 685 100)	(64 650 953)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros		(11 691 123)	-	(11 691 123)	(12 602 961)
Alterações relativas a serviços passados		8 371 065	-	8 371 065	7 260 532
Alterações relativas a serviços futuros		1 110 853	-	1 110 853	336 098
Resultado de contratos de seguro		16 294 406	-	16 294 406	14 421 589
Réditos de contratos de resseguro	6	566 753	-	566 753	872 531
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores		714 946	-	714 946	1 146 781
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores		(148 076)	-	(148 076)	(274 278)
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador		(117)	-	(117)	29
Gastos de contratos de resseguro	7	(5 606 188)	-	(5 606 188)	(5 701 548)
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio – parte dos resseguradores		(5 606 188)	-	(5 606 188)	(5 701 548)
Resultado de contratos de resseguro		(5 039 435)	-	(5 039 435)	(4 829 017)
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro		19 309	-	19 309	2 251
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro		(1 415 098)	-	(1 415 098)	(1 495 333)
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro		166 005	-	166 005	208 265
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro	8	(1 229 784)	-	(1 229 784)	(1 284 817)



4.1 – Demonstração dos resultados

Cont.

Valores em euros

Demonstração dos Resultados	Notas do Anexo	Dezembro 2025			Dezembro 2024
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Rendimentos	8	1 822 114	-	1 822 114	1 594 163
De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas		1 794 105	-	1 794 105	1 564 007
De outros		28 008	-	28 008	30 156
Gastos de investimentos	8	(115 283)	-	(115 283)	(111 361)
De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(115 283)	-	(115 283)	(111 361)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	8	2 381	-	2 381	(1 986)
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		2 381	-	2 381	(1 986)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	8	639 161	655	639 815	525 275
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	8;9	3 852	173	4 024	(17 465)
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		811	-	811	(19 332)
De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		2 998	-	2 998	845
De outros		43	173	216	1 022
Resultado de ativos e passivos financeiros	8	2 352 224	827	2 353 051	1 988 626
Gastos não atribuíveis	10	(8 531 486)	-	(8 531 486)	(6 547 061)
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	(56 141)	-	(56 141)	(91 493)
Outros rendimentos / gastos	12	-	(83 620)	(83 620)	184 887
Resultado líquido antes de impostos		3 789 785	(82 793)	3 706 992	3 842 713
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	22	-	(1 155 794)	(1 155 794)	(744 858)
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	22	-	(56 683)	(56 683)	(193 156)
Resultado líquido do período		3 789 785	(1 295 269)	2 494 516	2 904 699
Resultado por ação básico				0,83	0,97

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

4.2 - Demonstração da posição financeira

Ativo em 31 de dezembro 2025 e 2024

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Dezembro 2025			Dezembro 2024
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	13	1 038 670	2 425	1 036 244	1 265 347
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	14	6 382 965	-	6 382 965	5 342 631
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	15	97 316 283	-	97 316 283	93 165 796
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	16	500 014	1 168	498 846	1 995 834
Terrenos e edifícios	17	2 996 687	1 120 044	1 876 643	2 160 701
Terrenos e edifícios de uso próprio		2 996 687	1 120 044	1 876 643	2 160 701
Outros ativos tangíveis	18	2 068 745	915 246	1 153 499	1 115 766
Outros ativos intangíveis	19	7 425 949	4 639 056	2 786 893	2 356 447
Ativos de contratos de resseguro dos ramos Não Vida	20	8 039 337	-	8 039 337	11 050 180
De serviços futuros		1 410 327	-	1 410 327	4 736 125
De serviços passados		6 629 010	-	6 629 010	6 314 055
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21	92 762	-	92 762	86 585
Contas a receber por outras operações		92 762	-	92 762	86 585
Ativos por impostos	22	880 450	-	880 450	1 231 211
Ativos por impostos diferidos		880 450	-	880 450	1 231 211
Acréscimos e diferimentos	23	447 578	-	447 578	341 262
TOTAL ATIVO	-	127 189 449	6 677 940	120 511 500	120 111 761

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



4.2 – Demonstração da posição financeira

Passivo e capital próprio em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Dezembro 2025	Dezembro 2024
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida	24	72 104 300	71 446 968
De serviços futuros		36 594 012	38 259 666
De serviços passados		35 510 288	33 187 302
Outros passivos financeiros	17	2 334 861	2 444 331
Outros		2 334 861	2 444 331
Outros credores por operações de seguros e outras operações	25	112 981	389 864
Contas a pagar por operações de seguro direto		17 857	308 519
Contas a pagar por outras operações		95 124	81 346
Passivos por impostos	22	3 740 194	2 782 162
Passivos por impostos correntes		3 662 461	2 716 646
Passivos por impostos diferidos		77 732	65 516
Acréscimos e diferimentos	26	5 299 573	7 327 461
Outras provisões	27	1 430 000	652 504
Total passivo		85 021 908	85 043 290
CAPITAL PRÓPRIO			
	28		
Capital		15 000 000	15 000 000
Reservas de reavaliação		(2 583 347)	(3 349 795)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas		(2 645 583)	(3 412 841)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		62 236	63 047
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro		242 305	146 452
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro		38 055	52 565
Reserva por impostos		481 399	787 695
Outras reservas		12 223 002	11 933 222
Resultados transitados		7 593 662	7 593 633
Resultado do exercício		2 494 516	2 904 699
Total capital próprio		35 489 592	35 068 470
Total passivo e capital próprio		120 511 500	120 111 761

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

4.3 – Demonstração de variações do capital próprio

Demonstração de variações do capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores em euros

Demonstração de variações do capital próprio	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reserva por impostos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do período	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas				Reserva legal	Outras reservas			
Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2023	15 000 000	(5 152 230)	43 715	566 571	28 713	1 128 308	11 528 101	18 616	7 596 218	3 813 794	34 571 806
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	1 739 389	-	-	-	-	-	-	-	-	1 739 389
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	-	19 332	-	-	-	-	-	-	-	19 332
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	(420 120)	-	-	-	-	-	-	(420 120)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	23 852	-	-	-	-	-	23 852
Ajustamentos por reconhecimento de impostos	-	-	-	-	-	(340 613)	-	-	-	-	(340 613)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	381 379	-	3 432 415	(3 813 794)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3 435 000)	-	(3 435 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	5 126	-	-	5 126
Total da variação do capital próprio	-	1 739 389	19 332	(420 120)	23 852	(340 613)	381 379	5 126	(2 585)	(3 813 794)	(2 408 035)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 904 699	2 904 699
Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2024	15 000 000	(3 412 841)	63 047	146 452	52 565	787 695	11 909 480	23 742	7 593 633	2 904 699	35 068 470

4.3 – Demonstração de variações do capital próprio

Cont.

Valores em euros

Demonstração de variações do capital próprio	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reserva por impostos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do período	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas				Reserva legal	Outras reservas			
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	767 258	-	-	-	-	-	-	-	-	767 258
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	-	(811)	-	-	-	-	-	-	-	(811)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	95 853	-	-	-	-	-	-	95 853
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	(14 510)	-	-	-	-	-	(14 510)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos	-	-	-	-	-	(306 295)	-	-	-	-	(306 295)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	290 470	-	2 614 229	(2 904 699)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 614 200)	-	(2 614 200)
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(690)	-	-	(690)
Total da variação do capital próprio	-	767 258	(811)	95 853	(14 510)	(306 295)	290 470	(690)	29	(2 904 699)	(2 073 395)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 494 516	2 494 516
Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2025	15 000 000	(2 645 583)	62 236	242 305	38 055	481 399	12 199 950	23 052	7 593 662	2 494 516	35 489 592

(Ver nota 28)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

4.4 – Demonstração do rendimento integral

Demonstração do rendimento integral de 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores em euros

Demonstração do rendimento integral	Notas do Anexo	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Resultado líquido do período	-	2 494 516	2 904 699
Outro rendimento integral do período	-	-	-
Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	-	-
Ganhos e perdas líquidos	8	764 877	1 741 375
Reclassificação	-	-	-
Por imparidade	8,9	(811)	19 332
Por alienação	8	2 381	(1 986)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	24;28	95 853	(420 120)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	20;28	(14 510)	23 852
Impostos	22	(306 295)	(340 613)
Total do rendimento integral líquido de impostos	-	3 036 011	3 926 538

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

4.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Valores em euros	
	Dezembro 2025	Dezembro 2024
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
Recebimentos		
Operações de Seguro	95 940 887	92 554 630
Operações de Resseguro	2 692 563	560 725
Outras Atividades Operacionais	23 415	36 220
Pagamentos		
Operações de Seguro	(49 513 496)	(48 702 882)
Operações de Resseguro	(4 569 575)	(5 963 891)
Comissões	(11 041 783)	(9 339 455)
Outras Atividades Operacionais	(623)	(13)
Pagamentos ao Pessoal		
	(3 908 180)	(3 698 127)
Pagamentos a Fornecedores		
	(11 675 051)	(10 420 260)
Outros pagamentos e recebimentos		
	(224 907)	15 229
Impostos e Taxas		
	(12 297 386)	(11 691 506)
Impostos sobre o rendimento		
	(481 286)	(1 533 630)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)		
	4 944 577	1 817 039

Cont.

Valores em euros

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Recebimentos		
Alienação de Investimentos	106 305 129	113 323 423
Dividendos	28 008	30 156
Juros	1 365 515	1 275 910
Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(108 273 202)	(110 522 372)
Aquisição de Imobilizado	(1 123 402)	(1 839 571)
Despesas de gestão, manutenção e outras	(122 175)	(121 188)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)		
	(1 820 126)	2 146 359
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos		
Dividendos	(2 614 200)	(3 435 000)
Contrato de Locação Financeira	(739 570)	(539 670)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)		
	(3 353 770)	(3 974 670)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		
	(229 318)	(11 272)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		
	1 267 988	1 279 260
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		
	1 038 670	1 267 988

(Ver nota 13)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de setembro de 1996 com um Capital Social de 7.481.968,46 €, posteriormente atualizado para 15.000.000 €.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, com o N° 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Rua Castilho, 26-4° 1250-069 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% eram detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da Companhia com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

Em Agosto de 2014 com a resolução do Banco Espírito Santo a titularidade das ações pertencentes ao Banco Espírito Santo, S.A. e que representam 24,99334% do capital da Companhia passou para o Novo Banco, S.A., tendo posteriormente a Companhia alterado a sua designação para GNB – Companhia de Seguros, S.A, conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de dezembro de 2014 e autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de 30 de dezembro de 2014.

Em 21 de Dezembro de 2018 verificou-se a aquisição por parte do acionista Crédit Agricole Assurances S.A (CAA) da participação de 25% detida pelas Seguradora Unidas, SA, passando assim o CAA a ser detentor de 75% das ações da Companhia.

Em 14 de Outubro de 2020 verificou-se a aquisição por parte do acionista Crédit Agricole Assurances S.A (CAA) das participações detidas pelo Novo Banco, S.A. (24.9934%), GNB – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (0.0033%) e Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (0.0033%) passando assim o CAA a ser detentor de 100% das ações da Companhia.

Em setembro de 2021 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por Mudum - Companhia de Seguros, S.A.,

(“Mudum Seguros” ou “Companhia”) com o N° 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Avenida Miguel Bombarda, n° 4, 9° andar 1050-166 Lisboa, Portugal.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A..

Descrição da natureza do negócio

A Mudum Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Novo Banco, Novo Banco dos Açores, Banco BEST e Banco Credibom mas também fora do canal bancário com os parceiros corretora Costa Duarte, JAP Seguros e Grupo MDS, com os produtos de base de seguros não-vida.

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras individuais da Mudum Seguros agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2022-R, de 2 de novembro.

Este Plano de Contas tem por base as International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia prepara as demonstrações

financeiras de acordo com o princípio contabilístico da continuidade do negócio.

As demonstrações financeiras e respetivo anexo estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente, os ativos financeiros ao justo valor através de reservas e ao justo valor através de ganhos e perdas e os ativos de contratos de resseguro e passivos de contratos de seguro registados de acordo com a abordagem da alocação do prémio ("*Premium Allocation Approach*" ou "*PAA*") previsto na norma IFRS 17. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 20 de março de 2026. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Companhia, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2.2 Especialização de Exercícios

Os rendimentos e ganhos e os custos, gastos e perdas são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.3 Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo, representando dois meses de remuneração a

auferir pelos empregados em 2026 e respetivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2025.

2.4 Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz



respeito às diferenças de instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas, as quais são registadas em reservas.

2.5 Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício (ver nota 2.6).

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Atualmente, a Companhia não detém qualquer instrumento financeiro derivado e não faz contabilidade de cobertura.

Um derivado embutido é uma componente de um contrato híbrido, que inclui também um instrumento principal (*host contract*) não derivado.

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Se o instrumento principal incluído no contrato híbrido for considerado um ativo financeiro, a classificação e mensuração da totalidade do contrato híbrido é efetuada de acordo com os critérios descritos para os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas (ver nota 2.6).

Os derivados embutidos noutros ativos que não estejam no âmbito da IFRS 9, são tratados separadamente sempre que as características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base e o instrumento híbrido não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de ganhos e perdas. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

2.6 Outros Ativos Financeiros (ver anexo 1)

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação

contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

- a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
- b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de reservas;
- (iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

A 31 de dezembro de 2025, as classificações dos ativos financeiros da Companhia por categoria encontram-se nas Notas 14, 15 e 16.

Mensuração

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas. Os custos de transação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”, nos rendimentos.

Os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de reservas, à exceção das

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos / (perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de reservas que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente em reservas, no Capital Próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de reservas. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores.

A Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato

se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo. São detalhados na Nota 29 (Gestão dos riscos de atividade) os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados. A reclassificação é

aplicada prospectivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressados quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital valorizados ao justo valor por reservas, nem de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

Nível 2 – Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas

e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

Nível 3 – Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos.

- Para ações e unidades de participação de fundos transacionados em bolsa, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através dos preços das ações, unidades de participação e futuros disponibilizados no mercado,
- Para as obrigações e unidades de participação de fundos listados em bolsa, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação de fundos não listados em bolsa ao NAV ("*Net Asset Value*") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras,
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente, depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de

4.6 - Anexo às demonstrações financeiras

valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

2.7 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem credores por operações de seguro direto e resseguro, não considerados como ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro, e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Companhia apenas tem passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, nomeadamente, “outros credores por operações de seguros e outras operações” e “outros passivos financeiros”.

2.8 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	14% a 100%
Equipamento informático	25% a 33%
Edifícios (Locação Financeira)	11% a 13%
Instalações interiores	10% a 20%
Material de transporte (Locação Financeira)	17% a 30%
Outros Equipamentos	12,5% a 20%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.9 Ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Elementos da propriedade industrial	20%
Equipamento informático (software)	17% a 33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10 Locações

A Companhia classifica as operações de locação no âmbito da IFRS 16, que inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período em troca de um valor.

A IFRS 16 requer que os locatários contabilizem todas as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar com o tratamento

que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo:

- (1) Locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e,
- (2) Locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses).

Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – “*right-of-use*” ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos).

O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

2.11 Benefícios aos empregados

Pensões

Embora não sendo subscritora de Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) desde 2016, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos mesmos termos que os estabelecidos nos IRCT aplicáveis ao sector segurador.

Em 2021, celebrou um Acordo de Empresa, publicado no BTE, n.º 29 de 22 de outubro de 2021, que veio formalizar os termos que vinha aplicando até então. Este acordo foi alvo de revisão em junho de 2025, que veio rever e melhorar os benefícios dos colaboradores.

No que diz respeito aos benefícios pós-emprego, os trabalhadores estão abrangidos por um plano de contribuição definida, onde as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Assim, os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

de reforma (PIR) em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem do ordenado base anual do trabalhador. Esta percentagem é de 3.5% desde 2024, sendo que o PIR tem capital garantido sobre as contribuições já realizadas. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para tal, a Companhia constituiu um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido junto da GamaLife – Companhia de seguros de vida S.A., efetuando contribuições anuais tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador, aplicando em 2024 os termos estabelecidos no Acordo de Empresa aplicável. A Companhia considera que transferiu a responsabilidade da garantia de capital do PIR para a referida entidade.

Relativamente aos benefícios pós-emprego dos trabalhadores no ativo admitidos até 22 de

junho de 1995 previamente existentes, tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores em 2011, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Ainda relativamente a responsabilidades com pensões, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005, a Companhia deixou de ter responsabilidade com o plano de pensões dos Administradores por liquidação da responsabilidade e respetivo património, relativa aos dois únicos participantes existentes no ano precedente, responsabilidade essa, que é integralmente assumida por outro associado.

Seguro de Vida

Os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, têm direito a um

seguro de vida que garanta o pagamento de um capital em caso de morte ou de reforma por invalidez nos termos a seguir indicados e de acordo com o respetivo fator gerador:

- 100.000 € se resultar de acidente de trabalho ocorrido ao serviço da empresa, incluindo *in itinere*;
- 75.000 € se resultar de outro tipo de acidente;
- 50.000 € nos restantes casos.

Benefícios de saúde

A Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo. O benefício está sob a forma de um seguro de saúde registado em custos do exercício.

Adicionalmente, a Companhia concedeu um benefício a título de complemento ao subsídio por doença, pagando ao trabalhador, quando doente, com incapacidade temporária para o trabalho certificada pelo Serviço Nacional de Saúde, um complemento do subsídio por doença de montante igual à diferença de valor entre a retribuição efetiva mensal correspondente aos dias subsidiados pela Segurança Social e o subsídio de doença que esta entidade lhe concede. O mesmo se aplicou aos casos de faltas para assistência a filhos ou enteados a cargo, menores de 12

anos de idade, ou independentemente da idade, a filhos com deficiência ou doença crónica.

Prémio de permanência (benefício de médio/longo prazo)

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com a Política de Remunerações dos colaboradores e as disposições estatutárias, os acionistas podem aprovar anualmente em Assembleia-Geral um valor a ser distribuído aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

Apoio infantil e escolar

Os trabalhadores do quadro efetivo, com filhos, enteados ou afilhados civis a seu cargo, matriculados/inscritos em creches ou infantários, estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico ou secundário, superior, politécnico ou universitário, da rede escolar autorizada

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

pelo ministério competente, beneficiaram da Mudum Seguros de uma comparticipação anual nas despesas do educando, cujo valor anual foi atribuído em função do estabelecimento ou ano escolar em que o educando está matriculado/inscrito, nos seguintes termos:

- a) Até ao 2.º ciclo do ensino básico (6.º ano): 120 €;
- b) 3.º ciclo do ensino básico até ao ensino superior, politécnico ou universitário: 170 €.

Prémio de natalidade ou de adoção

Pelo nascimento ou adoção de filhos, os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, beneficiaram de um prémio no valor de 525 € pago pela Mudum Seguros.

Apoio às deslocações – Passe social

A título de incentivo e apoio à utilização de transportes públicos, a Mudum Seguros concedeu o benefício de participar na aquisição de título de transporte «passe social» efetuado pelos trabalhadores e destinado à sua utilização para deslocações, com o limite mensal de 40 €.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são

reconhecidos quando a Companhia cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A Mudum Seguros reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual a Companhia deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a Mudum Seguros reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos há mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.



2.12 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados quando forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais, em regra geral, durante um período de quatro anos, ou em caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto, até ao exercício desse direito.

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.13 Outras Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.

2.14 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros ao justo valor através de reservas são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes em incumprimento e para os quais foram reconhecidas perdas

por imparidade de estágio 3, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.15 Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16 Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2024 e 2025, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.17 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam



4.6 - Anexo às demonstrações financeiras

os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.18 Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa aplicável ao sector segurador, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.19 Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas aos ativos financeiros valorizado ao justo valor por reservas, bem como a respetiva provisão para perdas de crédito esperadas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas.

2.20 Reserva por impostos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua

base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros valorizados ao justo valor por reservas e da reserva da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro, são posteriormente reconhecidos em resultados quando forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.21 Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

2.22 Contratos de seguro e resseguro

Classificação

Contratos sob o qual a Companhia aceita risco de Seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Contratos em que a Companhia transfere risco de Seguro para uma Terceira entidade são classificados como contratos de resseguro. Contratos de Seguro e de resseguro, ambos expõem a Companhia a risco financeiro.

Separação de Componentes

No reconhecimento inicial a Companhia separa do contrato de Seguro ou resseguro e contabiliza como se fossem instrumentos financeiros individuais:

- Derivados embutidos no contrato e que as características não estão relacionadas com os termos do contrato subjacente e cujos termos não cumprem a definição de contrato de Seguro ou resseguro numa base individual; e
- Componentes de investimento distintas: i.e., componentes de investimento que não estão altamente correlacionadas com a componente de seguro e que possa ser encontrado ativo idêntico no mesmo mercado ou jurisdição.

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Nível de agregação e reconhecimento inicial

Contratos de seguros

Contratos de Seguro são agregados em grupos para efeitos de mensuração, estes grupos são determinados agregando contratos sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto, sendo dividido cada portfólio em “*cohorts*” anuais (por ano de emissão / renovação da apólice) e agregados por nível de rentabilidade

- Contratos onerosos no reconhecimento inicial;
- Contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos; e
- Restantes contratos no “*cohort*”.

Um contrato de Seguro emitido pela Companhia é reconhecido no momento em que se verifique uma das seguintes condições:

- No início do período de cobertura (i.e., período em que a Companhia providencia o serviço);
- Quando o primeiro pagamento se torna devido, caso não exista data de pagamento aquando do recebimento do prémio; e
- Quando existam factos e circunstâncias que indiquem que o contrato é oneroso.

Contratos de resseguro

Os Grupos de contratos de resseguro são agregados de forma que cada grupo corresponda a um único tratado e também a um único portfólio.

Os contratos de resseguro detidos pela Mudum providenciam cobertura a contratos de seguro que estão incluídos em diversos grupos, no entanto a forma legal de um único contrato de resseguro reflete os direitos e obrigações contratuais, nomeadamente que as coberturas vencem simultaneamente e que não podem ser vendidas em separado, assim o contrato de resseguro não é desagregado em diversas componentes relacionadas com diversos grupos de contratos de seguro subjacentes.

Os contratos de resseguro detidos pela Mudum são reconhecidos no início do período de cobertura.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição são alocados aos grupos de contrato numa base racional e sistemática tendo por base toda a informação disponível. Os custos de aquisição são reconhecidos como despesa de forma linear ao longo do período de cobertura do contrato ao qual foi alocado.

Fronteira de contratos

A mensuração de um grupo de contratos inclui todos os “*cash-flows*” futuros que estejam dentro da fronteira contratual de cada grupo.

Contratos de seguro

Os “*cash flows*” estão incluídos na fronteira contractual desde que tenham origem em direitos e obrigações substantivas durante o período em que a Mudum pode obrigar o tomador a pagar o prémio ou tem a obrigação de providenciar cobertura. A obrigação de providenciar cobertura termina quando a Mudum tem a capacidade de refletir o risco de um contrato de seguro individualmente ou ao nível do portfolio e reavaliar o preço desse contrato definindo um preço que espelhe essa reavaliação do risco.

Contratos de resseguro

Os “*cash flows*” estão incluídos na fronteira contratual desde que tenham origem em direitos e obrigações substantivas durante o período em que a Mudum está obrigada a pagar ao ressegurador o prémio e têm o direito de receber os serviços providenciados pelo ressegurador. Os direitos e obrigações terminam quando o ressegurador tem a capacidade de reavaliar os riscos e alterar a tarifa refletindo esses riscos ou tem a capacidade de terminar o contrato.

A fronteira dos contratos é reavaliada a cada data de reporte.

Mensuração

A Mudum aplica o modelo simplificado PAA (“*Premium Allocation Approach*”) na mensuração dos seus grupos de contratos de seguro e de resseguro caso um dos seguintes critérios seja cumprido no reconhecimento inicial:

- O período de cobertura de cada contrato no grupo seja de um ano ou inferior; ou
- A aplicação desta simplificação produza resultados semelhantes à mensuração através do modelo geral (“*General Measurement Model*”).

Contratos de seguro

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor da responsabilidade pela cobertura remanescente é mensurado pelos prémios recebidos no reconhecimento inicial, deduzidos quaisquer custos de aquisição alocados nessa data, e ajustado por qualquer montante resultante do desconhecimento de quaisquer ativos ou passivos previamente reconhecidos nos fluxos de caixa da companhia. A Mudum optou por não reconhecer como despesa os custos de aquisição quando incorridos.

Subsequentemente, o valor da responsabilidade por serviços futuros é aumentado pelos prémios

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

recebidos e pela amortização dos custos de aquisição reconhecidos como despesas no período e diminuída pelo montante reconhecido como rédito de contratos de seguro no período e quaisquer custos de aquisição alocados após o reconhecimento inicial. No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, a Mudum espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prémio relacionado não seja superior a um ano. Como tal, a companhia optou por não ajustar a responsabilidade por serviços futuros para refletir o valor temporal do dinheiro e o efeito do risco financeiro.

O produto de proteção ao crédito possui uma duração superior a um ano, no entanto cumpre o segundo critério acima indicado pelo que é mensurado pelo modelo simplificado PAA sendo a responsabilidade por serviços futuros ajustada para refletir o valor temporal do dinheiro e o efeito do risco financeiro.

Se, a qualquer momento durante o período de cobertura, factos e circunstâncias indicarem que um grupo de contratos é oneroso, então a Mudum reconhece uma perda e aumenta a responsabilidade pela cobertura remanescente.

A Mudum reconhece a responsabilidade por sinistros incorridos de um grupo de contratos de

seguro pelo montante dos fluxos de caixa relativos a sinistros incorridos. Os fluxos de caixa futuros são descontados (às taxas correntes) a menos que se espere que sejam pagos em um ano ou menos a partir da data em que os sinistros são incorridos.

Contratos de resseguro

A Companhia aplica as mesmas políticas contabilísticas para mensurar um grupo de contratos de resseguro, adaptadas quando necessário para refletir características que diferem dos contratos de seguro.

Se um componente de recuperação de perdas for criado para um grupo de contratos de resseguro mensurado sob o PAA a companhia ajusta o valor do ativo para serviço futuro.

Desreconhecimento e modificação de contrato

A Companhia desreconhece um contrato quando este é extinto, isto é, quando as obrigações especificadas no contrato expiram, são cumpridas ou canceladas.

A Companhia também desreconhece um contrato se os seus termos forem modificados de uma forma que teria alterado significativamente a contabilização do contrato se os novos termos sempre tivessem existido, caso em que um novo contrato com base nos termos modificados é

reconhecido. Se uma modificação de contrato não resultar em desreconhecimento, então a companhia trata as mudanças nos fluxos de caixa causadas pela modificação como mudanças nas estimativas de "cash-flows".

Apresentação

Os portfólios de contratos de seguro e resseguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa decorrentes antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionado são incluídos no valor dos portfólios de contratos relacionados.

A Companhia desagrega montantes reconhecidos na demonstração de resultados e no outro rendimento integral em (a) resultado de contratos de seguros, compreendendo receitas e despesas de seguros; e (b) receitas e despesas financeiras de seguros.

As receitas e despesas de contratos de resseguro são apresentadas separadamente das receitas e despesas de contratos de seguro. As receitas e despesas de contratos de resseguro são apresentadas em separado bem como as receitas e despesas financeiras.

A Companhia desagrega as mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

entre o resultado de serviços de seguros e as receitas e despesas financeiras de seguros.

As receitas de seguros e as despesas de serviços de seguros excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas da seguinte forma.

Receita de Seguros – Contratos medidos sob o PAA

Para os contratos medidos sob o PAA, o rédito de contratos de seguros em cada período corresponde ao montante associado ao serviço prestado sendo alocado com base na passagem do tempo.

Despesas de serviços de seguros

As despesas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidas no resultado geralmente à medida que são incorridas. Elas excluem reembolsos de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens:

- Sinistros incorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguro;
- Amortização dos custos de aquisição: para contratos medidos sob o PAA, a Companhia amortiza os fluxos de caixa de aquisição de seguros de forma linear ao longo do período de cobertura;
- Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas;
- Ajustamentos às responsabilidades por sinistros incorridos que não decorrem dos efeitos do valor temporal do dinheiro, risco financeiro.

Despesas e ganhos de contratos de resseguro

As despesas de contratos de resseguro compreendem uma alocação dos prêmios de resseguro líquido da comissão recebida com base na passagem do tempo.

Os ganhos com contratos de resseguro correspondem aos montantes recuperados correspondendo aos sinistros recuperados, estes montantes são reconhecidos quando ocorrem.

Rendimento e gastos financeiros de seguros

O rendimento e os gastos financeiros de seguros compreendem alterações nos montantes reconhecidos de grupos de contratos de seguro e resseguro decorrentes dos efeitos do valor temporal do dinheiro e risco financeiro.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no

sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1 Julgamentos

3.1.1 IFRS 9 – Instrumentos financeiros, classificação e mensuração

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise de características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

A Companhia determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os ativos financeiros são geridos para atingir um objetivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspetos: a forma como o desempenho dos ativos é avaliado; os riscos que afetam o desempenho dos ativos financeiros e a forma como esses riscos são geridos.

A Companhia monitoriza os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e ao justo valor através de reservas que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objetivo do modelo de negócio

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

definido para esses ativos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pela Companhia do modelo de negócio dos ativos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospetiva da classificação desses ativos financeiros.

3.2 Estimativas

3.2.1 Imparidade dos ativos financeiros

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. As principais estimativas relativamente à imparidade são: aumento significativo do risco de crédito; probabilidade de incumprimento e perda dado o incumprimento.

3.2.2 Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas

transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro anos ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Mudum Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.2.3 Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, ativos e passivos por contratos de seguro e resseguro, foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da

Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

3.2.4 Taxas de desconto

A Mudum usa a curva de taxa de juro sem risco determinada pelo Grupo que baseia a sua construção na metodologia proposta pela EIOPA para Solvência II, tendo em consideração futuras evoluções metodológicas. Para cada entidade, com base no portfólio de investimentos, a curva de taxa de juro é ajustada para o risco de crédito dos ativos. As diferenças nas responsabilidades de seguros são refletidas na calibração do prémio de liquidez.

Mais especificamente:

- Para cada moeda e maturidade, as taxas de juro sem risco são determinadas com base nas respetivas taxas swap e ajustadas para o risco de crédito - o objetivo é obter taxas com base em ativos financeiros relevantes, transacionados



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

em mercados profundos, líquidos e transparentes (DLT). As maturidades líquidas são as maturidades abaixo do “último ponto líquido (LLP)” para o qual os dados respeitem as condições de mercados DLT e que correspondem aos propostos pela ESMA, no contexto da MiFiD 2. O “LLP” é estimado com base no critério “Volume Residual” definido pela EIOPA. O foco principal dos ajustamentos executados pelo Grupo aos métodos referidos é a manutenção da estabilidade da metodologia evitando, assim, a volatilidade e variabilidade dos reportes financeiros de IFRS17;

- No cálculo do ajustamento de risco de crédito, é considerada a média das diferenças entre as taxas “*swap*” já refletidas do risco de crédito e as taxas OIS para a mesma maturidade;
- O prémio de iliquidez da carteira de obrigações, não é mais do que a diferença entre o “spread” das obrigações e a remuneração do risco de crédito, enquanto para os restantes ativos, é utilizada uma abordagem que consiste na estimativa do rácio de “*Sharpe*”;
- O prémio de iliquidez a aplicar aos passivos é uma transposição do prémio de iliquidez dos ativos ajustado às características de liquidez dos contratos de seguro.

As taxas de desconto atribuídas em 2025 e 2024 são analisadas como segue:

	2025	2024
1 Ano	2,32%	2,52%
2 Anos	2,49%	2,37%
3 Anos	2,74%	2,53%
4 Anos	2,92%	2,25%
5 Anos	3,07%	2,15%
10 Anos	3,67%	2,64%
20 Anos	3,74%	2,24%

3.2.5 Ajustamento de risco para riscos não financeiros

A Mudum aplica o ajustamento de risco aos ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro de serviço passado dado que aplica o modelo de mensuração simplificado ao serviço corrente. O ajustamento de risco é determinado para refletir variabilidade dos cash-flows de sinistros que a Companhia espera pagar no futuro.

Aplicando a técnica do VaR (“*Value at Risk*”), a Mudum determina o ajustamento de risco a um nível de confiança de 85% sendo calculado ao nível do portfólio, exceto se o mesmo não tiver representação estatística.

NOTA 4 – RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os réditos de contratos de seguro são analisados como segue:

2025					
Réditos de contratos de seguro	Total	Multiriscos Habitação	Automóvel	Saúde	Outros*
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	89 188 710	27 871 703	18 060 624	31 991 931	11 264 452
Total	89 188 710	27 871 703	18 060 624	31 991 931	11 264 452

2024					
Réditos de contratos de seguro	Total	Multiriscos Habitação	Automóvel	Saúde	Outros*
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	84 078 873	26 528 766	16 045 127	30 269 459	11 235 521
Total	84 078 873	26 528 766	16 045 127	30 269 459	11 235 521

*Inclui um conjunto de linhas de negócio de acidentes pessoais, acidentes de trabalho e segmentos de negócios

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 5 – GASTOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Os custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro incluem um montante 11.605.379 € de gastos efetivamente pagos e 85.744 € de reconhecimento da variação de custos de aquisição diferidos.

Ver adicionalmente notas 10 e 24.

A rubrica de Alterações relativas a serviços futuros

inclui um montante de 1.110.853 € relativos ao reconhecimento de uma recuperação líquida de componente de perda no portfolio automóvel e uma constituição líquida de componente de perda no portfolio de saúde. Ver adicionalmente nota 24.

Os gastos de contratos de seguro são analisados como segue:

2025

Gastos de contratos de seguro	TOTAL	Multirriscos Habitação	Automóvel	Saúde	Outros*
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de seguros	70 685 100	22 381 531	17 931 621	27 268 334	3 103 613
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	11 691 123	3 092 710	2 078 411	3 809 621	2 710 380
Custos de aquisição pagos	11 605 379	3 241 101	2 181 828	3 868 544	2 313 906
Variação dos custos de aquisição diferidos	85 744	(148 391)	(103 417)	(58 923)	396 474
Alterações relativas a serviços passados	(8 371 065)	(2 200 510)	(3 569 716)	(2 098 732)	(502 106)
Alterações relativas a serviços futuros	(1 110 853)	-	(1 423 843)	312 990	-
Total	72 894 304	23 273 731	15 016 473	29 292 212	5 311 887

2024

Gastos de contratos de seguro	Total	Multirriscos Habitação	Automóvel	Saúde	Outros*
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de seguros	64 650 953	19 281 047	16 573 466	26 161 582	2 634 857
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	12 602 961	4 235 387	1 722 759	3 883 090	2 761 725
Custos de aquisição pagos	13 171 873	4 410 791	1 957 963	3 977 903	2 825 217
Variação dos custos de aquisição diferidos	(568 912)	(175 404)	(235 203)	(94 813)	(63 492)
Alterações relativas a serviços passados	(7 260 532)	(3 340 155)	(1 450 349)	(1 828 450)	(641 578)
Alterações relativas a serviços futuros	(336 098)	-	1 441 733	(1 777 831)	-
Total	69 657 284	20 176 279	18 287 609	26 438 391	4 755 005

* inclui um conjunto de linhas de negócio de acidentes pessoais, acidentes de trabalho e segmentos de negócios

NOTA 6 – RÉDITOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO

Os réditos de contratos de resseguro são analisados como segue:

2025

Réditos de contratos de Resseguro	TOTAL	Multirriscos Habitação	Automóvel	Saúde	Outros*
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores	714 946	131 064	-	-	583 881
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	(148 076)	152 810	63 177	-	(364 063)
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	(117)	2	(53)	-	(66)
Total	566 753	283 877	63 124	-	219 752

2024

Réditos de contratos de Resseguro	Total	Multirriscos Habitação	Automóvel	Saúde	Outros*
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores	1 146 781	372 077	66 150	-	708 553
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	(274 278)	(54 503)	150 712	-	(370 487)
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	29	(3)	46	-	(14)
Total	872 531	317 571	216 908	-	338 052

* inclui um conjunto de linhas de negócio de acidentes pessoais, acidentes de trabalho e segmentos de negócios

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 7 – GASTOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO

Os gastos de contratos de resseguro são analisados como segue:

2025					
Gastos de contratos de Resseguro	TOTAL	Multirriscos Habitação	Automóvel	Saúde	Outros*
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio – parte dos resseguradores	(5 606 188)	(2 132 596)	(1 908 709)	(305 936)	(1 258 947)
Total	(5 606 188)	(2 132 596)	(1 908 709)	(305 936)	(1 258 947)
2024					
Gastos de contratos de Resseguro	Total	Multirriscos Habitação	Automóvel	Saúde	Outros*
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio – parte dos resseguradores	(5 701 548)	(1 943 965)	(1 816 026)	(308 267)	(1 633 290)
Total	(5 701 548)	(1 943 965)	(1 816 026)	(308 267)	(1 633 290)

* inclui um conjunto de linhas de negócio de acidentes pessoais, acidentes de trabalho e segmentos de negócios

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 8 – RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA

O resultado da componente financeira de contratos de seguro, de resseguro e de investimentos, nas suas componentes da demonstração de resultados e outro rendimento integral é analisado como segue:

	2025			2024		
	Não Vida	Não técnicos	Total	Não Vida	Não técnicos	Total
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	-	-	-
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	(1 299 936)	-	(1 299 936)	(1 913 202)	-	(1 913 202)
Resultado da componente financeira de contratos de seguro	(1 299 936)	-	(1 299 936)	(1 913 202)	-	(1 913 202)
Reconhecimento:						
Reconhecido na demonstração de resultados	(1 395 789)	-	(1 395 789)	(1 493 082)	-	(1 493 082)
Reconhecido em rendimento integral	95 853	-	95 853	(420 120)	-	(420 120)
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro	151 495	-	151 495	232 117	-	232 117
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	-	-
Resultado da componente financeira de contratos de resseguro	151 495	-	151 495	232 117	-	232 117
Reconhecimento:						
Reconhecido na demonstração de resultados	166 005	-	166 005	208 265	-	208 265
Reconhecido em rendimento integral	(14 510)	-	(14 510)	23 852	-	23 852

Cont.

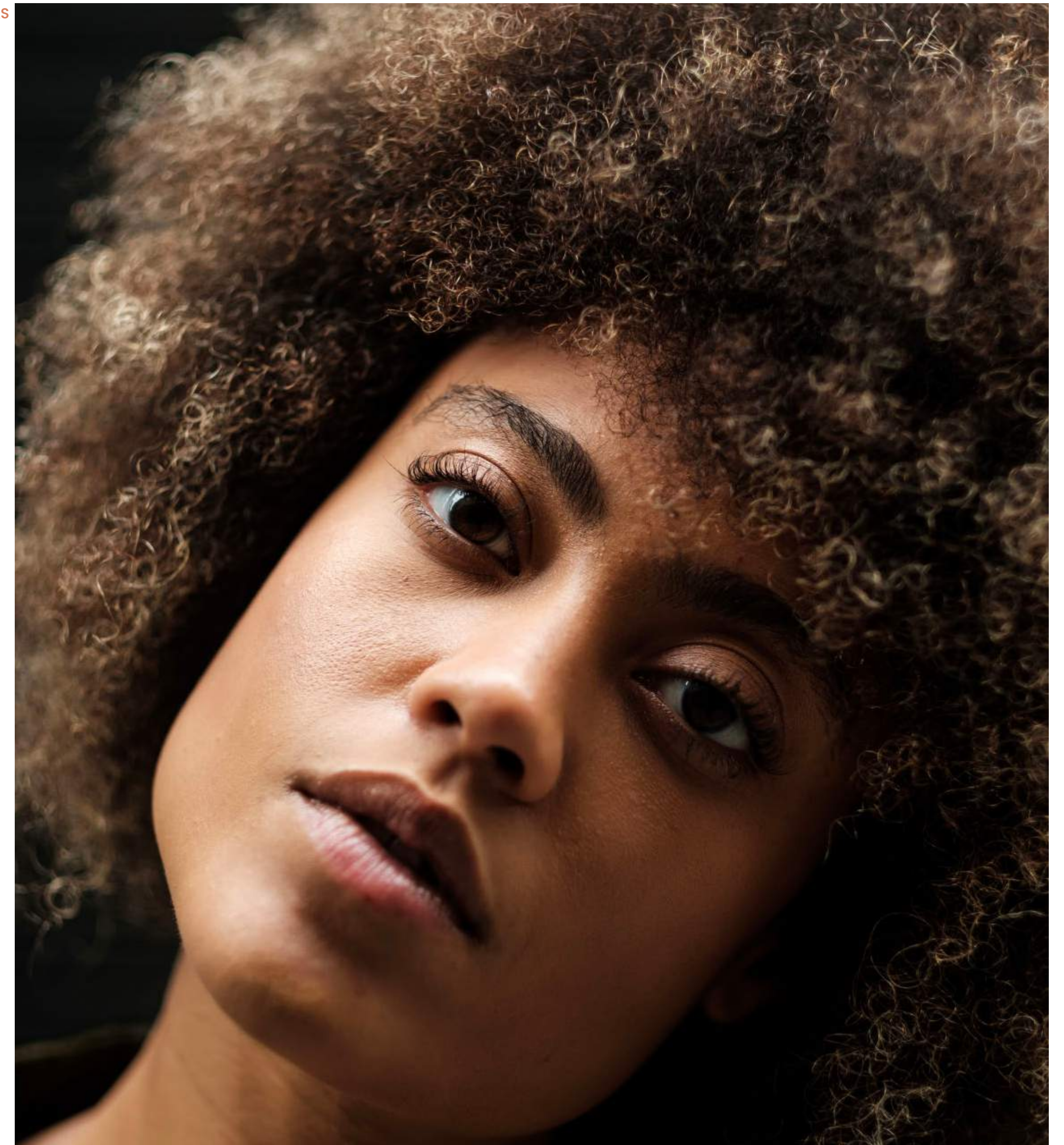
	2025			2024		
	Não Vida	Não técnicos	Total	Não Vida	Não técnicos	Total
Rendimentos e Gastos de Investimentos:						
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	1 678 298	-	1 678 298	1 452 245	-	1 452 245
De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	524	-	524	402	-	402
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	28 008	-	28 008	30 156	-	30 156
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros:						
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	769 639	-	769 639	1 737 403	-	1 737 403
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	639 161	655	639 815	525 664	(389)	525 275
Perdas de imparidade (líquidas de reversão):						
De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2 998	-	2 998	845	-	845
De outros	43	173	216	62	960	1 022
Resultado de ativos e passivos financeiros	3 118 671	827	3 119 498	3 746 776	571	3 747 347
Reconhecimento:						
Reconhecido na demonstração de resultados	2 352 224	827	2 353 051	1 988 056	571	1 988 626
Reconhecido em rendimento integral	766 447	-	766 447	1 758 721	-	1 758 721
Resultado da componente financeira	1 970 230	827	(1 971 058)	2 065 691	571	2 066 261
Reconhecimento:						
Reconhecido na demonstração de resultados	1 122 440	827	1 123 267	703 238	571	703 809
Reconhecido em rendimento integral	847 790	-	847 790	1 362 453	-	1 362 453

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 9 – PERDAS DE IMPARIDADE

As perdas de imparidade, são analisadas como segue:

	2025			2024		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:						
Obrigações de emissores públicos	(99)	-	-	(9 953)	-	-
Obrigações outros emissores	910	-	-	(9 378)	-	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2 998	-	-	845	-	-
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	216	-	-	1 022	-	-
	4 024	-	-	(17 465)	-	-



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 10 – GASTOS POR NATUREZA

Os gastos por natureza são imputados em gastos atribuíveis a aquisição, outros gastos atribuíveis aos contratos de seguro e gastos não atribuíveis.

Os custos por natureza imputados resumem-se como segue:

2025

Gastos por Natureza	Total	Custos de Aquisição	Outros Custos Atribuíveis	Não Atribuíveis
Gastos com pessoal	7 580 273	811 588	3 266 669	3 502 016
Fornecimentos e serviços externos	12 128 121	1 022 092	7 773 298	3 332 732
Impostos e taxas	335 837	40 151	175 922	119 764
Depreciações e amortizações do exercício	976 175	116 707	511 355	348 114
Outras provisões	777 496	-	(22 504)	800 000
Juros suportados	124 519	-	-	124 519
Comissões	304 342	-	-	304 342
Comissões de Intermediação	9 273 985	9 273 985	-	-
Outros gastos	340 856	340 856	-	-
	31 841 605	11 605 379	11 704 740	8 531 486

2024

Gastos por Natureza	Total	Custos de Aquisição	Outros Custos Atribuíveis	Não Atribuíveis
Gastos com pessoal	7 038 897	1 103 951	2 777 622	3 157 324
Fornecimentos e serviços externos	10 226 857	1 171 895	6 399 687	2 655 275
Impostos e taxas	311 257	52 947	149 743	108 566
Depreciações e amortizações do exercício	786 221	133 742	378 247	274 232
Outras provisões	102 504	-	102 504	-
Juros suportados	107 428	-	-	107 428
Comissões	244 235	-	-	244 235
Comissões de Intermediação	10 708 701	10 708 701	-	-
Outros gastos	636	636	-	-
	29 526 737	13 171 873	9 807 803	6 547 061



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Gastos com pessoal:

Número de trabalhadores

Durante os exercícios de 2025 e 2024, o número de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2025	2024
Diretor	13	8
Técnico	38	37
Coordenador Técnico	7	4
Coordenador Operacional	3	3
Gestor Operacional	-	1
Gestor Técnico	13	16
Especialista Operacional	23	25
	97	94

Despesas com o pessoal

O montante dos gastos com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	342 707	242 423
Remunerações do pessoal	5 374 207	5 271 920
Encargos sobre remunerações	1 137 760	1 114 946
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	64 435	52 027
Seguros obrigatórios	45 918	46 352
Gastos de ação social	181 277	163 312
Outros gastos com o pessoal	433 969	147 918
	7 580 273	7 038 897

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

Conselho de Administração	2025	2024
Remunerações e outros benefícios	312 706	212 431
Encargos sobre remunerações	52 004	32 714
	364 710	245 145

Conselho Fiscal	2025	2024
Remunerações e outros benefícios	30 001	29 992
Encargos sobre remunerações	6 285	6 844
	36 286	36 835

Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	2025	2024
Eletricidade	36 013	17 762
Combustíveis	42 366	40 974
Água	655	3 086
Impressos	16 623	9 730
Material de escritório	3 486	10 379
Livros e Documentação Técnica	991	122
Conservação e Reparação	3 125 158	2 740 074
Rendas e Alugueres	107 308	164 131
Despesas de representação	895	-
Comunicação	519 847	586 745
Deslocações e Estadas	79 912	68 895
Seguros	22 421	1 066
Gastos com Trabalho Independente	6 300	5 474
Publicidade e Propaganda	80 925	(13 748)
Limpeza, Higiene e Conforto	-	27
Contencioso e notariado	4 334	3 716
Trabalhos Especializados	7 778 625	6 340 222
Quotizações (Atividade)	34 439	45 674
Gastos com Cobrança de Prémio	65 605	55 116
Despesas de Condomínio	96 740	45 518
Reuniões e Seminários	2 030	(9 120)
Despesas Bancárias - Comissões	39 009	38 943
Outros Fornecedores e Serviços	64 439	72 072
	12 128 121	10 226 857

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

A rubrica de “Gastos com cobrança de prémios” compreende os custos associados às cobranças SEPA.

A rubrica de “trabalhos especializados” inclui o montante de 3.294.967 €, respeitante à gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença e acidentes pessoais (3.054.549 € em 2024).

Esta rubrica inclui ainda os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas da Companhia, que são analisados como segue:

	2025	2024
Revisão legal das contas	111 794	108 855
Serviços distintos da auditoria, exigidos pela legislação aplicável	52 008	35 670
	163 802	144 525

A faturação da Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., em 2025 ascendeu a 204.618€, dos quais 51.045€ dizem respeito a serviços distintos de auditoria. Em 2024, a Deloitte & Associados, SROC, S.A não faturou quaisquer valores, e a faturação da Pricewaterhousecoopers &

Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda, referente ao exercício de 2023, ascendeu aos 52.888 €, dos quais 16.045 € dizem respeito a serviços distintos de auditoria.

NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de contribuição definida

O Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros de 23 de Dezembro de 2011 alterou um conjunto de benefícios anteriormente definidos designadamente no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida que a companhia contratou junto da GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA através da participação no Fundo de Pensões Multireforma Capital Garantido.

Para os restantes benefícios e no quadro de um plano de contribuição a Companhia constituiu um seguro de vida de contribuição definida e com capital garantido (Plano Poupança Empresa) junto da GamaLife – Companhia de seguros de vida S.A., efetuando contribuições anuais tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador, aplicando os termos

estabelecidos na regulamentação coletiva de trabalho (de 2016) aplicável ao sector segurador.

	2025	2024
Plano Individual de Reforma – Contribuição	64 435	52 027

Contribuição anual para o Plano Individual de Reforma (Plano Poupança Empresa):



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 12 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS E NÃO TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2025		2024	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros rendimentos e ganhos (gastos e perdas) financeiros	-	824	-	392
Outros rendimentos/(gastos)	(56 141)	(84 443)	(91 493)	184 494
	(56 141)	(83 620)	(91 493)	184 887

NOTA 13 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

	2025			2024		
	Bruto	Imparidade	Total	Bruto	Imparidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem						
Caixa	507	-	507	179	-	179
Depósitos à ordem	1 038 163	(2 425)	1 035 737	1 267 809	(2 641)	1 265 168
	1 038 670	(2 425)	1 036 244	1 267 988	(2 641)	1 265 347

Os saldos de depósitos à ordem estão no Grupo Novo Banco. A Mudum Seguros não tem depósitos em moeda estrangeira.



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

	2025		2024	
	Ativo	Justo Valor	Ativo	Justo Valor
Outros títulos de rendimento variável	6 382 965	6 382 965	5 342 631	5 342 631
Valor de balanço	6 382 965	6 382 965	5 342 631	5 342 631

NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

	Custo Amortizado	Reserva de justo valor		Imparidades		Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa	Estágios 1 e 2	Estágio 3			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	28 996 367	73 182	(843 487)	22 984	-	28 249 046	184 916	28 433 962
De outros emissores	70 152 412	304 366	(2 179 644)	39 252	-	68 316 385	565 935	68 882 320
Saldo em 31 de dezembro de 2025	99 148 778	377 548	(3 023 131)	62 236	-	96 565 431	750 851	97 316 283

	Custo Amortizado	Reserva de justo valor		Imparidades		Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa	Estágios 1 e 2	Estágio 3			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	27 076 607	127 892	(890 689)	22 885	-	26 336 696	191 228	26 527 925
De outros emissores	68 814 611	401 993	(3 052 038)	40 162	-	66 204 728	433 143	66 637 871
Saldo em 31 de dezembro de 2024	95 891 218	529 885	(3 942 727)	63 047	-	92 541 424	624 372	93 165 796

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 16 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A rubrica de “Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” é analisada como segue:

	2025			2024		
	Bruto	Imparidade Estágio 1	Total	Bruto	Imparidade Estágio 1	Total
Depósitos a prazo - Capital	500 000	(1 168)	498 832	2 000 000	(4 166)	1 995 834
Depósitos a prazo - Juro decorrido	14	-	14	-	-	-
	500 014	(1 168)	498 846	2 000 000	(4 166)	1 995 834

NOTA 17 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

Ativos Tangíveis – Edifícios de Uso Próprio	2025	2024
Edifícios em locação financeira	2 994 687	2 954 284
	2 996 687	2 954 284
Depreciação acumulada	(1 120 044)	(793 584)
	1 876 643	2 160 701

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2022 em substituição da IAS 17 – Locações. Decorrente deste novo normativo, reconhece-se um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O passivo de locação foi inicialmente mensurado ao valor atual dos pagamentos de locação, que ascendem a 2.754.347 €. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atual ascende a 1.903.948 € (2.158.769 € em 2024).

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, pelo montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso. Adicionalmente, e caso seja aplicável, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e Edifícios” é analisado como segue:

Ativos Tangíveis – Edifícios de Uso Próprio	
Saldo líquido a 1 de janeiro de 2024	2 291 265
Adições	178 904
Depreciações do exercício	(309 468)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2024	2 160 701
Adições	42 403
Depreciações do exercício	(326 461)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2025	1 876 643

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 18 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

	2025	2024
Ativos Tangíveis – Equipamento		
Equipamento informático	363 132	329 828
Equipamento Administrativo	211 104	201 420
Instalações interiores	735 633	735 633
Máquinas e ferramentas	131 429	123 207
Outros	16 406	17 276
	1 457 703	1 407 364
Ativos sob Direito de Uso (Locações)		
Locação Financeira - Automóvel	611 042	363 478
	611 042	363 478
Depreciação acumulada	(915 246)	(655 075)
	1 153 499	1 115 766

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis está especificado na nota 2.8.

Durante o exercício de 2025 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos tangíveis” é analisado como segue:

Ativos Tangíveis – Equipamento	
Saldo líquido a 1 de janeiro de 2024	1 062 176
Aquisições	294 100
Desreconhecimento (abate / alienação)	(14 083)
Depreciações do exercício	(226 427)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2024	1 115 766
Aquisições	323 945
Desreconhecimento (abate / alienação)	(5 508)
Depreciações do exercício	(280 704)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2025	1 153 499

NOTA 19 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

Ativos Intangíveis	2025	2024
Aplicações informáticas	6 723 396	5 209 474
Ativos intangíveis em curso	702 169	1 450 233
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
	7 425 949	6 660 093
Amortizações acumuladas	(4 639 056)	(4 303 645)
	2 786 893	2 356 447

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

Ativos Intangíveis	
Saldo líquido a 1 de janeiro de 2024	1 061 303
Aquisições	1 545 471
Amortizações do exercício	(250 327)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2024	2 356 447
Aquisições	799 457
Amortizações do exercício	(369 011)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2025	2 786 893

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 20 – ATIVOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO

A movimentação dos ativos de contratos de resseguro é analisada como segue:

Ativos de Contratos de Resseguro	2025		2024		Total
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Valor Atual Estimado Fluxos Caixa	Ajustamento de Risco	
Ativos de Abertura	4 736 125	-	5 679 025	635 030	11 050 180
Saldo de abertura da posição financeira	4 736 125	-	5 679 025	635 030	11 050 180
Réditos de contratos de resseguro	-	-	718 800	(152 047)	566 752
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de Resseguro	-	-	619 369	95 577	714 946
Alterações relativas a serviços passados	-	-	99 548	(247 625)	(148 077)
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	-	(117)	-	(117)
Gastos de contratos de resseguro	(5 606 188)	-	-	-	(5 606 188)
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	(5 606 188)	-	-	-	(5 606 188)
Componente de investimento	(1 222 774)	-	1 222 774	-	-
Resultado de contratos de resseguro	(6 828 962)	-	1 941 574	(152 047)	(5 039 435)
Efeito financeiro da taxa de desconto	62 674	-	85 732	17 599	166 005
Resultado da componente financeira dos contratos de resseguro	62 674	-	85 732	17 599	166 005
Outro rendimento integral	-	-	(10 245)	(4 265)	(14 510)
Total reconhecido na demonstração de resultados e em outro rendimento integral	(6 766 287)	-	2 017 061	(138 714)	(4 887 940)
Cash flows (do período)	3 440 489	-	(1 563 392)	-	1 877 097
Prêmios Pagos	3 440 489	-	-	-	3 440 489
Sinistros e outras despesas de serviços de resseguro recuperadas	-	-	(1 563 392)	-	(1 563 392)
Posição financeira de encerramento	1 410 327	-	6 132 694	496 316	8 039 337
Ativos de encerramento	1 410 327	-	6 132 694	496 316	8 039 337
Saldo de encerramento da posição financeira	1 410 327	-	6 132 694	496 316	8 039 337

Ativos de Contratos de Resseguro	2024		2023		Total
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Valor Atual Estimado Fluxos Caixa	Ajustamento de Risco	
Ativos de Abertura	5 808 372	-	3 810 889	624 651	10 243 912
Saldo de abertura da posição financeira	5 808 372	-	3 810 889	624 651	10 243 912
Réditos de contratos de resseguro	-	-	886 414	(13 883)	872 531
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de Resseguro	-	-	1 011 937	134 843	1 146 781
Alterações relativas a serviços passados	-	-	(125 552)	(148 726)	(274 278)
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	-	29	-	29
Gastos de contratos de resseguro	(5 701 548)	-	-	-	(5 701 548)
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	(5 701 548)	-	-	-	(5 701 548)
Componente de investimento	(1 946 441)	-	1 946 441	-	(0)
Resultado de contratos de resseguro	(7 647 989)	-	2 832 855	(13 883)	(4 829 017)
Efeito financeiro da taxa de desconto	94 157	-	93 765	20 343	208 265
Resultado da componente financeira dos contratos de resseguro	94 157	-	93 765	20 343	208 265
Outro rendimento integral	-	-	19 933	3 919	23 852
Total reconhecido na demonstração de resultados e em outro rendimento integral	(7 553 832)	-	2 946 552	10 379	(4 596 901)
Cash flows (do período)	6 481 585	-	(1 078 416)	-	5 403 169
Prêmios Pagos	6 481 585	-	-	-	6 481 585
Sinistros e outras despesas de serviços de resseguro recuperadas	-	-	(1 078 416)	-	(1 078 416)
Posição financeira de encerramento	4 736 125	-	5 679 025	635 030	11 050 180
Ativos de encerramento	4 736 125	-	5 679 025	635 030	11 050 180
Saldo de encerramento da posição financeira	4 736 125	-	5 679 025	635 030	11 050 180

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 21 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

	2025	2024
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	92 762	86 585
	92 762	86 585

NOTA 22 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2025 e 2024 foi apurado com base nas taxas nominais de imposto de 20% e 21% respetivamente, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 9%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Mudum Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Ativos e passivos por impostos correntes

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido do Pagamento por Conta

	Ativos		Passivos	
	2025	2024	2025	2024
Impostos sobre rendimentos	-	-	2 330 173	1 649 641
Outros impostos e taxas	-	-	1 332 288	1 067 005
Total	-	-	3 662 461	2 716 646

Os movimentos da rubrica de “Impostos sobre rendimentos” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2024	(2 631 934)
Transição (IFRS17 / IFRS9) Lei n.º 82-A/2023	257 932
Montantes registados nos resultados	(744 858)
Pagamentos / Reembolsos	1 475 698
Excesso / insuficiência de estimativa	(6 479)
Saldo a 31 de dezembro 2024	(1 649 641)
Transição (IFRS17 / IFRS9) Lei n.º 82-A/2023	257 932
Montantes registados nos resultados	(1 155 794)
Pagamentos / Reembolsos	223 354
Excesso / insuficiência de estimativa	(6 024)
Saldo a 31 de dezembro 2025	(2 330 173)

e do Pagamento Adicional por Conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida. Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2025 e 2024 podem ser analisados como segue:

De acordo com a norma transitória em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, artigo 4.º da Lei n.º 82-A/2023, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável correspondente ao período de tributação iniciado em 2023 e em cada um dos nove períodos de tributação subseqüentes, as variações patrimoniais positivas e negativas que decorram da adoção pela primeira vez do Plano de Contas para as Empresas de Seguros aprovado em anexo à Norma Regulamentar n.º 9/2022 -R, e sejam consideradas fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC, resultantes do reconhecimento ou desreconhecimento de ativos ou passivos, ou de alterações na respetiva mensuração.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Impostos sobre rendimentos” inclui os montantes de 2.022.989 € e 2.275.871 € respetivamente, relativos ao efeito fiscal associado aos impactos das variações patrimoniais positivas e negativas resultantes da primeira aplicação da IFRS 17, os quais, nos termos do regime transitório estabelecido pela Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro, estão a ser tributados ao longo de um período de 10 anos (incluindo o período de tributação que se iniciou em 1 de janeiro de 2023).

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Ativos e passivos por impostos diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2025 e 2024 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros	652 429	1 205 585	13 249	15 762	639 179	1 189 823
Provisões / Acréscimos	228 021	25 626	-	-	228 021	25 626
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro / resseguro	-	-	64 483	49 754	(64 483)	(49 754)
Imposto diferido ativo/(passivo)	880 450	1 231 211	77 732	65 516	802 718	1 165 695

O movimento do imposto diferido de balanço em 2025 e 2024 explica-se como segue:

	2025		2024	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	(49 457)	(291 567)	33 884	(439 680)
Provisões / Acréscimos	(7 226)	-	(227 040)	-
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro / resseguro	-	(14 729)	-	99 067
	(56 683)	(306 295)	(193 156)	(340 613)

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, foi utilizada uma taxa de imposto diferido compreendida entre 21% e 25%.

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Principais componentes do gasto (rendimento) de impostos

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2025 e 2024 explica-se como segue:

	2025	2024
Imposto corrente	1 155 794	744 858
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	56 683	193 156
	56 683	193 156
Total do imposto registado em resultados	1 212 476	938 014

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2025		2024	
	Impostos correntes	Impostos diferidos	Impostos correntes	Impostos diferidos
Resultado antes de impostos	3 706 992	-	3 842 713	-
Taxa de imposto nominal	20,0%	-	21,0%	-
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	(741 398)	-	(806 970)	-
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	805	(50 641)	(3 668)	29 992
Benefícios fiscais	9 711	-	11 912	-
Insuficiência / Excesso Estimativa de Imposto	(1 205)	-	40 639	-
Outros rendimentos e gastos excluídos de tributação	(191 174)	(6 041)	142 797	(223 148)
Derramas (Municipal e Estadual)	(162 734)	-	(86 848)	-
Tributações autónomas	(69 798)	-	(42 721)	-
Imposto Reconhecido nos Resultados	(1 155 794)	(56 683)	(744 858)	(193 156)
Taxa de Imposto Efetiva	32,7%	-	24,4%	-

NOTA 23 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (Ativo)

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

	2025	2024
Gastos diferidos	447 578	341 262
Total	447 578	341 262

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 24 – PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A movimentação dos passivos de contratos de seguro é analisada como segue:

Passivos de Contratos de Seguro	2025		2024		Total
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Valor Atual Estimado Fluxos Caixa	Ajustamento de Risco	
Passivos de Abertura	36 457 377	1 802 289	28 070 618	5 116 684	71 446 968
Saldo de abertura da posição financeira	36 457 377	1 802 289	28 070 618	5 116 684	71 446 968
Réditos de contratos de seguro	89 188 710	-	-	-	89 188 710
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	89 188 710	-	-	-	89 188 710
Gastos de contratos de seguro	(11 691 123)	1 110 853	(62 901 525)	587 490	(72 894 304)
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de seguros	-	-	(67 962 437)	(2 722 663)	(70 685 100)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(11 691 123)	-	-	-	(11 691 123)
Alterações relativas a serviços passados	-	-	5 060 912	3 310 153	8 371 065
Alterações relativas a serviços futuros	-	1 110 853	-	-	1 110 853
Resultado de contratos de seguro	77 497 587	1 110 853	(62 901 525)	587 490	16 294 406
Efeito financeiro da taxa de desconto	(336 490)	19 309	(925 847)	(152 761)	(1 395 789)
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(336 490)	19 309	(925 847)	(152 761)	(1 395 789)
Outro rendimento integral	-	-	86 603	9 250	95 853
Total reconhecido na demonstração de resultados e em outro rendimento integral	77 161 097	1 130 162	(63 740 769)	443 979	14 994 470
Cash flows (do período)	76 625 605	-	(60 973 804)	-	15 651 802
Prêmios Recebidos	87 060 098	-	-	-	87 060 098
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	-	-	(60 973 804)	-	(60 973 804)
Cash Flows de custos de aquisição	(10 434 493)	-	-	-	(10 434 493)
Posição financeira de encerramento	35 921 885	672 127	30 837 584	4 672 704	72 104 300
Passivos de encerramento	35 921 885	672 127	30 837 584	4 672 704	72 104 300
Saldo de encerramento da posição financeira	35 921 885	672 127	30 837 584	4 672 704	72 104 300

Passivos de Contratos de Seguro	2024		2023		Total
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Valor Atual Estimado Fluxos Caixa	Ajustamento de Risco	
Passivos de Abertura	36 123 474	2 140 638	27 040 308	5 498 803	70 803 223
Saldo de abertura da posição financeira	36 123 474	2 140 638	27 040 308	5 498 803	70 803 223
Réditos de contratos de seguro	84 078 873	-	-	-	84 078 873
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	84 078 873	-	-	-	84 078 873
Gastos de contratos de seguro	(12 602 961)	336 098	(58 028 730)	638 310	(69 657 284)
Sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis a contratos de seguros	-	-	(61 848 964)	(2 801 989)	(64 650 953)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(12 602 961)	-	-	-	(12 602 961)
Alterações relativas a serviços passados	-	-	3 820 234	3 440 298	7 260 532
Alterações relativas a serviços futuros	-	336 098	-	-	336 098
Resultado de contratos de seguro	71 475 911	336 098	(58 028 730)	638 310	14 421 589
Efeito financeiro da taxa de desconto	(325 445)	2 251	(986 617)	(183 272)	(1 493 082)
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(325 445)	2 251	(986 617)	(183 272)	(1 493 082)
Outro rendimento integral	-	-	(347 201)	(72 919)	(420 120)
Total reconhecido na demonstração de resultados e em outro rendimento integral	71 150 467	338 349	(59 362 548)	382 119	12 508 387
Cash flows (do período)	71 484 370	-	(58 332 238)	-	13 152 132
Prêmios Recebidos	84 100 286	-	-	-	84 100 286
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	-	-	(58 332 238)	-	(58 332 238)
Cash Flows de custos de aquisição	(12 615 916)	-	-	-	(12 615 916)
Posição financeira de encerramento	36 457 377	1 802 289	28 070 618	5 116 684	71 446 968
Passivos de encerramento	36 457 377	1 802 289	28 070 618	5 116 684	71 446 968
Saldo de encerramento da posição financeira	36 457 377	1 802 289	28 070 618	5 116 684	71 446 968

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

O desenvolvimento dos passivos de contratos de seguro de serviços passados brutos e líquidos dos ativos de contratos de resseguro é analisado como segue:

	2025										
Bruto de resseguro	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estimativas de sinistros acumuladas e brutas de resseguro, não descontadas											
No fim do ano de ocorrência	0	43 434 518	43 967 430	44 249 939	42 199 521	46 553 104	46 975 803	51 379 038	53 422 094	57 511 422	
após um ano	41 571 057	44 549 202	42 990 888	42 114 630	37 558 492	41 555 910	43 095 482	45 979 314	48 691 145		
após dois anos	41 567 489	43 061 250	41 935 152	39 782 669	36 718 300	39 479 992	43 274 848	45 215 333			
após três anos	40 858 523	42 774 043	40 116 791	40 365 392	36 556 357	39 914 147	43 351 289				
após quatro anos	40 635 594	42 547 346	40 095 117	40 586 007	36 725 399	39 784 445					
após cinco anos	40 634 237	42 277 403	40 051 356	40 809 321	37 050 198						
após seis anos	40 369 827	42 395 929	40 157 027	40 773 261							
após sete anos	40 476 527	42 730 252	40 170 304								
após oito anos	40 501 400	42 757 310									
após nove anos	40 485 511										
Sinistros pagos acumulados e brutos de resseguro	40 154 700	42 372 969	40 182 429	40 319 531	36 858 877	38 890 021	41 901 941	43 143 997	44 158 193	37 582 616	
Responsabilidades brutas de resseguro – anos de ocorrência de 2016 a 2025	330 812	384 341	-12 125	453 730	191 321	894 423	1 449 347	2 071 336	4 532 953	19 928 806	30 224 944
Responsabilidades brutas de resseguro – anos de ocorrência anteriores a 2016											2 224 069
Efeito de desconto											-1 602 425
Ajustamento de Risco											4 672 705
Contas técnicas a receber e a pagar											-9 005
Responsabilidades brutas de resseguro de sinistros incorridos, incluídas na demonstração da posição financeira											35 510 289

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Cont.

Líquido de resseguro	2025										Total
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Estimativas de sinistros acumuladas e líquidas de resseguro, não descontadas											
No fim do ano de ocorrência	0	41 296 772	42 709 032	42 958 412	40 797 358	45 201 810	45 637 522	50 589 986	52 277 307	57 181 055	
após um ano	40 776 472	42 251 226	41 005 031	41 025 124	36 395 105	40 536 971	42 492 385	45 796 090	47 480 498		
após dois anos	40 738 284	40 796 046	39 956 647	38 715 883	35 534 767	38 473 386	42 706 679	44 290 767			
após três anos	39 841 126	40 478 696	38 767 166	39 267 328	35 386 994	38 912 530	42 303 301				
após quatro anos	39 637 716	40 225 901	38 744 047	39 481 840	35 548 508	38 642 350					
após cinco anos	39 647 897	39 949 533	38 682 050	39 729 456	35 544 791						
após seis anos	39 384 855	40 065 195	38 791 051	39 527 325							
após sete anos	39 488 795	40 184 879	38 808 266								
após oito anos	39 516 428	40 216 196									
após nove anos	39 495 293										
Sinistros pagos acumulados e líquidos de resseguro	39 164 481	40 045 631	38 820 391	39 075 790	35 388 740	37 792 119	40 911 169	42 219 258	42 947 315	37 251 283	
Responsabilidades brutas de resseguro - anos de ocorrência de 2016 a 2025	330 812	170 565	-12 125	451 535	156 050	850 232	1 392 131	2 071 509	4 533 183	19 929 773	29 873 665
Responsabilidades líquidas de resseguro - anos de ocorrência anteriores a 2016											447 588
Efeito de desconto											-2 391 181
Ajustamento de risco											4 176 389
Contas técnicas a receber e a pagar											-3 225 183
Responsabilidades líquidas de resseguro de sinistros incorridos, incluídas na demonstração da posição financeira											28 881 279

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Cont.

	2024										
Bruto de resseguro	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Estimativas de sinistros acumuladas e brutas de resseguro, não descontadas											
No fim do ano de ocorrência			43 434 518	43 967 430	44 249 939	42 199 521	46 553 104	46 975 803	51 379 038	53 422 094	
após um ano		41 571 057	44 549 202	42 990 888	42 114 630	37 558 492	41 555 910	43 095 482	45 979 314		
após dois anos	39 634 659	41 567 489	43 061 250	41 935 152	39 782 669	36 718 300	39 479 992	43 274 848			
após três anos	38 344 556	40 858 523	42 774 043	40 116 791	40 365 392	36 556 357	39 914 147				
após quatro anos	37 951 554	40 635 594	42 547 346	40 095 117	40 586 007	36 725 399					
após cinco anos	37 976 270	40 634 237	42 277 403	40 051 356	40 809 321						
após seis anos	37 695 952	40 369 827	42 395 929	40 157 027							
após sete anos	37 356 035	40 476 527	42 730 252								
após oito anos	37 288 432	40 501 400									
após nove anos	37 268 591										
Sinistros pagos acumulados e brutos de resseguro	36 999 396	40 109 450	42 302 236	40 070 145	40 291 676	35 900 942	38 732 824	41 244 829	42 371 175	35 685 651	
Responsabilidades brutas de resseguro - anos de ocorrência de 2015 a 2024	269 195	391 950	428 016	86 882	517 645	824 457	1 181 323	2 030 019	3 608 138	17 736 443	27 074 066
Responsabilidades líquidas de resseguro - anos de ocorrência anteriores a 2015											2 374 291
Efeito de desconto											(1 369 001)
Ajustamento de Risco											5 116 684
Contas técnicas a receber e a pagar											(8 738)
Responsabilidades brutas de resseguro de sinistros incorridos, incluídas na demonstração da posição financeira											33 187 302

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Cont.

	2024										
Líquido de resseguro	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Estimativas de sinistros acumuladas e líquidas de resseguro, não descontadas											
No fim do ano de ocorrência			41 296 772	42 709 032	42 958 412	40 797 358	45 201 810	45 637 522	50 589 986	52 277 307	
após um ano		40 776 472	42 251 226	41 005 031	41 025 124	36 395 105	40 536 971	42 492 385	45 796 090		
após dois anos	38 785 064	40 738 284	40 796 046	39 956 647	38 715 883	35 534 767	38 473 386	42 706 679			
após três anos	37 164 032	39 841 126	40 478 696	38 767 166	39 267 328	35 386 994	38 912 530				
após quatro anos	36 760 255	39 637 716	40 225 901	38 744 047	39 481 840	35 548 508					
após cinco anos	36 580 163	39 647 897	39 949 533	38 682 050	39 729 456						
após seis anos	36 302 305	39 384 855	40 065 195	38 791 051							
após sete anos	35 966 041	39 488 795	40 184 879								
após oito anos	35 898 437	39 516 428									
após nove anos	35 878 596										
Sinistros pagos acumulados e líquidos de resseguro	35 609 473	39 124 478	39 975 023	38 709 507	39 233 707	34 865 775	37 776 537	40 742 456	42 307 527	35 294 507	
Responsabilidades brutas de resseguro - anos de ocorrência de 2015 a 2024	269 123	391 950	209 856	81 544	495 749	682 732	1 135 993	1 964 223	3 488 563	16 982 800	25 702 533
Responsabilidades líquidas de resseguro - anos de ocorrência anteriores a 2015											480 481
Efeito de desconto											(1 199 618)
Ajustamento de risco											4 481 655
Contas técnicas a receber e a pagar											(2 591 803)
Responsabilidades líquidas de resseguro de sinistros incorridos, incluídas na demonstração da posição financeira											26 873 248

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 25 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

	2025	2024
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	17 857	308 519
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	95 124	81 346
	112 981	389 864

NOTA 26 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (Passivo)

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado como segue:

	2025	2024
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	2 112 958	2 056 259
Outros acréscimos de gastos	3 186 615	5 271 203
	5 299 573	7 327 461

A rubrica “Remunerações e Respetivos encargos a liquidar” diz respeito a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte, conforme referido na nota 2.3.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui o montante de 582.718 € (2024: 3.509.899 €) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

NOTA 27 – OUTRAS PROVISÕES

As outras provisões são analisadas como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de janeiro de 2024	550 000
Saldo a 31 de dezembro de 2024	652 504
Saldo a 31 de dezembro de 2025	1 430 000

A movimentação desta conta em 2025 compreende: (i) o desreconhecimento de provisão constituída em 2024 relativo ao SINPAT, na sequência de acordo favorável com o prestador de serviços externos (102.504 €); (ii) o reconhecimento de dívida relacionada com tratado de resseguro de assistência relativa a 2025, mas ainda não totalmente apurada (80.000 €); (iii) reforço de provisões para contingências (800.000 €).

NOTA 28 – CAPITAL PRÓPRIO

Estrutura Acionista

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado da Mudum – Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 (três milhões) de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, subscritas e realizadas na totalidade.

Estrutura Acionista a 31 de dezembro de 2025:

	% Capital	
	2025	2024
Crédit Agricole Assurances, S.A.	100%	100%
	100%	100%



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa aplicável ao sector segurador, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, bem como a respetiva provisão para perdas de crédito esperadas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reserva por impostos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2024	(5 108 515)	566 571	28 713	1 128 308	11 546 717	7 596 218
Aplicação de resultados	-	-	-	-	381 379	(2 585)
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	5 126	-
Alterações de justo valor	1 758 721	-	-	(439 680)	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro / resseguro	-	(420 120)	23 852	99 067	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3 349 795)	146 452	52 565	787 695	11 933 222	7 593 633
Aplicação de resultados	-	-	-	-	290 470	29
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	(690)	-
Alterações de justo valor	766 447	-	-	(291 567)	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro / resseguro	-	95 853	(14 510)	(14 729)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2 583 347)	242 305	38 055	481 399	12 223 002	7 593 662

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Dividendos

Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2025 e 2024, é analisada da seguinte forma:

	2025	2024
Crédit Agricole Assurances, S.A.	2 614 200	3 435 000

NOTA 29 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Tendo em consideração que o risco está intrinsecamente ligado ao negócio segurador e ao modo como a Companhia cria valor, torna-se essencial gerir e monitorizar os riscos a que se encontra exposta.

Dada a natureza, dimensão e complexidade das suas atividades e cumprindo os requisitos legais e regulamentares aos quais está sujeita, a Mudum Seguros tem implementado um sistema de governo que inclui uma estrutura organizacional adequada à sua dimensão, com responsabilidades claramente atribuídas e devidamente segregadas, complementada por uma estrutura de comités de suporte e

validação, por funções-chave e por políticas.

Este sistema de governo e de gestão de riscos e de controlo interno, tem por finalidade última gerir e monitorizar adequadamente todas as atividades e os riscos subjacentes de forma a criar valor para os seus acionistas, valorizar os colaboradores e disponibilizar produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e que seja por estes percebido.

A estrutura organizacional implementada serve de suporte ao desenvolvimento do sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, que assenta no modelo das 3 linhas de defesa:

- A 1ª linha de defesa é representada pelos Departamentos/ Unidades Operacionais da Companhia, que são as áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de risco e respetivos controlos, quotidianamente;
- A 2ª linha de defesa detém uma função de supervisão, sendo representada pela Direção de Risco, Compliance e Segurança, pela Função Atuarial, pelo Comité de Risco e Compliance e pelo Comité de Controlo Interno, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas e políticas, o acompanhamento da implementação e a monitorização do sistema de gestão de risco e controlo interno;

- A 3ª linha de defesa assenta numa função de auditoria independente, executada pelo Departamento de Auditoria, apoiada pela Direção de Auditoria do Grupo e reportando os resultados em Comité de Controlo Interno, tendo como principal objetivo avaliar a efetividade dos controlos e do sistema de controlo interno implementado.

Com o objetivo de fortalecimento do Sistema de Governo, a Companhia tem nos seus Comités uma componente essencial a este sistema, visando uma dupla função: i) partilha e difusão de informação sobre os temas relevantes da atividade da empresa; ii) tomada colegial de decisão, visando que a mesma possa ser adequadamente fundamentada no contributo dos stakeholders relevantes, em função da matéria sob apreciação. Neste sentido, o regulamento de funcionamento dos comités explicita claramente as matérias em que o comité assume função deliberativa e os requisitos qualitativos que têm de estar preenchidos para que a decisão possa ser tomada.

Tendo em conta a regulamentação do regime Solvência II, considerando a estrutura existente e a aplicação de forma proporcional à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade da empresa, a Mudum Seguros identificou as pessoas



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

responsáveis pelo exercício das Funções-Chave “Gestão de Riscos”, “Atuarial”, “Verificação de Cumprimento” e “Auditoria Interna”, consideradas essenciais para gerir e controlar os riscos.

Outro dos pilares relevantes ao modelo de governo da Mudum Seguros é a existência de políticas que suportem o funcionamento adequado da organização, da monitorização e gestão dos riscos.

Paralelamente às políticas associadas às várias vertentes do negócio (Subscrição, Provisionamento, Resseguro, Investimentos, etc), encontram-se também definidas e implementadas um conjunto de políticas que visam orientar e garantir princípios de atuação e monitorização adequados do risco, como são exemplo a Política de Gestão de Risco, a Política de Avaliação Interna do Risco e da Solvência e a Política de Apetite ao Risco, cujo objetivo consiste em garantir que o risco que a Companhia está exposta está alinhado com o risco a que está disposta a aceitar.

Na gestão dos riscos, estão presentes os seguintes objetivos:

- Identificação, quantificação e monitorização dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;

- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (indicadores de risco, bases de dados de perdas, e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e mensuração dos requisitos de capital e capital disponível;
- Implementação e revisão das diversas políticas;
- Promoção da gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco.

Dos vários riscos a que a Companhia se encontra exposta, destacam-se os seguintes:

Risco Estratégico

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos inadequados. Este risco assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente. De facto, os fatores externos, como a concorrência, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são

essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver.

A Companhia assegura um conjunto de ações com vista a mitigar este risco, como seja a definição e monitorização de um plano estratégico a médio prazo. O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do seu Órgão de Administração.

Risco Específico de Seguros

Em relação ao risco específico de seguros, este corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

1) Desenho e Tarifação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica, tendo em conta o conhecimento do mercado e as *guidelines* dos resseguradores;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, que valida e emite recomendações sobre as matérias analisadas;
- O lançamento ou alteração de produtos, atividades e novas parcerias é analisado no Comité de Produtos e Parcerias e validado no Comité de Novos Produtos e Atividades (NAP), o qual deverá validar todos os requisitos, procedimentos e processos referentes à implementação e lançamento de novos produtos, atividades e parcerias, por parte de representantes de várias funções da Companhia. Desta forma, pretende-se assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos-alvo, desenho de produto, materiais de suporte à comercialização, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e

parcerias após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento ou alteração.

- A adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Regularmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão referentes a todos os produtos;
- Os modelos tarifários encontram-se devidamente documentados, nos termos da respetiva política e registados numa plataforma específica ao nível do Grupo.

2) Subscrição

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida nos sistemas da Companhia, após formalmente aprovada.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem

riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores. Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de uma área específica para a gestão de reclamações e um regulamento interno que define prazos para o processamento e resposta de reclamações, disponibilizando aos clientes no momento de subscrição informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na legislação em vigor.

A Companhia disponibiliza ainda aos reclamantes o acesso a um serviço de Provedoria do Cliente, que exerce as competências definidas nos normativos aplicáveis.

Concentração a risco de subscrição

A exposição ao risco assumida pela Mudum está concentrada em Portugal. As quantias escrituradas dos contratos de seguro da companhia (líquidas de resseguro) estão desagregadas por linha de negócio.

	2025	2024
Multiriscos Habitação	17 784 612	16 324 184
Automóvel	21 777 203	22 336 556
Saúde	9 768 602	8 534 491
Outros	14 385 297	13 228 153
Total	63 715 715	60 423 385

3) Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia tem por base o princípio de prudência e utiliza métodos actuarialmente reconhecidos, cumprindo a legislação em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

Numa ótica de monitorização contínua, o valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da "Best Estimate". Para além da monitorização feita em sede de Comité Técnico, o cálculo do provisionamento é revisto e monitorizado pelo responsável pela função atuarial e, pelo menos anualmente, pelo Atuário Responsável, uma entidade externa independente.

4) Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração.

Regularmente é efetuado um acompanhamento e monitorização de indicadores específicos sobre os sinistros geridos pela Companhia, que permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarifação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada regularmente aos vários Departamentos da Companhia e ao Comité Executivo.

O desenvolvimento dos passivos de contratos de seguro de serviços passados brutos e líquidos dos ativos de contratos de resseguro encontra-se detalhado na nota 24.

5) Resseguro

A Companhia definiu e implementou uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus clientes, outros beneficiários

de seguros, acionistas e colaboradores. Nesse sentido, a Companhia transfere parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira.

Para a sua prossecução, a companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo um elevado nível de exigência em relação aos resseguradores que integram os tratados, tendo em consideração o seu rating, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os tratados existentes na Companhia são do tipo "Não Proporcionais" – *Excess of Loss* – e Proporcionais – *Quota Share*.

O risco catastrófico está associado a eventos extremos (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais), isto é, eventos de baixa frequência e alta severidade. A Companhia mitiga a exposição a este risco através de um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo, analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia.

Segue resumo sobre a taxa de cedência dos prémios para o final de 2025 e 2024:

2025			
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Taxa de Cedência
Multiriscos Habitação	28 537 798	2 132 596	7,5%
Automóvel	18 613 897	1 908 759	10,3%
Saúde	32 144 826	420 309	1,3%
Outros	9 109 188	(534 321)	-5,9%
TOTAL	88 405 709	3 927 344	4,4%

2024			
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Taxa de Cedência
Multiriscos Habitação	27 318 896	1 943 965	7,1%
Automóvel	16 299 046	1 816 026	11,1%
Saúde	30 621 374	428 550	1,4%
Outros	9 841 235	(161 169)	-1,6%
TOTAL	84 080 551	4 027 372	4,8%

Os valores negativos de prémios de resseguro cedido devem-se a um produto de proteção ao crédito de duração plurianual cujo tratado de resseguro foi descontinuado havendo lugar à recuperação de estornos.

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

6) Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

2025		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Aumento de 5% no custo último das provisões *	(1 340 678)	(1 349 612)
Diminuição de 5% no custo último das provisões *	1 340 677	1 349 611
Aumento de 5% nos outros gastos gerais atribuíveis	(441 854)	(441 854)
Diminuição de 5% nos outros gastos gerais atribuíveis	(420 813)	420 813
2024		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Aumento de 5% no custo último das provisões *	(1 254 644)	(1 259 792)
Diminuição de 5% no custo último das provisões *	1 254 640	1 259 787
Aumento de 5% nos outros gastos gerais atribuíveis	(370 685)	(370 685)
Diminuição de 5% nos outros gastos gerais atribuíveis	370 685	370 685

* as sensibilidades apresentadas refletem uma variação de +/-5% no custo último estimado das provisões para sinistros, mantendo constantes os restantes pressupostos

Este quadro mostra a forma como o capital próprio e os resultados teriam aumentado (diminuído) se tivessem ocorrido alterações nas variáveis de risco que fossem razoavelmente possíveis às datas de referência. Esta análise apresenta as sensibilidades antes de qualquer atenuação de risco por via do resseguro e pressupõe que todas as outras variáveis se mantêm constantes.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que as alterações nos preços de mercado, por exemplo taxas de juro, preços das ações, imobiliário, taxas de câmbio afetem os fluxos de caixa dos contratos de seguro e resseguro bem como o justo valor ou os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros. O objetivo da gestão do risco de mercado é controlar as exposições ao risco dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o rendimento e mitigando o risco.

Na Mudum o risco de mercado advém sobretudo dos ativos financeiros, ainda que os ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro estejam também expostos ao mesmo, designadamente, ao risco de taxa de juro.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável

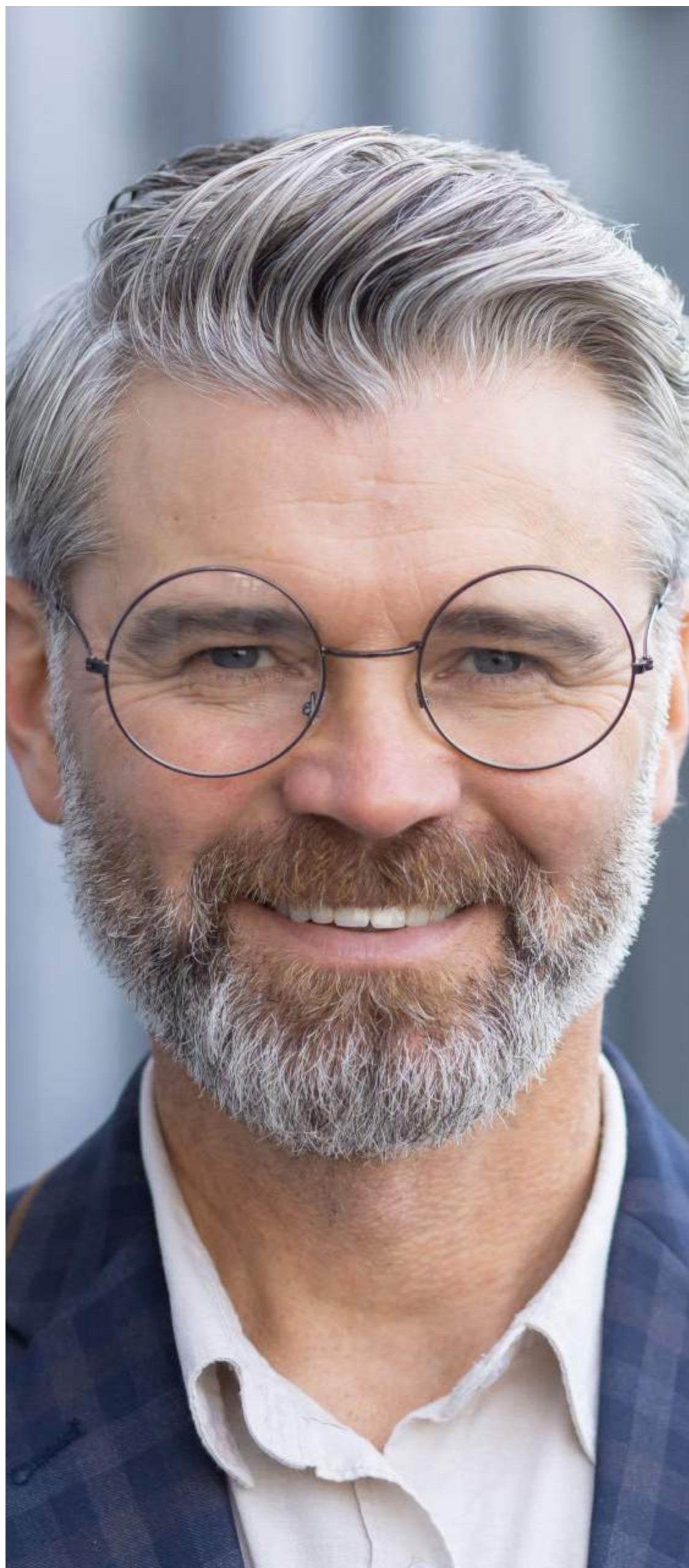
pela decisão sobre políticas de afetação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

As políticas de investimentos, ALM e liquidez da Companhia são conservadoras, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas.

1) Risco de variação de preços de mercado de acionista, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de *spread*.

Estes riscos advêm da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas cotações das ações, nas taxas de câmbio, nas taxas de juro, nos ratings e no valor imobiliário.

- Risco de variação de preços no mercado acionista: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na política de investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política de investimentos de um conjunto de limites de



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

exposição máxima permitida por emitentes e por classe de ativos;

- Risco cambial: Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de limites para a sua exposição está definida na política de investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro;
- Risco de variação das taxas de juro: As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. A gestão do risco da taxa de juro está definida na política de investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, e monitorizada regularmente no Comité Financeiro;
- Risco de imobiliário: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na política de investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, e

monitorizada regularmente no Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se igualmente através da formalização na política de investimentos de limite de exposição e por análise específica e ad-hoc para cada novo investimento direto ou indireto em ativos expostos ao risco imobiliário;

- Risco de *Spread*: Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na política de investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, e monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Os ativos e passivos expostos a risco de mercado são os seguintes:

2025 – Montante exposto a risco

	Risco acionista	Risco cambial	Risco imobiliário	Risco de taxa de juro	Risco de spread
Ativos financeiros – obrigações	-	-	-	97 635 014	63 653 589
Ativos financeiros – ações	5 156 860	-	-	-	-
Ativos financeiros – imobiliário	-	-	694 687	-	-
Ativos de contratos de resseguro	-	-	-	8 039 337	-
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	72 104 300	-

2024 – Montante exposto a risco

	Risco acionista	Risco cambial	Risco imobiliário	Risco de taxa de juro	Risco de spread
Ativos financeiros – obrigações	-	-	-	94 541 423	62 290 131
Ativos financeiros – ações	4 598 296	-	-	-	-
Ativos financeiros – imobiliário	-	-	717 791	-	-
Ativos de contratos de resseguro	-	-	-	11 050 180	-
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	71 446 968	-

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

A análise de sensibilidade do risco de mercado, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	2025		2024	
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Aumento de 100 pontos base na taxa de juro	(2 341 295)	58 523	(2 126 513)	184 943
Diminuição de 100 pontos base na taxa de juro	2 313 221	(61 311)	2 093 929	(195 219)
Aumento de 10% no valor de mercado das ações	319 274	319 274	389 806	389 806
Diminuição de 10% no valor de mercado das ações	(319 274)	(319 274)	(389 806)	(389 806)
Aumento de 10% no valor de mercado do imobiliário	52 449	52 449	52 511	52 511
Diminuição de 10% no valor de mercado do imobiliário	(52 449)	(52 449)	(52 511)	(52 511)



2) Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na política de investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração, e monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na política de investimentos encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de aprovação de qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2025, à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

3) Risco ALM

O risco ALM não é muito relevante para a Mudum pela ausência de iterações entre ativos e passivos. O principal risco advém de descompassos de liquidez em caso de eventos catastróficos e está adequadamente mitigado pela Política de Resseguro. A gestão do risco de ALM está definida na Política de ALM, aprovada pelo

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

4) Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte). A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à maioritária configuração específica da atividade, *bancassurances*, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito;

- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de *rating*, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução;
- Investimentos: As regras definidas na política de investimentos da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o *rating* das entidades envolvidas (em vigor neste momento a regra prudencial de Solvência II: o segundo melhor rating entre as quatro mais conhecidas empresas de notações).

Relativamente ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é analisado como segue:

2025							
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 035 737	-	507	1 036 244
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	6 382 965	6 382 965
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	10 192 355	18 821 670	52 749 504	15 552 753	-	1	97 316 283
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	498 846	-	-	498 846
Ativos de contratos de resseguro dos ramos Não Vida	-	5 922 004	1 861 559	-	-	255 774	8 039 337
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	-	-	-	92 762	92 762
Total	10 192 355	24 743 674	54 611 062	17 087 336	-	6 732 009	113 366 436

2024							
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 265 168	-	179	1 265 347
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	5 342 631	5 342 631
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	8 177 718	30 001 426	38 771 760	16 214 890	-	1	93 165 796
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	1 995 834	-	-	1 995 834
Ativos de contratos de resseguro dos ramos Não Vida	-	8 932 585	1 651 868	-	-	465 726	11 050 180
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	-	-	-	86 585	86 585
Total	8 177 718	38 934 011	40 423 629	19 475 892	-	5 895 123	112 906 373

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2025		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
França	9 537 758	33,54%
Portugal	5 799 225	20,40%
Espanha	4 454 254	15,67%
Alemanha	1 918 116	6,75%
Áustria	1 906 566	6,71%
Islândia	1 466 038	5,16%
Finlândia	1 404 458	4,94%
Bélgica	974 806	3,43%
Luxemburgo	972 742	3,42%
Total	28 433 962	100,00%

2024		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
França	7 155 134	26,97%
Portugal	5 873 188	22,14%
Espanha	4 455 513	16,80%
Bélgica	2 501 160	9,43%
Islândia	1 433 473	5,40%
Finlândia	1 431 226	5,40%
Alemanha	1 373 190	5,18%
Áustria	1 313 168	4,95%
Luxemburgo	991 872	3,74%
Total	26 527 925	100,00%

A Companhia considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Companhia compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

Adicionalmente e para instrumentos financeiros com rating de boa qualidade ("investment grade") a Companhia considera que apenas existe um aumento significativo do risco de crédito com um "downgrade" do instrumento para rating inferior a "investment grade".

Considera-se informação prospetiva razoável e devidamente suportada. Os seguintes indicadores são incorporados:

- Risco de crédito externo / Risco de crédito interno;
- Sector de atividade do emitente;
- País de risco do emitente;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor;

- Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação.

5) Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por *rating*, por classe de ativos (*asset allocation*) e por setor, os quais são mensalmente monitorizados.



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 conforme se segue:

2025

	Justo valor através de Ganhos e Perdas	Justo valor através de Reservas		Custo Amortizado		Total Geral
		Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades	
Atividades financeiras e de seguros	6 382 965	28 150 914	(22 556)	500 014	(1 168)	35 010 168
Dívida Pública	-	28 456 947	(22 984)	-	-	28 433 962
Indústrias transformadoras	-	13 411 778	(695)	-	-	13 411 083
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	5 791 094	(3 553)	-	-	5 787 541
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	4 710 806	(520)	-	-	4 710 286
Atividades imobiliárias	-	4 562 527	(1 800)	-	-	4 560 726
Atividades de informação e de comunicação	-	4 447 129	(985)	-	-	4 446 144
Transportes e armazenagem	-	3 263 939	(1 136)	-	-	3 262 803
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-	1 495 988	(27)	-	-	1 495 961
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	980 984	(3 237)	-	-	977 747
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	-	807 905	(976)	-	-	806 929
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	799 363	(3 672)	-	-	795 692
Alojamento, restauração e similares	-	499 145	(96)	-	-	499 049
	6 382 965	97 378 518	(62 236)	500 014	(1 168)	104 198 093

2024

	Justo valor através de Ganhos e Perdas	Justo valor através de Reservas		Custo Amortizado		Total Geral
		Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades	
Atividades financeiras e de seguros	5 342 631	25 566 993	(21 139)	2 000 000	(4 166)	32 884 319
Dívida Pública	-	26 550 810	(22 885)	-	-	26 527 925
Indústrias transformadoras	-	14 081 545	(5 210)	-	-	14 076 335
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	6 333 999	(1 998)	-	-	6 332 001
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	4 437 793	(3 291)	-	-	4 434 501
Atividades imobiliárias	-	4 072 290	(2 007)	-	-	4 070 283
Atividades de informação e de comunicação	-	3 937 236	(2 953)	-	-	3 934 283
Transportes e armazenagem	-	3 219 582	(676)	-	-	3 218 906
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-	1 470 285	(1 240)	-	-	1 469 045
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	1 294 029	(227)	-	-	1 293 802
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	-	963 676	(879)	-	-	962 797
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	796 238	(418)	-	-	795 820
Alojamento, restauração e similares	-	504 369	(125)	-	-	504 244
	5 342 631	93 228 842	(63 047)	2 000 000	(4 166)	100 504 261

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Considerando que os produtos que a Mudum Seguros comercializa se dirigem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

6) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de satisfazer as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão deste risco está definida na política de liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. Nesse sentido, a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos, de forma a garantir os seus objetivos.

A maturidade dos ativos e passivos é como segue:

	2025					Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	Mais de 5 anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 036 244	-	-	-	-	1 036 244
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	17 075 205	22 502 451	20 115 940	37 622 685	1	97 316 283
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	6 382 965	6 382 965
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	498 846	-	-	-	-	498 846
Ativos de contratos de resseguro - serviços passados	4 790 763	875 607	491 223	471 415	-	6 629 009
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	92 762	-	-	-	-	92 762
Total de Ativos	23 493 821	23 378 059	20 607 164	38 094 100	6 382 966	111 956 109
Passivos de contratos de seguro - serviços passados	19 605 822	7 702 199	4 147 800	4 054 468	-	35 510 289
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	112 981	-	-	-	-	112 981
Total de Passivos	19 718 803	77 02 199	4 147 800	4 054 468	-	35 623 270

	2024					Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	Mais de 5 anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 265 347	-	-	-	-	1 265 347
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	12 699 008	21 941 795	21 604 589	36 920 403	1	93 165 796
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	5 342 631	5 342 631
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1 995 834	-	-	-	-	1 995 834
Ativos de contratos de resseguro - serviços passados	4 294 602	1 003 699	527 900	487 854	-	6 314 054
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	86 585	-	-	-	-	86 585
Total de Ativos	20 341 376	22 945 494	22 132 490	37 408 256	5 342 632	108 170 248
Passivos de contratos de seguro - serviços passados	17 880 907	7 537 107	3 952 983	3 816 306	-	33 187 302
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	389 864	-	-	-	-	389 864
Total de Passivos	18 270 771	7 537 107	3 952 983	3 816 306	-	33 577 167

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Analisando a maturidade dos ativos e passivos por intervalos de tempo verifica-se que em todos os períodos considerados o total de ativos é superior ao total dos passivos.

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stresse de liquidez.

7) Risco Operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, pelo risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;

- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas tem vindo progressivamente a desenvolver um trabalho que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Como medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacam-se as seguintes:

- Implementação do código de conduta;
- Existência de normativo interno e manuais de procedimentos e delegação de competências atualizada;
- Implementação de políticas de gestão de risco operacional e prevenção da fraude;
- Existência de segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Monitorização da conformidade com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores.

Os Comitês existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e *compliance*, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Existe também na Companhia o Comité de ITROC (IT Risk Operational Committee) com o objetivo de assegurar que a segurança física, de pessoas e instalações, segurança informática e continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de outsourcing, a Companhia dispõe de uma política de contratação, bem como de procedimentos de avaliação de fornecedores (*compliance* com sanções internacionais, análise de *adverse media*) que procuram assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas relevantes ao desenvolvimento e sucesso do negócio.

8) Risco Reputacional

O risco reputacional pode ser definido como o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem perante

os seus *stakeholders* (clientes, fornecedores, e restantes partes interessadas). Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo. As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado segurador (num sector em que a confiança é um valor fundamental), bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de conduta de mercado e de uma função de gestão de reclamações;
- Análise regular do relatório da evolução das

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

- reclamações e de *benchmarks* de mercado;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “*assessment*” (matrizes de gestão de risco).

Justo valor dos ativos financeiros

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação, os ativos financeiros ao justo valor através de reservas e os ativos financeiros ao justo valor através de resultados podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos de acordo

com a IFRS13 bem como de acordo com as políticas definidas pelos seus acionistas. Utilizando regras ou modelos com suporte em variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

O escalonamento dos ativos financeiros, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

	2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	97 316 282	-	1	97 316 283
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	28 433 962	-	-	28 433 962
De outros emissores	68 882 319	-	1	68 882 320
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	6 382 965	-	-	6 382 965

	2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	93 165 795	-	1	93 165 796
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	26 527 925	-	-	26 527 925
De outros emissores	66 637 870	-	1	66 637 871
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5 342 631	-	-	5 342 631

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

Justo valor de ativos e passivos não mensurados ao justo valor:

	2025		2024	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 036 244	1 036 244	1 265 347	1 265 347
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	498 846	498 846	1 995 834	1 995 834
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	92 762	92 762	86 585	86 585
Ativos financeiros ao justo valor	1 627 852	1 627 852	3 347 766	3 347 766
Outros credores por operações de seguro e outras operações	112 981	112 981	389 864	389 864
Passivos financeiros ao justo valor	112 981	112 981	389 864	389 864

A Companhia entende que para estes ativos e passivos o seu justo valor aproxima-se do seu valor de balanço essencialmente devido à sua curta maturidade.

NOTA 30 – REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

No regime de Solvência II, aplicável ao sector segurador, destacam-se a avaliação dos ativos e passivos, baseada em princípios económicos assim como o alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

No que se refere aos objetivos em matéria de requisitos de capital, eles foram definidos na política de apetite ao risco e mantém-se em linha com o estabelecido anteriormente, ou seja, a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

Ao longo do exercício a Mudum Seguros procedeu à avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos.

De acordo com os elementos previsionais disponíveis, considerando a estimativa de



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração e incluída no presente relatório a Mudum Seguros terminou o exercício de 2025 com um rácio de solvência de 175%.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2025. Os elementos finais e auditados serão divulgados no Relatório de Solvência e Situação financeira até ao próximo dia 8 de abril de 2026.

NOTA 31 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em

	31-12-2025				31-12-2024			
	Ativo	Passivo	Gastos e perdas	Rendimentos e ganhos	Ativo	Passivo	Gastos e perdas	Rendimentos e ganhos
Crédit Agricole S.A.	-	24 572	32 157	-	-	13 743	(3 057)	5 789
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	5 789
Acréscimos e diferimentos	-	24 572	-	-	-	13 743	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	(16 800)	-
Gastos com Pessoal	-	-	32 157	-	-	-	13 743	-
Crédit Agricole Vita, S.p.A.	-	-	13 487	-	-	-	13 223	-
Prestação de serviços	-	-	13 487	-	-	-	13 223	-
GECICA (GIE)	52 894	37 000	272 536	-	45 141	31 000	229 510	-
Acréscimos e diferimentos	52 894	37 000	-	-	45 141	31 000	-	-
Prestação de serviços	-	-	272 536	-	-	-	229 510	-
Credibom	-	13 996	40 823	-	-	16 019	48 145	-
Contas técnicas a receber e a pagar-custos de aquisição	-	13 996	40 823	-	-	16 019	48 145	-
CACI Reinsurance	155 699	-	61 950	14 297	287 022	-	94 353	17 771
De serviços futuros-Contas técnicas a receber e a pagar	(171 630)	-	-	-	225 055	-	-	-
De serviços passados-Contas técnicas a receber e a pagar	327 329	-	-	-	61 967	-	-	-
Sinistros ocorridos - parte dos resseguradores	-	-	-	27 847	-	-	-	51 393
Alterações relativas a serviços passados - parte dos resseguradores	-	-	-	(13 551)	-	-	-	(33 622)
Mensurados pela abordagem de imputação dos prémios - prémios pagos cedidos	-	-	65 610	-	-	-	99 824	-
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	-	-	(3 661)	-	-	-	(5 472)	-
	208 593	75 568	420 954	14 297	332 163	60 762	382 173	23 560

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo “Política de Remuneração” incluído no ponto 3.4 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão e na nota 10.

Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 2024, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas, excetuando a distribuição de dividendos, de acordo com a nota 28.

NOTA 32 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2025:

a) IAS 1 (alteração), ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio – Lack of exchangeability’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após

1 de janeiro de 2025). Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias. Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, e que a União Europeia já endossou:

a) IFRS 9 (alteração) e IFRS 7 (alteração), ‘Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.

b) IFRS 9 (alteração) e IFRS 7 (alteração), ‘Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Esta

emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.

c) Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11). Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) IFRS 18 (nova) ‘Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta norma substitui a norma IAS 1,



4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

inclui requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras para as entidades que reportam de acordo com IFRS.

b) IFRS 19 (nova) ‘Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.

c) IFRS 19 (alteração) ‘Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Emenda publicada em agosto de 2025 inclui alterações às divulgações requeridas pela norma IFRS 19 devido a alterações posteriores a outras normas IFRS que não existiam ainda à data de publicação da IFRS 19.

d) IAS 21 (alteração) ‘Efeito de alterações em taxas de câmbio – conversão para moeda de apresentação de economia hiperinflacionária’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta emenda publicada em novembro de 2025 clarifica que quando seja necessário converter demonstrações financeiras com uma moeda funcional de uma economia não hiperinflacionária para uma

moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária sejam convertidos todos os ativos, passivos, rubricas de capital, proveitos e custos à taxa de câmbio de fecho do reporte (incluindo comparativos).

4.6 – Anexo às demonstrações financeiras

NOTA 33 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Evento Climatérico

Após a data de encerramento do exercício, entre 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 2026, Portugal foi assolado por um conjunto sucessivo de eventos climatéricos (também designado por “comboio de tempestades”), caracterizado por condições meteorológicas adversas – vento e chuva – de intensidade excecional, com impactos significativos em diversas regiões.

De acordo com o inquérito promovido pela APS junto das suas Associadas, deram entrada nas seguradoras, até 25 de fevereiro, mais de 140 mil participações de sinistros cobertos por apólices de seguros, elevando-se nessa data a estimativa de danos indemnizáveis para mais de 750 milhões de euros (com algumas fontes a estimar estes danos em valores superiores a 1.000 milhões de euros, uma vez que ainda existem danos por declarar ou avaliar de forma mais rigorosa). Os danos económicos para o total do país serão muito superiores uma vez que se estima, tendo por base outros fenómenos de natureza semelhante, um défice de proteção através dos seguros em cerca de 80%.

Encontra-se em curso a avaliação dos impactos potenciais deste evento na carteira da Mudum.

As projeções mais recentes, tendo por base os sinistros já declarados e os montantes estimados associados, indicam uma dimensão que poderá ultrapassar os 20 milhões de euros.

A Mudum tem uma parte relevante destes riscos mitigada por tratados de resseguro de “CAT XL”, enquadrados na política de apetite ao risco em vigor, absorvendo este mecanismo não só uma parte importante dos impactos em termos de resultados, mas também ao nível da solvência.

À data de aprovação do presente Relatório e Contas, a melhor estimativa para o impacto último nos resultados antes de impostos é de cerca de 3,4 milhões de euros composto pela retenção da Mudum no âmbito dos tratados de resseguro existentes assim como o respetivo custo da reposição de capitais em resseguro.

Tendo em conta a natureza e o período em que ocorreu, o referido evento é classificado como evento subsequente não ajustável, não tendo sido reconhecidos ajustamentos aos valores registados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2025 uma vez que tal não é aplicável.

A Mudum acompanha de forma contínua a evolução da sinistralidade associada a este

evento, no quadro dos seus processos de gestão de risco e dos mecanismos de mitigação previstos, designadamente ao nível do resseguro, mantendo-se confiante na adequação da sua posição de liquidez e solvência e na robustez do seu modelo de governação.

Lisboa, 20 de março de 2026

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo I

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor na demonstração da posição financeira	
			Unitário	Total
2 - Outros títulos				
2.1 - Títulos nacionais				
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação				
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento				
IBERIS BLUETECH FUND II, FCR - A	1 000	-	928 07	928 070
FCT (Fundo de Compensação do Trabalho)	23 592	-	1,15	27 199
Subtotal	24 592	-	-	955 269
2.1.2 Títulos de dívida				
2.1.2.1 De dívida pública				
PGB 0.3 10/17/31	-	500 000	0,88	437 823
PGB 1.65 07/16/32	-	500 000	0,94	470 327
PGB 1.95 06/15/29	-	450 000	1,00	450 041
PGB 2 7/8 10/20/34	-	1 250 000	0,99	1 238 964
PGB 3 7/8 02/15/30	-	1 000 000	1,09	1 091 436
PGB 4 1/8 04/14/27	-	2 000 000	1,06	2 110 633
Subtotal	-	-	-	5 799 225
Total	24 592	-	-	6 754 494
2.2 Títulos estrangeiros				
2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação				
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento				
EIPF - EUROPEAN IMPACT PROPERTY FUND S.C.A.	9 533	-	72 87	694 687
ISHARE STOXX EURO 600 UCITS	46 217	-	6,99	322 918
ISHARES CORE MSCI JP - EURHA	10 066	-	12,46	125 427
ISHARES EDGE MSCI WRLD VALUE	20 116	-	51 38	1 033 560
ISHARES MSCI CHINA USD ACC	82 111	-	5 27	433 053

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor na demonstração da posição financeira	
			Unitário	Total
ISHARES MSCI WORLD EUR-H	11 087	-	108,12	1 198 726
OFI INVEST ESG LIQUIDITES	106	-	4 763,00	504 219
SPD MSCI ALL COU WO HDG-EUR	46 424	-	24,02	1 115 104
Subtotal	225 600	-	-	5 427 695
2.2.2 Títulos de dívida				
2.2.2.1 De dívida pública				
BGB 2.85 10/22/34	-	1 000 000	0,97	974 806
BTF 0 01/07/26	-	1 550 000	1,00	1 549 582
BTF 0 01/14/26	-	3 000 000	1,00	2 997 990
BUBILL 0 01/14/26	-	560 000	1,00	559 586
DBR 0 02/15/32	-	1 000 000	0,86	857 140
DBR 2.6 08/15/33	-	500 000	1,00	501 390
FRTR 0 05/25/32	-	1 600 000	0,82	1 319 392
FRTR 0 1/2 05/25/26	-	2 000 000	1,00	1 993 027
FRTR 2 11/25/32	-	1 800 000	0,93	1 677 767
ICELND 0 04/15/28	-	500 000	0,94	470 225
ICELND 0 5/8 06/03/26	-	1 000 000	1,00	995 813
LGB 2 5/8 10/23/34	-	1 000 000	0,97	972 742
RAGB 2.9 02/20/34	-	500 000	1,02	508 694
RATB 0 01/29/26	-	1 400 000	1,00	1 397 872
RFGB 3 09/15/34	-	1 400 000	1,00	1 404 458
SPGB 0 1/2 10/31/31	-	500 000	0,88	439 978
SPGB 0.7 04/30/32	-	1 500 000	0,88	1 322 848
SPGB 3.45 10/31/34	-	800 000	1,03	820 557
SPGB 3.55 10/31/33	-	1 800 000	1,04	1 870 871
Subtotal	-	-	-	22 634 737

Anexo I

Cont.

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor na demonstração da posição financeira	
			Unitário	Total
2.2.2.3 De outros emissores				
AAPL 0 1/2 1/15/31 (MW)	-	500 000	0,87	437 155
ABNANV 3 09/22/32	-	1 000 000	0,99	988 649
ADENVX 3.4 10/08/32 (MW)	-	800 000	0,99	795 692
ADSGR 0 10/05/28 (MW)	-	900 000	0,93	839 340
AENASM 4 1/4 10/13/30 (MW)	-	300 000	1,06	317 637
ALSFR 0 3/8 10/05/31	-	1 500 000	0,85	1 281 681
ANNGR 0 1/4 09/01/28 (MW)	-	400 000	0,93	373 864
ARNDTN 0 3/8 04/15/27 (MW)	-	800 000	0,97	777 649
ARRFP 3 1/8 01/06/34 (MW)	-	1 000 000	1,00	999 556
AYVFP 1 1/4 03/02/26	-	800 000	1,01	806 929
BAYNGR 0 3/4 01/06/27 (MW)	-	800 000	0,99	791 213
BNFP 3.47 05/22/31 (MW)	-	500 000	1,04	519 060
BNS 0 1/4 11/01/28	-	1 500 000	0,92	1 384 216
BPCEGP 0 1/4 01/15/26	-	1 300 000	1,00	1 302 063
CAFP 1 05/17/27 (MW)	-	600 000	0,99	591 814
CCEP 3 7/8 12/01/30 (MW)	-	800 000	1,04	830 532
CFRVX 0 3/4 05/26/28 (MW)	-	800 000	0,96	771 040
CMARK 0 3/4 01/18/30	-	1 500 000	0,92	1 377 135
COFBBB 1 01/24/28 (MW)	-	800 000	0,97	778 058
CPGLN 3 1/4 09/16/33 (MW)	-	500 000	1,00	499 049
DBHNGR 0 1/2 04/09/27	-	700 000	0,98	686 367

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor na demonstração da posição financeira	
			Unitário	Total
DBHNGR 0.35 09/29/31	-	850 000	0,87	737 300
DEFAULTED ASSET ESF 6 7/8 10/21/19	-	1 000 000	0,00	1
DEXGRP 1 10/18/27	-	1 000 000	0,98	977 747
DNBNO 0 3/8 01/18/28	-	1 500 000	0,98	1 473 308
EIB 2 3/4 07/30/30	-	1 000 000	1,02	1 020 203
EIB 2 5/8 09/04/34	-	1 000 000	0,98	978 146
ELIATB 1 3/8 01/14/26 (MW)	-	300 000	1,01	303 757
ENEXIS 3 1/4 04/09/33 (MW)	-	1 000 000	1,02	1 017 285
ENIIM 0 3/8 06/14/28 (MW)	-	900 000	0,95	852 790
ERSTBK 4 1/4 05/30/30	-	1 000 000	1,07	1 065 334
EU 0 07/04/35	-	2 000 000	0,74	1 478 760
Subtotal	-	-	-	27 053 331

Anexo I

Cont.

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor na demonstração da posição financeira	
			Unitário	Total
EU 3 12/04/34	-	1 300 000	1,00	1 294 305
FRLBP 0 1/4 07/12/26	-	700 000	0,99	693 188
GOOGL 2 7/8 11/06/31 (MW)	-	800 000	0,99	794 674
GS 0 7/8 05/09/29	-	500 000	0,94	470 689
GS 4 09/21/29	-	1 000 000	1,05	1 048 928
IBRD 2.95 01/16/35	-	1 000 000	1,02	1 016 127
INFLN 3 1/4 10/23/30 (MW)	-	500 000	1,00	501 027
INVSA 3 1/2 03/31/34 (MW)	-	700 000	1,02	715 414
JNJ 3.05 02/26/33 (MW)	-	1 000 000	1,02	1 019 097
K 0 1/2 05/20/29 (MW)	-	800 000	0,93	744 290
KERFP 3 5/8 09/05/31 (MW)	-	800 000	1,03	820 760
KFW 0 1/2 09/28/26	-	500 000	0,99	494 859
MA 1 02/22/29 (MW)	-	800 000	0,96	767 950
MBGGR 3.7 05/30/31	-	500 000	1,05	525 817
MCFP 0 1/8 02/11/28 (MW)	-	900 000	0,95	858 489
MDLZ 0 1/4 09/09/29 (MW)	-	850 000	0,91	773 299
MS 0.495 10/26/29 (MW)	-	800 000	0,94	748 860
MS 4.813 10/25/28 (MW)	-	700 000	1,05	731 972
NDAFH 0 3/8 05/28/26	-	2 000 000	0,99	1 989 359
NESNVX 0 7/8 03/29/27	-	1 200 000	0,99	1 187 868
NESNVX 1 1/8 04/01/26	-	300 000	1,01	301 577
NGGLN 1.054 01/20/31 (MW)	-	850 000	0,91	770 519

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor na demonstração da posição financeira	
			Unitário	Total
NTT 0.342 03/03/30 (MW)	-	750 000	0,90	674 819
NWG 3 09/03/30	-	1 000 000	1,00	1 001 951
NYKRE 1 3/8 07/12/27	-	1 600 000	1,00	1 597 215
ONTTFT 1.85 05/03/32	-	2 000 000	0,94	1 879 572
ONTTFT 2.85 12/04/31	-	1 000 000	0,99	993 478
OPBANK 0.6 01/18/27	-	750 000	0,99	742 593
ORAFP 0 1/8 09/16/29 (MW)	-	400 000	0,90	361 425
ORSTED 3 1/4 09/13/31 (MW)	-	500 000	1,00	497 758
PFE 3 1/4 05/19/32 (MW)	-	600 000	1,02	611 432
PLD 1 02/08/29 (MW)	-	800 000	0,95	761 609
RABOBK 0 1/4 10/30/26	-	500 000	0,98	491 807
RABOBK 4 01/10/30	-	700 000	1,08	752 713
REESM 0 3/8 07/24/28 (MW)	-	600 000	0,95	570 686
RY 2 1/8 04/26/29	-	1 000 000	0,99	990 727
SCMNVX 0 3/8 11/14/28	-	400 000	0,94	374 873
SEB 0 5/8 11/12/29	-	500 000	0,91	456 655
SEK 3 3/8 08/30/30	-	1 000 000	1,03	1 033 573
SHBASS 1 3/8 02/23/29	-	600 000	0,97	580 317
SOCGEN 0 3/4 01/25/27	-	600 000	0,98	589 402
SOCGEN 0 7/8 09/22/28	-	400 000	0,97	388 927
SRGIM 0 3/4 06/20/29 (MW)	-	800 000	0,94	748 485
SUMIBK 0.632 10/23/29	-	400 000	0,92	366 970


Anexo I

Cont.

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor na demonstração da posição financeira	
			Unitário	Total
TCLAU 3.713 03/12/32 (MW)	-	500 000	1,04	521 944
TELNO 0 3/4 05/31/26	-	1 000 000	1,00	997 167
TOYOTA 0 1/8 11/05/27	-	1 100 000	0,96	1 051 140
TRNIM 1 04/10/26	-	200 000	1,00	200 630
TRNIM 3 07/22/31 (MW)	-	600 000	1,00	601 167
ULFP 0 5/8 05/04/27 (MW)	-	600 000	0,98	587 866
V 3 1/8 05/15/33 (MW)	-	1 000 000	1,01	1 010 532
VW 0 7/8 09/22/28	-	500 000	0,95	476 184
VZ 0 3/8 03/22/29 (MW)	-	800 000	0,93	742 158
WMT 4 7/8 09/21/29	-	400 000	1,09	437 176
ESF 6 7/8 10/21/19	-	500 000	0,93	466 971
Subtotal	-	-	-	68 882 320
Total	-	-	-	96 944 753
3 - TOTAL GERAL	-	-	-	103 699 247



SER
SUSTENTÁVEL
NA MUDANÇA



5 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE
CONTAS / RELATÓRIO E
PARECER DO CONSELHO FISCAL

SER SUSTENTÁVEL NA MUDANÇA

A mudança só tem verdadeiro impacto quando é acompanhada de responsabilidade e compromisso com o futuro.

Ser sustentável na mudança significa equilibrar o crescimento com a preservação dos recursos, cuidando das pessoas, da sociedade e do planeta.

É escolher caminhos que deixam uma marca positiva, transformando o presente sem comprometer o amanhã.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Mudum – Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um ativo total de 120.511.500 euros e um total de capital próprio de 35.489.592 euros, incluindo um resultado líquido de 2.494.516 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Mudum – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p>Mensuração dos passivos de contratos de seguro por serviços passados dos ramos não vida (Notas 2.22, 3.2.3, 3.2.4, 3.2.5 e 24)</p> <p>As responsabilidades com contratos de seguro dos ramos não vida registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 ascendem a 72.104.300 euros, conforme detalhadas na Nota 24 do Anexo às demonstrações financeiras, sendo determinadas conforme descrito nas políticas contabilísticas apresentadas nesse Anexo.</p> <p>Estes passivos incluem responsabilidades por serviços passados no valor de 35.510.288 euros, que correspondem a estimativas dos montantes a pagar por sinistros já ocorridos e ainda não regularizados à data das demonstrações financeiras. A determinação destas responsabilidades requer a aplicação pelo Conselho de Administração de julgamentos significativos ao nível das metodologias de cálculo a utilizar e dos pressupostos a assumir (de entre os quais a taxa de desconto e a expectativa de concretização dos sinistros), estando assim as estimativas sujeitas a subjetividade e incerteza.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none">• Entendimento do processo de apuramento e registo dos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, e do respetivo ambiente de controlo interno implementado pela Companhia neste âmbito;• Análise da razoabilidade da aplicação dos requisitos da norma IFRS 17 - Insurance Contracts, nomeadamente ao nível das políticas contabilísticas utilizadas, dos critérios de agregação de contratos, dos modelos de mensuração aplicados e das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Companhia para o cálculo das responsabilidades;• Análise da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados no cálculo das referidas responsabilidades com referência ao final do exercício;• Análise da metodologia e dos dados utilizados pela Companhia na determinação dos principais pressupostos a considerar no apuramento das responsabilidades;• Teste ao montante das responsabilidades apuradas pela Companhia para os portfólios mais significativos;• Leitura dos relatórios atuariais disponibilizados pela Companhia, e análise dos resultados e conclusões apresentados relativamente à mensuração dos passivos de contratos de seguro registados pela Companhia;

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p>Mensuração dos passivos de contratos de seguro por serviços passados dos ramos não vida (Notas 2.22, 3.2.3, 3.2.4, 3.2.5 e 24)</p> <p>Desta forma, alterações nas metodologias utilizadas ou nos pressupostos assumidos podem ter impacto nas estimativas dos passivos de contratos de seguro registados para cada portefólio, e conseqüentemente no montante apurado das responsabilidades a registar pela Companhia.</p> <p>Por outro lado, as estimativas de responsabilidades por serviços passados dependem de informação sobre o volume, montante e padrão atual e histórico de pagamentos de indemnizações, que é utilizada para formar expectativas relativamente a indemnizações futuras. Caso a informação utilizada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados ou para a definição dos principais pressupostos não seja adequada, o montante das responsabilidades reconhecidas pela Companhia pode ser afetado por distorções materiais.</p> <p>Tendo em conta os fatores descritos acima relativamente à dimensão e à relevância das responsabilidades registadas pela Companhia, e que eventuais alterações nas metodologias e pressupostos utilizados para a sua determinação podem ter impactos relevantes no apuramento dos passivos de contratos de seguro, bem como a necessidade de utilização de julgamentos, a mensuração dos passivos de contratos de seguro foi definida como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

PA

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;

PA

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Companhia, não identificámos incorreções materiais.

PA

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 5 de abril de 2024, para o mandato compreendido entre 2024 e 2027;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 27 de março de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER

DO CONSELHO FISCAL

MUDUM – Companhia de Seguros, S.A.

Exercício de 2025

Ao Acionista Único, da


MUDUM– COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, o anexo às demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da MUDUM – Companhia de Seguros, S.A. (MUDUM) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, efetuando reuniões periódicas e apreciando os elementos contabilísticos que nos foram regularmente disponibilizados, bem como dos esclarecimentos complementares que nos foram prestados pelo Conselho de Administração. Para o efeito, reunimos regularmente com o Conselho de Administração da Companhia, bem como os responsáveis das áreas relevantes, nomeadamente a gestão de risco, a conformidade, a contabilidade e a auditoria interna.

Durante o exercício foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e o processo de monitorização e acompanhamento da atividade da Companhia, tendo os responsáveis das áreas operacionais reunido com Conselho Fiscal, apresentando as principais tendências e evoluções ocorridas ao nível da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos.

De modo a garantir uma adequada fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, o Conselho Fiscal, ao longo do exercício, reuniu com: (i) os responsáveis da Auditoria Interna; (ii) o responsável pela área de identificação e monitorização do sistema de risco; e (iii) os auditores externos, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido por

 -1-

sem //

estas diferentes funções. Não foram identificadas situações de risco anormais, sendo o sistema de controlo interno adequado face aos riscos operacionais e de relato financeiro identificados.

O Conselho Fiscal examinou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Companhia, os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.

Reunimos, com o Revisor Oficial de Contas, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases da auditoria, nomeadamente os riscos identificados no decurso da etapa de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões. O Revisor Oficial de Contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

O Revisor Oficial de Contas, através do Relatório Adicional, dirigido ao Conselho Fiscal, comunicou os aspetos relevantes do trabalho realizado e respetivas conclusões.


Apreciamos o entendimento do Revisor Oficial de Contas quanto às matérias relevantes de auditoria referidas na Certificação Legal das Contas. No entendimento do Revisor Oficial de Contas, a mensuração dos passivos de contratos de seguro por serviços passados dos ramos não vida, constitui uma matéria relevante para efeitos da auditoria, não só pela expressão significativa no passivo, mas também por aquela rubrica requerer, no que respeita à sua determinação, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Companhia.

O trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas contou com a colaboração de especialistas em atuariado, tendo sido realizados os procedimentos de auditoria considerados adequados e revistas as divulgações relativamente à provisão para sinistros de outros ramos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Verificamos a independência do Revisor Oficial de Contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo, os necessários requisitos.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2025, emitida na presente data, pela sociedade de revisores oficiais de contas e com a qual concordamos.

Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras da Companhia que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade da Companhia durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adotados adequados e permitindo que as

 -2-

son
11

mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da Companhia.

Tal como referido no Relatório de Gestão:

- a) A MUDUM alcançou em 2025 um resultado líquido de 2.495 milhares de euros, uma redução de 410 milhares face ao exercício anterior. Apesar de crescimentos significativos no resultado técnico e financeiro, estes não compensaram integralmente o importante reforço estrutural da organização;
- b) Já no início de 2026, após a data de encerramento do exercício, ocorreu um conjunto de eventos climatéricos extraordinários, do qual o mais importante foi o designado por "Kristin", caracterizado por condições meteorológicas adversas de intensidade excepcional, com impactos significativos em diversas regiões.

O referido evento foi considerado como evento subsequente não ajustável, não tendo sido reconhecidos ajustamentos aos valores registados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nas Notas anexas às demonstrações financeiras encontra-se divulgado que se encontra em curso a avaliação dos impactos potenciais deste evento na carteira da MUDUM. As projeções mais recentes, tendo por base os sinistros já declarados e os montantes estimados associados, indicam uma dimensão que poderá ultrapassar os 20 milhões de euros

A MUDUM tem uma parte relevante destes riscos mitigada por tratados de resseguro de "CAT XL", enquadrados na política de apetite ao risco em vigor, absorvendo este mecanismo não só uma parte importante dos impactos em termos de resultados, mas também ao nível da solvência.

À data de aprovação do Relatório e Contas, a melhor estimativa para o impacto último nos resultados antes de impostos é de cerca de 3,4 milhões de euros, composto pela retenção da MUDUM no âmbito dos tratados de resseguro existentes assim como o respetivo custo da reposição de capitais em resseguro.

Parecer

Como resultado das ações de fiscalização realizadas e apreciados os documentos referidos nos parágrafos anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pela Administração;
- b) A proposta para a aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.



Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores da Companhia toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Presidente -  António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal -  Isabel Maria Beja Gonçalves Novo

Vogal -  Paulo Ribeiro da Silva